

ISSN 1414-6304

Revista /

MÚLTIPLA

NÚMERO 33 – ANO XVII – DEZEMBRO 2012

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO

Ana Luiza Setti Reckziegel (UPF)

Alcides Costa Vaz (UnB)

José Flávio Sombra Saraiva (UnB)

Marcos Ferreira da Costa Lima (UFPE)

Maria de Moserrat Llairó (UBA)

UPis

Graduação • Pós-Graduação

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Ensino

Diretor de Pós-Graduação

Diretora de Avaliação

Vicente Nogueira Filho

José Rodolpho Montenegro Assenço

Ruy Montenegro

Benito Nino Bisio

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

Andrezza Rodrigues Filizzola Bentes

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul - EQ. 712/912 - Conjunto “A”

CEP 70390-125 - Brasília - DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – Ano XVII - vol. 25 - nº 33, dezembro de 2012.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

124 p.

1 - Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão dos Originais

Ruy Davi de Góis e

Geraldo Ananias Pinheiro

Capa

Ton Vieira

Diagramação, editoração eletrônica e impressão

Gráfica e Editora Inconfidência Ltda.

SUMÁRIO

5 Apresentação

ENSAIOS

9 O Espírito da Inquisição e as premissas de sua sustentação

Gustavo Rocha Santos

29 A física atômica brasileira: os primeiros arranjos (1900-1930)

Mário Fabrício Fleury Rosa

43 Negociação e resistência dos trabalhadores rurais do vale do Rio Doce na década de 50

Michelle Nunes de Moraes

OPINIÃO

61 Administração participativa e competitividade

Iran Nunes

81 Educação ambiental como premissa de conscientização

Ana Rita Ferreira de Amorim

INFORMAÇÃO

109 Uma potência entre as *landlocked navies*? A armada da Bolívia vista pela perspectiva das pretensões marítimas do país

Rodrigo Regazonni de Oliveira

119 Como Escrever Artigos Científicos – Sem arroteio e sem medo da ABNT (resenha)

Bernardo Celso de R. Gonzalez

123 Normas para colaboradores

SUMMARY

5 Foreword

ESSAYS

9 The spirit of the Inquisition and the premises of their support

Gustavo Rocha Santos

29 Brazilian Atomic Physics: The first arrangements (1900-1930)

Mário Fabrício Fleury Rosa

43 Negotiation and resistance of rural workers of Rio Doce Valley in the 50s

Michelle Nunes de Moraes

OPINION

61 Participative management and competitiveness

Iran Nunes

81 Environmental education and awareness premise

Ana Rita Ferreira de Amorim

INFORMATION

109 A power between the landlocked navies? The Bolivian navy seen from the perspective of the country's maritime claims

Rodrigo Regazonni de Oliveira

119 How to Write Scientific Articles – Without circumventios and without fear of ABNT (book review)

Bernardo Celso de R. Gonzalez

123 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

Com satisfação, estamos entregando novo número da **Revista Múltipla** aos nossos leitores. Seguindo as diretrizes de edições anteriores, contemplamos variada gama de assuntos, esperando atingir público de diferentes áreas.

Dessa forma, na seção Ensaio, trazemos análise das ideias básicas sobre as quais foram legitimados os tribunais da Inquisição, merecendo destaque as que serviram de base para o estabelecimento dos tribunais em diversos países, sua aceitação e posterior contestação. Outro artigo discorre sobre ações de setores científicos brasileiros, que confluíram no início das pesquisas sobre física atômica no Brasil, em 1930. Completando o item, temos o estudo das formas de resistência dos trabalhadores rurais, nos anos 50, durante o processo de expropriação em Governador Valadares.

Na seção Opinião, apresentamos informe sobre a importância do diálogo dentro da administração participativa, o qual poderia gerar mais do que uma informação ou um consenso; levaria também ao desenvolvimento de um conhecimento mútuo. Mostra que a administração participativa não subverte a hierarquia, sendo que a colaboração dos funcionários é bem-vinda. Temos ainda uma avaliação da importância da Educação Ambiental como ferramenta no processo de aprendizagem. Enfatiza, ainda, que a Educação Ambiental cria atitudes e valores para promover o respeito às diferentes formas de vida.

Na seção Informação, publicamos estudo sobre o papel da armada boliviana e suas pretensões para ter acesso ao mar. Destaca fatores históricos e jurídicos para entender as razões dessa pretensão. Culmina a edição, a resenha da obra, Como escrever artigos científicos – sem arrodeio e sem medo da ABNT.

Esperamos que a **Revista** seja do agrado do público que nos acompanha desde as primeiras edições.

A Editora.

ENSAIOS

Introdução

Entre a Baixa Idade Média e o início da Contemporânea, passando por toda a Idade Moderna, existiu uma instituição que aterrorizou pessoas em todo o Ocidente, a Inquisição. Tratava-se de um tribunal eclesiástico que possuía vínculos com a Igreja Católica e com os poderes seculares europeus (monarquias, cidades, império, etc).

A função desse tribunal era eliminar fisicamente os hereges. Na prática incluía outros grupos desviantes como judeus convertidos compulsoriamente, blasfemadores, homossexuais, padres que usavam sua posição para conseguir favores sexuais, protestantes, bruxas e outros.

Em um mundo como o nosso no qual são destacados positivamente valores como pluralismo, diversidade e multiculturalismo, é difícil entender as razões por que esse tribunal foi levado à existência. É também um trabalho hercúleo compreender quais são as bases sobre as quais se assenta a Inquisição. Ou seja, o que justificava sua existência? Qual era a lógica ou as lógicas que davam significado à instituição? Como se dava a justificativa ideológica para o funcionamento de cada uma de suas engrenagens e como se explicava o porquê de cada uma das etapas do processo inquisitorial?

Em suma, o objetivo deste artigo é aproximar o leitor do século XXI das razões que deram vida e sustentaram a Inquisição por tanto tempo. De modo algum se busca aqui justificar os crimes que o tribunal cometeu ou fazer-lhe uma apologia, mas é mister do historiador conhecer as sociedades levando em conta suas especificidades e evitando anacronismos. Nesse caso evitar anacronismos não significa fazer vista grossa aos erros e crimes cometidos, mas sim entender a lógica por trás do infame tribunal.

O sentido da existência da Inquisição

A inquisição possui uma lógica própria. É verdade que possui uma lógica bem diferente da nossa, uma coerência medieval, algo que só faz sentido àqueles que nasceram séculos antes de nós. A própria configuração do pensamento oci-

dental, no que tange à liberdade religiosa, de pensamento e de expressão, nasceu, em grande parte, da reação a essa instituição que manchou a história ocidental para sempre.

A pergunta feita naturalmente por todos os que tomam conhecimento acerca desse abjeto tribunal é: “Como tantas pessoas colaboraram com essa instituição?” Podemos ir além e perguntar também: “Como uma religião que prega o amor permitiu que tantas atrocidades fossem feitas em seu nome?”. A resposta não está numa suposta malignidade da Igreja católica, ou mesmo da religião, mas na natureza do próprio homem, que matou, roubou e destruiu usando as mais diferentes ideologias ou interesses políticos ou econômicos.

Voltemos, pois, e iniciemos as respostas a essas perguntas. A grande preocupação do cristianismo é a salvação das almas dos homens. A função da Igreja é proclamar a glória de Deus e o sacrifício de Cristo. Mediante a sua ação como mediadora entre os céus e a terra, essa mesma Igreja visa alcançar almas para que possam ser salvas do inferno, tendo isso em vista que qualquer esforço para livrar alguém do inferno é válido, ainda mais quando se sabe que o inferno é eterno e o sofrimento que lá existe não se compara com qualquer coisa que possa haver na terra.

O segundo ponto a ser observado é que, para alguém ir para o céu, precisa estar informado da verdade, ou seja, precisa crer em Jesus para que seus pecados sejam remidos. Assim, longe da verdade não há salvação e, portanto, a Igreja buscava levar a verdade até os confins da terra e internamente manter a pureza das doutrinas por meio do combate às heresias, buscando, dessa forma, a um só tempo expandir o rebanho e cuidar do que já existia.

A busca pela integridade doutrinária da Igreja se reflete no fato de que esta classificava as opiniões de seus membros como ortodoxas e heterodoxas. A tradução para essas palavras seria respectivamente “opinião correta” e “opinião diferente”. Nota-se que nesse caso a palavra “diferente” tem como contraposição a palavra “correta”. O diferente se contrapõe a “verdade” e não a “igual” e o diferente da verdade é a mentira. Apenas para relembrar o leitor, o pai da mentira é o diabo. Por extensão é também o pai das heresias. Mas o que é uma heresia?

1. Heresia vem do grego *aíresis*, que quer dizer escolha, preferência. Essa palavra não tem o mero sentido neutro de escolher, mas o de escolher errado. No célebre manual medieval dos inquisidores, o *directorium inquisitorium*¹ seu autor cita Santo Isidoro, um dos pais da Igreja, para indicar o sentido que heresia tem para o cristianismo. Segundo o santo, a palavra viria de *eligo*, que no latim queria dizer eleger, ou seja, seria a pessoa que,

por iniciativa própria, sem a direção da Igreja, escolhia e, portanto, escolhia errado. A Igreja, por se ver como herdeira espiritual dos apóstolos, particularmente de Pedro, apregoava ser a única instituição capaz de realizar a verdadeira interpretação das escrituras sagradas. Assim, qualquer discordância com sua doutrina seria uma discordância com a palavra de Deus e também com o próprio Deus.

A heresia colocava, portanto, em xeque o papel da Igreja Católica como intermediária entre os homens e Deus, na medida em que discordava do seu monopólio da interpretação da Bíblia e, para tanto, acabava por questionar também a instituição Igreja, com sua hierarquia, riquezas e, por vezes, corrupção. Essa era a decorrência lógica de se questionarem os dogmas, pois, uma vez feito isso, o próximo passo é descreer que a Igreja tivesse as chaves da verdade, supostamente entregues a Pedro, que, de acordo com a Igreja Católica, teria sido o primeiro papa. Negando essa linhagem apostólica, o herege também nega que a Igreja seja a mediadora entre os céus e a terra e assim nega a sacralidade divina sobre a instituição e acaba por negar a própria instituição. Pode-se então perceber por que a Igreja queria evitar que o primeiro dominó caísse.

Era, portanto, proibido que leigos tratassem de assuntos teológicos, pois cria-se que essa seria a melhor maneira de impedir o surgimento das heresias. Exemplo dessa mentalidade de alienação do fiel para com as escrituras ou quaisquer outras fontes de literatura cristã é apresentada nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento colonial que trata das leis referentes à esfera episcopal no Brasil setecentista. Lá encontramos:

Conformando-nos com as disposições dos Sagrados Cânones, proibimos sob pena de excomunhão, e dez cruzados aplicados para o meirinho, e acusador, que nenhuma pessoa secular (ainda que seja douta, e de letras) se intrometa a disputar em público, ou particular sobre os mistérios de nossa Santa Fé, e Religião Cristã.²

O que vemos aqui é a Igreja proibindo qualquer participação intelectual, inclusive de pessoas “doutas” nos assuntos referentes a dogmas. O monopólio chega a tal ponto que nem o preparo intelectual torna alguém digno de interpretar os mistérios da fé. Seria então necessário que aquele que se propusesse a pensar acerca de questões relacionadas à religião cristã gozasse do *status* de clérigo. Isso era verdade na colônia e em qualquer parte da cristandade católica ocidental.

Lembremos que o documento citado acima é um documento episcopal e não inquisitorial. Quem trata das questões de fé é a Igreja, mas, dentro dessas questões, quem trata de heresia é a Inquisição. Ao Santo Ofício era atribuída pela Igreja a competência exclusiva em assuntos relacionados à heresia, apostasia e blasfêmia. Também era atribuída ao tribunal a exclusividade de jurisdição em certos crimes sexuais. Devemos lembrar que existiam casos, como a bruxaria e a bigamia em que a jurisdição era atribuída a mais de um tribunal. Essa existência de dois ou três tribunais com competência para julgar um mesmo delito chamava-se *mixti fori*. Os outros dois tribunais que poderiam julgar os casos que não fossem de competência exclusiva da Inquisição eram os episcopais e os civis.

A lógica do Processo Inquisitorial

Durante a Alta Idade Média, os julgamentos entre os povos germânicos eram, em geral, feitos por uma prática chamada de Ordálio. O ordálio consistia em obrigar o acusado de determinado crime a passar por um teste como segurar um objeto incandescente, ou a passar por uma prova de água em que seria testado se ele se afogaria ou escaparia. Se o acusado escapasse ou passasse pelo teste sem ferimentos, isso seria o indício de que os deuses tê-lo-iam ajudado e, portanto, seria a prova de sua inocência. Dessa maneira, a culpa ou inocência de uma pessoa na participação de um crime de que era acusada dependia apenas da resposta divina. Pelo menos era nisso que acreditavam.

O ordálio era associado a práticas pagãs e, com a cristianização da Europa, as populações recém-convertidas requeriam a presença de um sacerdote cristão para validar a prática, que era essencialmente religiosa e, portanto, necessitava da presença da Igreja. Esta, porém, em 1215, no IV concílio de Latrão, proibiu que clérigos participassem do ordálio, invalidando-o e tirando dele seu apelo sobrenatural até que esse costume fosse finalmente extinto.

Em substituição a essa prática, a Igreja apareceu com o inovador método de “inquirir” o acusado. Inquirir era interrogar. A palavra Inquisição vem desse ato de perguntar às testemunhas e ao próprio réu acerca do crime de que este está sendo acusado. Daí nasceria a Inquisição, que em última instância, nada mais era do que o ato de interrogar o réu. Nesse sentido, por incrível que pareça, a inquisição significou um progresso, pois racionalizou o processo no sentido de buscar um método racional, o do interrogatório, em substituição ao sobrenatural ordálio. A origem do processo por inquérito vem dessa substituição do sobrenatural pelo racional, quando o juiz deixa de ter um papel de autoridade neutra, que conduz os ordálios e permite que a

ação sobrenatural faça o resto, e passa a ser aquele que recebe denúncias e decide se um processo vai ou não para frente, e isso, com base em indícios, ou seja, utilizando-se para tal de racionalidade, ainda que muitas vezes duvidosa.

As provas para que alguém fosse condenado ou inocentado, eram, então, duas: as testemunhas e o próprio réu. O problema era que as testemunhas podiam mentir, como era comum. A solução então era fazer o réu confessar. Valia mais a confissão do réu do que os relatos das testemunhas. Mas então vinha outro problema: como fazer alguém confessar se isso implicaria a própria condenação de quem o fizesse? A resposta estava em recorrer-se à tortura. Sob tortura qualquer culpado seria capaz de confessar seus crimes. Mas outra pergunta ainda estava para ser feita. Sob tortura um culpado é levado a confessar o crime que cometeu, mas um inocente é levado a confessar crime que não cometeu. Como lidar com esse problema acerca da eficiência do inquérito e que também se desdobra numa questão ética? Até aqui nós vimos perguntas pertinentes e respostas absurdas, mas a resposta a seguir não era apenas absurda, ela era também cínica. Se alguém confessa por que é culpado, merece ser punido porque é culpado, já se alguém confessa sob tortura sendo inocente, merece ser punido porque mentiu à Igreja. Sob esse argumento perverso, a tortura foi tida como um instrumento eficaz e justo.

Ainda dentro da questão de se punir um inocente, risco óbvio, uma vez que uma mera denúncia poderia resultar em um processo, estava a lógica de que era melhor um inocente morto do que um herege vivo. Isso compensava o risco de se matar um acusado de um crime que não cometeu. “Matem todos, Deus saberá quem são os dele”, teria dito o representante do papa ao comandante militar que, na cidade de Beziers, o indagou sobre matar a todos indistintamente em uma cidade onde viviam cátaros e cristãos. Naquele momento estava sendo realizada uma cruzada contra os hereges cátaros e o resultado desse comentário foi o episódio conhecido como massacre de Beziers, no século XIII³.

Essa ideia contrasta com a lógica do nosso sistema constitucional ocidental, que defende que, na falta de provas, é melhor correr o risco de soltar um culpado do que prender um inocente. É nesse sentido a afirmação de que todos são inocentes até que se prove o contrário. No direito há uma afirmação que corrobora essa tese: *in dubio pro reo* (na dúvida, a decisão deve ser tomada em benefício do réu). Devemos lembrar que muitos dos princípios constitucionais foram estabelecidos depois da Inquisição e como reação a essa. Mas voltemos ao estudo do obscurantismo.

Voltando à inquisição, após ter sido feita uma denúncia, o inquisidor trabalha para averiguar se a testemunha que fez a acusação pode ser levada a sério. Era

comum o processo não ser aberto porque a testemunha era inimiga do acusado ou porque ela simplesmente não era tida como de confiança. No entanto, os critérios para se crer ou não nos relatos das testemunhas variavam no espaço e no tempo, sendo que testemunhos de crianças já serviram para destruir incontáveis vidas em lugares onde os inquisidores eram menos criteriosos.

Uma vez que as denúncias eram levadas a sério, o processo que se abria era encaminhado para provar a veracidade das afirmações feitas pela testemunha. Ao contrário do que vimos acima, então, a presunção era de culpabilidade do réu. O trabalho do inquisidor passava a ser a comprovação da culpa do acusado. Essa comprovação, como já assinalado, se dava por meio da confissão desse, que comumente se fazia mediante tortura. Havia algumas considerações importantes sobre a tortura.

Velhos e crianças deveriam ser torturados com moderação, dada sua fragilidade física. Qual a solução? “Devem apanhar com pauladas ou, então, com chicotadas.”⁴⁷ E o autor prossegue em suas sandices: “E o que fazer se o réu em questão for uma mulher grávida? Esta não é torturada nem aterrorizada, para evitar que dê à luz ou aborte. Deve-se arrancar-lhe a confissão por outros meios, antes de dar à luz. Depois do parto não haverá mais nenhum obstáculo à tortura.”⁴⁸ Após um breve período de misericórdia, a ex-gestante volta ao amplo universo daqueles que podem ser torturados.

Após essas observações acerca da prática da tortura, o autor do *directorium inquisitorum*, no entanto, adverte ao seu leitor: “Mas tudo isso deve ser feito sem crueldade, não somos carrascos.”⁴⁹ O que fazer mediante tal comentário? Vou permitir que o meu leitor decida se quer rir ou apenas se horrorizar, dessa vez não direi nada.

Por que uma Igreja santa torturava? Porque a confissão dava mais credibilidade do que o depoimento das testemunhas. Era pela confissão do próprio réu e não pelo depoimento das testemunhas que alguém era ou não condenado. Assim, essa confissão deveria ser extraída de qualquer forma, custe o que custar. Pode-se perceber essa busca pela confissão a qualquer preço e sob quaisquer circunstâncias nas palavras do inquisidor Eymerich:

O valor da confissão é absoluto quando obtido sob ameaça de tortura ou através da apresentação dos instrumentos de tortura. Nesse caso, considera-se que o réu confessou espontaneamente, tendo em vista que não foi torturado. A mesma coisa, se a confissão é obtida quando o réu está despidido e amarrado para ser torturado. Se confessar durante a tortura, deve de-

pois confirmar a confissão, já que esta foi obtida através do sofrimento e do terror.⁷

Aqui o que se defende é que, sob tortura, a confissão não tem validade, ela não é verdadeira. Então, após uma sessão de tortura, em que o acusado confessa seu crime, é necessário que no dia seguinte ele reafirme sua confissão.

No filme “O nome da rosa”, inspirado no romance de Umberto Eco, uma cena nos remete a essa lógica processual. Um monge, após ser torturado na noite anterior, é chamado para ratificar sua confissão que fizera durante a tortura. Diante de outros clérigos e de seu algoz, Bernardo Gui, um inquisidor que existiu de verdade, o monge nega a acusação e declara que a fez por causa dos sofrimentos a ele infringidos. O inquisidor declara então ao acusado que este voltará a ser torturado como o fora na noite anterior. Imediatamente o monge se levanta e começa a gritar que adorou o diabo, que invocou o príncipe das trevas e que o servia. Os outros monges se horrorizaram com o satanismo “descoberto” e a condenação à fogueira é instantânea. Ficou explícita a confissão mediante ameaça, mas o que fica claro nessa história é que, mesmo assim, os clérigos que presenciaram a cena creram que a admissão da culpa era autêntica. Essa era a absurda lógica da tortura/confissão que se via na Inquisição.

Para que o inquisidor chegasse ao seu objetivo, a confissão do réu, alguns subterfúgios eram usados. Em primeiro lugar, alguns direitos que hoje qualquer cidadão possui, eram negados aos acusados pelo Santo Ofício. No absurdo capítulo “Obstáculos à rapidez de um processo”, do livro *Directorium inquisitorium*, o autor enumera alguns direitos do acusado que devem ser suprimidos para o bom andamento do processo. Existem momentos desse livro em que o autor dessas linhas se afasta de escrever segundo sua própria ótica e apenas transcreve o que foi dito há séculos pelas autoridades da Igreja. É num momento assim, em que é permitido ao leitor conhecer o burlesco das afirmações em sua essência pura. Segundo o texto medieval: “Devem-se analisar agora as causas da demora dos processos e do atraso na promulgação das sentenças. São cinco: 1) o grande número de testemunhas; 2) a participação da defesa; 3) a destituição do inquisidor; 4) a apelação; 5) a fuga do acusado”.⁸

Eymerich escreve a respeito do “excessivo número de testemunhas”

O denunciado não reconhece totalmente o seu crime; é confundido por algumas testemunhas (duas a cinco) e não confessa nem total nem parcialmente dando muito mais a impressão de teimosia e malícia do que de obedi-

ência e arrependimento: neste caso, ainda que, na verdade, poucas testemunhas sejam suficientes, outras serão ouvidas, porque será mais difícil se opor a dez, quinze ou vinte testemunhas do que a apenas três ou quatro. Para fazer o réu reconhecer o seu crime, o inquisidor agirá com o máximo de malícia ao ouvir os vários depoimentos de fiéis fervorosos.⁹

Aqui vemos que a recusa em confessar não significa, em tempo algum, que o réu possa ser inocente. A possibilidade da inocência do acusado sequer é citada. O objetivo das testemunhas não é chegar à verdade, mas alcançar-se a condenação do réu mediante sua própria confissão. Segundo Eymerich, “O fato de dar o direito de defesa ao réu também é motivo de lentidão no processo e de atraso na proclamação da sentença. Essa concessão algumas vezes é necessária, outras não.¹⁰”

Um comentador do *directorium inquisitorum*, também inquisidor, do século XVI comenta sobre o papel da defesa: “O crime de heresia é concebido no cérebro e fica escondido na alma: portanto, é evidente que nada prova mais do que a confissão do réu. Eymerich tem absoluta razão quando fala da total inutilidade da defesa.¹¹”

Ainda, segundo Eymerich, “O papel do advogado é fazer o réu confessar logo e se arrepender, além de pedir a pena para o crime cometido¹².”

Em nenhum momento, desde que o processo começou, existe qualquer instrumento que sirva para realmente defender o réu. Até o advogado de defesa servia para induzir a confissão do acusado. Essa insegurança jurídica que viviam aqueles que se viam envoltos nos tentáculos da Inquisição tem hoje, no princípio do *due process of law*, em português o “devido processo legal”, o seu contraponto. De acordo com esse princípio, existem regras que todos os processos devem seguir, e essas regras protegem as pessoas da tirania dos tribunais ou dos Estados. Assim, a segurança jurídica que o *due process of law* garante aos cidadãos de um país agraciado com tal princípio impede que seus direitos sejam suprimidos pelas circunstâncias. Ainda, no sentido de comparar o direito atual com as normas que sustentavam as Inquisições, figuram hoje os princípios da ampla defesa e do contraditório, que permitem, respectivamente, a todos os acusados de algum crime de usar todos os meios possíveis para se defender e a sempre poderem se defender de qualquer acusação feita a eles.

A maioria desses avanços na área de direitos ocorreu justamente como reação aos abusos da Inquisição. Este artigo não busca se debruçar sobre a história do direito, mas não podemos deixar passar que os anos de tirania dos tribunais

inquisitoriais geraram uma demanda reprimida por garantias e direitos. Valores como liberdade religiosa, de pensamento e de expressão foram adquiridos depois de anos em que esses direitos não foram apenas esquecidos, mas mitigados. Em tal ambiente jurídico, as chances de um réu ser inocentado eram quase inexistentes. A vida de alguém mudava de uma hora para outra pelo simples fato de ter sido denunciado. Isso, sem levar em conta o mérito da denúncia, ou seja, ainda que de fato o réu fosse culpado do crime contra ele proposto, que direito um tribunal tem de julgar a consciência? Essas dúvidas foram levantadas pela Reforma Protestante, pelo Iluminismo, pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa, movimentos que deram ao Ocidente as características que tem hoje. Pode-se afirmar que, de certa maneira, os valores políticos ocidentais são, em parte, o resultado de uma luta contra a Inquisição.

Qual a lógica das punições? Em primeiro lugar, a Igreja era santa e por essa razão não podia matar. Ela então condenava e depois entregava ao “braço secular”, ou seja, o Estado, a Coroa, que executava a sentença. Era a chamada “relaxação”, ou “relaxar ao braço secular”, à “justiça secular”.

Ao contrário do que se passa no imaginário contemporâneo acerca da inquisição, nem todas as pessoas eram sentenciadas à morte. No Brasil poucas o foram. Na colônia era muito difícil o réu ser simplesmente inocentado, mais fácil seria ser condenado à morte, porém o comum mesmo era o tribunal usar de penas mais brandas do que a morte, mas punir sempre. Degredo, galés, penas espirituais como confissão, ir a missas, rezar, penitenciar-se, usar o sambenito estavam dentre os possíveis constrangimentos por que o réu deveria passar. Antes, porém, viria o auto-de-fé.

O auto-de-fé era a execução pública de vários condenados pela Inquisição em determinado espaço geográfico. O leitor pode imaginar uma cerimônia acontecendo em Lisboa ou Madrid com a procissão dos condenados seguida pela execução de vários deles, sendo alguns pela fogueira, outros por enforcamento e outros ainda sendo admoestados e tendo suas supostas culpas expostas diante de todos. Isso tudo em praça pública, diante do povo e das autoridades.

Dentro desse escopo, devemos entender o auto-de-fé como uma demonstração de força, como um espetáculo de entretenimento e como uma cerimônia que tem como objetivo expurgar da sociedade toda a impureza e podridão escondidas em seu interior.

Por que punir publicamente? Ao punir publicamente, a Inquisição ensinava ao povo o destino de quem seguia o terrível caminho da heresia. Em outras palavras, ela dizia: “não faça, não siga essa via, ou seu destino será esse, dor e vergo-

nha”. O medo lembrava a todo o momento que as mentes deveriam ser submissas à ortodoxia. Era a pedagogia do medo, em que o temor ao castigo, à morte e à miséria era usado mais até mesmo do que as punições em si. Assim, a imposição do medo, a disseminação da ideia de que qualquer um poderia ser punido eram eficazes na repressão prévia das heresias.

O segundo significado, o de entreter as massas, pode parecer estranho aos dias de hoje. A um contemporâneo pode não fazer sentido que as pessoas se reunissem para ver a execução, por vezes em fogueiras, de pessoas condenadas pela Inquisição. Ou ainda rir do ridículo e das humilhações por que passavam aqueles que eram obrigados a usar o sambenito. A resposta não está longe de nós. Filmes violentos e programas de auditório satisfazem respectivamente a ânsia das massas por brutalidade e diversão de baixo nível. Não mudamos tanto.

Por fim, o auto-de-fé expurgava o mal ao mesmo tempo em que reafirmava sua existência e a necessidade de se combatê-lo, legitimando dessa forma a própria existência do Santo Ofício. Era o momento em que o tribunal “mostrava serviço”. As multidões que assistiam ao vil espetáculo voltavam para casa com a sensação de dever cumprido, o sentimento de que a Igreja e o Estado estavam exercendo seu papel. Essa catarse, porém, não tem validade para certos crimes. A sodomia e a solicitação são crimes que, por motivos diferentes, não tem seus culpados sentenciados com os demais. O homossexualismo era considerado tão grave, que a Igreja portuguesa queria proteger o povo de sequer saber da existência de pessoas que o praticavam. Já a solicitação, por envolver sacerdotes que deviam estar ouvindo confissões, mas que se aproveitavam de sua posição para a obtenção de favores sexuais no momento do sacramento, era também punida em oculto para não pôr em questão a credibilidade da Igreja.

Com as devidas exceções exemplificadas, deve-se ter em vista que as punições deveriam ser públicas e violentas. Essa ostentação dos condenados frente ao público servia para reafirmar o poder da Coroa e das instituições que a constituíam, dentre as quais a Igreja e a Inquisição. Os autos-de-fé estão dentre esses instrumentos de disseminação de uma ideologia de poder do Estado, mas outros foram os aparelhos usados para alcançar-se esse objetivo. Os sambenitos e carochas, por exemplo, ridicularizavam e infamavam seus usuários, expondo seus crimes diante de toda a sociedade, incluindo aí seus parentes, amigos, vizinhos e inimigos.

Havia também um poderoso expediente para amedrontar não apenas os supostos hereges, mas também suas famílias. Era a infâmia. A infâmia era a prática, presente no Antigo Regime, de desonrar publicamente uma pessoa e seus

familiares e descendentes. Uma pessoa condenada pela inquisição não era esquecida tão cedo. Na verdade, era feito de tudo para que não apenas ele, mas seus familiares e descendentes fossem conhecidos como hereges. Os sambenitos usados por aqueles que foram relaxados, ou seja, condenados à morte pela inquisição eram pendurados em igrejas ou em mosteiros com os nomes dos condenados para que todos vissem os punidos pelo Santo Ofício. O objetivo era punir não só o réu, mas suas gerações e humilhar suas famílias. Esse tipo de medida fazia parte da infâmia, que era condenar os descendentes e familiares daqueles que foram executados pela Inquisição. A heresia era vista como sendo algo tão terrível, que contaminava até as pessoas próximas do herege, como se fosse uma doença.

No Antigo Regime português, era comum que pessoas não pudessem exercer algumas atividades ou assumir certos cargos por causa da infâmia que repousava sobre suas famílias. Essas manchas nas árvores genealógicas eram escondidas a todo o custo, mas era frequente que, para se obter algum privilégio, título ou função no governo português ou colonial ou ainda na Igreja as autoridades fizessem uma investigação no sangue do candidato e não raro esse candidato não era aprovado porque havia um ancestral que constava no rol de condenados pela inquisição.

Hoje existe um princípio do direito constitucional ocidental, albergado pela constituição brasileira, que declara que “a pena não passará da pessoa do condenado”. Assim, mais uma vez a reação às injustiças cometidas pela Inquisição serve para formar os valores democráticos defendidos pelo Ocidente. A infâmia castigava famílias e descendentes dos já punidos pela Inquisição. É como se o crime de heresia fosse tão grave, que punir apenas seu praticante não fosse o suficiente. Com as conquistas conseguidas pós-Reforma e pós-Revolução Francesa na área de direitos humanos, a infâmia se torna totalmente descabida, tanto é que qualquer leitor contemporâneo pode chegar à mesma conclusão de que apenas o réu deverá responder sozinho diante da justiça no tocante ao crime que cometer e que ninguém tem o direito de culpar sua família ou quem quer que seja que não estiver ligado ao crime cometido. A infâmia é, nesse sentido, um dos grandes absurdos da Inquisição e entender como era defendida por tantos é para nós um mistério. Não sejamos anacrônicos: dentro do sistema de pensamento que criou e manteve a Inquisição, a infâmia fazia sentido, mas lembremo-nos de que, mesmo no nosso tempo, as sociedades modernas não têm muitos valores aceitos por todos e de igual modo não eram poucos os que discordavam da penalização de inocentes por causa de um suposto culpado, como defendia a infâmia.

A demolição da Lógica Inquisitorial

Agora passemos a abordar dois pensamentos antagônicos à Inquisição e, portanto, duas lógicas concorrentes. O primeiro caso é o da demolição da lógica inquisitorial dentro do próprio regime que lhe dera sustentação e o segundo é a lógica da liberdade, nascida nos países protestantes, particularmente nos calvinistas, ou entre calvinistas que viviam em regiões onde eram minoria.

O esfacelamento do mundo em que a Inquisição se formou também foi responsável pelo fim de sua legitimidade como tribunal que vigiava a cristandade da ameaça herética. No fim da Idade Média e começo da Moderna, o Ocidente era predominantemente católico e, no campo das ideias, a tutela do pensamento por parte da Igreja era vista com naturalidade pela maioria das pessoas. Transformações no mundo trouxeram mudanças intelectuais. O sucesso da Reforma Protestante acabou definitivamente com o monopólio do cristianismo ocidental que a Igreja até então dispunha. Além dessa nova situação, a chegada do iluminismo no século XVIII e do racionalismo no anterior, questionava os métodos usados para se extraírem confissões, a existência de eventos sobrenaturais, como os sabás das bruxas, e a própria legitimidade de um poder que monitorasse o pensamento. Merece um olhar o caso português. Nessa conjuntura, surgiu Pombal, ministro português que buscou combater as trevas intelectuais em que Portugal e suas colônias estavam imersos.

Entre as várias medidas que o eminente ministro tomou para esvaziar o poder da Inquisição portuguesa, a mais importante foi a edição do regimento inquisitorial de 1774, o último regimento da Inquisição Portuguesa. Esse regimento foi diferente de todos os outros. O de 1640, para servir de contraste, foi aquele que representou a cristalização das práticas inquisitoriais, mais maduras do que as presentes nos dois regimentos anteriores, quando a falta de experiência impedia uma melhor sistematização do ordenamento inquisitorial. Porém, o último regimento, inversamente, representava o início do fim. O autor trata de renegar muito do que fora dito nos regimentos anteriores e chega a culpar os jesuítas pelo retrógrado tribunal, que era uma das instituições que dera a Portugal a fama de um reino atrasado e bárbaro em plena Europa. Vejamos o que diz o próprio regimento sobre a culpa dos jesuítas:

Tendo mostrado a história por fatos incontestáveis que os chamados autos de fé, ordenados nos Regimentos de D. Pedro de Castilhos e de D. Francisco de Castro, fabricados pelos jesuítas, e até autorizados com as armas de

sua perversa e já extinta sociedade, foram invento da malignidade dos mesmos regulares, para mais fomentarem a ignorância e o fanatismo, que tinham introduzido nesses reinos, com geral escândalo das nações estrangeiras.¹³

Percebe-se aqui que o regimento encomendado por Pombal reconhece os erros do passado, admite que Portugal é mal visto por causa desses erros e culpa os jesuítas, nesse momento uma ordem que já fora extinta, por tudo o que de errado fora feito pelo tribunal. Pombal buscava redimir Portugal mediante uma espécie de pedido de desculpas público ao mesmo tempo em que atribuía todos os males do reino e da colônia ao obscurantismo e fanatismo de uma ordem que ele mesmo extinguiu com o objetivo de mudar o rumo que Portugal havia tomado.

Seguem-se alguns trechos desse regimento. Começamos pelo que o regimento fala da, talvez, mais célebre das características da Inquisição, a tortura: “Sendo a tortura uma crudelíssima espécie de averiguação de delitos: inteiramente estranha dos pios e misericordiosos sentimentos da Igreja mãe; a mais segura invenção para castigar um inocente fraco, e para salvar um culpado robusto; ou para extorquir a mentira de ambos[...]”¹⁴

Aqui o regimento reconhece o que críticos do mundo inteiro vinham afirmando há muito tempo: a tortura não era eficiente. Além de cruel, ela não servia para identificar corretamente quem era culpado ou não de heresia. Nota-se que aqui se criticam esses dois aspectos deste método de procurar a verdade, ou seja, a tortura é incompatível com o cristianismo, em nome do qual é feita, e não serve para encontrar os culpados de heresia, mas para punir aqueles que têm uma resistência menor à dor.

A tortura era a característica mais odiosa da Inquisição, mas era também um dos elementos que permitiam que ela continuasse a existir, no sentido de que era capaz de produzir réus em virtualmente qualquer situação. Admitir que a tortura existira e que tinha sido um grande erro foi um enorme passo na direção de sua extinção, naquele momento já próxima.

A tortura foi, entretanto, apenas um dos aspectos negativos do tribunal reconhecido pelo autor do regimento. Vejamos outra: “Em nenhum tribunal humano, e muito menos ainda no santo ofício, pode o réu ser condenado, sem prova legal e perfeita.^{15”}

O autor do regimento destaca aqui que um tribunal eclesiástico, mais ainda do que um civil, deveria ser portador de certas características que o tornassem justo. Uma instituição que representa a Igreja deveria ser isenta de iniquidades no

judgar e ser misericordiosa e imparcial. Não era, porém, o que acontecia. A falta de provas reais, a falta de indícios que de fato ligassem o suposto herege ao crime de que tivesse sido acusado, tornavam o Santo Ofício uma fábrica de hereges. Os procedimentos do processo inquisitorial eram cheios de falhas, de métodos truncados e de uma lógica que levava inexoravelmente o réu a ser considerado culpado. O objetivo era a punição do acusado e, nesse sentido, facilmente se passava por cima das evidências de inocência deste.

O que deve ser deixado claro aqui é que, aos nossos olhos contemporâneos, os atos que eram puníveis pela Inquisição não são dignos de punição de pessoa alguma diante do Estado. Heresia e desvios sexuais de conduta (salvo exceções como pedofilia e estupro) hoje não são vistas como motivos de se colocar alguém atrás das grades e o próprio conceito de heresia é visto como anacrônico em um mundo no qual a liberdade de expressão nos é tão cara. Devemos, porém observar que, embora vários dos motivos que levavam alguém a cair nas garras da Inquisição portuguesa ainda fossem relevantes em pleno século XVIII, era o método inquisitorial, seu *modus operandi*, que era questionado como a um só tempo ineficaz e tirânico.

A Lógica da Liberdade

Por fim, examinemos a lógica que surgiu em oposição à Inquisição, a lógica da liberdade. A ideologia da liberdade, que hoje é um dos pilares da democracia ocidental, é uma consequência direta da existência das Inquisições. Surgiu inicialmente nos países protestantes e depois ganhou fôlego em um movimento laico, o Iluminismo do século XVIII, que depois inspiraria a Independência dos EUA e a Revolução Francesa. A liberdade religiosa foi a primeira a ser apregoada e, em seguida, dela decorreram naturalmente a de crença, que é mais ampla do que a primeira, pois a engloba e abarca qualquer outra ideologia, filosofia ou outro tipo de pensamento, e a liberdade de expressão, que é quando se defende publicamente algum ponto de vista. Assim sendo, a liberdade religiosa é a mãe da liberdade de crença e de expressão.

A Reforma Protestante

Quando a Reforma Protestante se iniciou no século XVI, a Inquisição já existia em diversos países, mas não em Portugal (no reino luso a Inquisição é de 1536 e a Reforma Protestante tem seu início em 1517). Uma das funções do Santo Ofício passou, então, a ser eliminar o protestantismo da face da terra. Como já

colocado, a lógica era salvar almas, ainda que tais “hereges” não quisessem ser salvos. Para a Inquisição, era melhor que alguém morresse, mas fosse antes “forçado” a ir para o céu do que vivesse e fosse para o inferno depois.

A lógica do protestantismo era diferente. Lutero, ao examinar a Bíblia, chegou a conclusões completamente diferentes da Igreja Católica em diversos assuntos. Para Lutero, os erros teológicos do catolicismo eram tão claros que o mero exame das escrituras faria com que qualquer um abandonasse tais erros e se juntasse a ele. Como se sabe, na Idade Média e na Moderna, a Igreja arrogava-se a faculdade de ler e interpretar a Bíblia para evitar o surgimento de heresias. Segundo o reformador, isso se dava porque os erros católicos eram evidentes, mas eram defendidos pelos “papistas”, forma pejorativa de chamar os católicos, para a manutenção de seus privilégios.

À medida que cada vez mais leigos examinavam as escrituras, chegava-se a interpretações diferentes dos textos sagrados. Desses podemos destacar os calvinistas, os anabatistas e os anglicanos. Os luteranos e os anglicanos eram protegidos pelos Estados que os albergavam. Assim, a Inglaterra era anglicana, os estados do norte da Alemanha e mais tarde a Suécia, Dinamarca e Noruega eram luteranos. Formaram-se nesses países Igrejas oficiais, ou seja, ligadas ao Estado. Nesses casos a liberdade religiosa não era vista como tão importante quanto o era nos casos dos anabatistas e dos calvinistas, mas era também apresentada como alternativa a um catolicismo tido como tirânico.

Foi, no entanto, no seio do calvinismo que surgiu a ideologia da liberdade como a conhecemos no Ocidente. No século XVII a Holanda passou a proteger o calvinismo e, já no XVI, o próprio Calvino governou a cidade de Genebra, mas mesmo assim grandes populações calvinistas se encontravam sem um Estado que as protegesse. Na Inglaterra e na França, muitos calvinistas foram perseguidos por sua fé e nesse contexto desenvolveram a ideologia da liberdade religiosa.

A lógica da liberdade religiosa calvinista e, por extensão, protestante era a seguinte. Para que alguém fosse salvo, era necessário que fosse alcançado pela graça de Deus que vinha mediante a crença no sacrifício de Jesus Cristo. Alguém que não tivesse essa crença não seria salvo. O problema da Inquisição, sob este ponto de vista, é que não se obriga ninguém a ter determinada crença. Um católico, que para o calvinista não seria salvo, deveria ser convencido por argumentos e não por ameaça, pois, se fingisse crer no cristianismo protestante para não ser morto, sua fé fingida não o levaria ao céu. Assim, era fundamental a sinceridade da fé para que alguém obtivesse a salvação da sua alma. Nesse sentido, a liberdade religiosa era importante, pois garantia que todos os que abraçassem a fé protestante o fariam

espontaneamente e não por medo da morte ou de castigos. O objetivo disso tudo era evitar-se uma religiosidade de fachada e permitir que a verdade triunfasse pelo debate. Na ótica protestante, particularmente na calvinista, era melhor que um católico permanecesse católico e fosse para o inferno do que um católico fosse obrigado a se tornar protestante e fosse para o inferno do mesmo jeito.

O poderio das nações protestantes, Holanda, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, e dos estados do norte da Alemanha, impediu que o protestantismo tivesse o mesmo destino das heresias medievais. Na verdade, ele passou à ofensiva e, nesse sentido, a Inquisição serviria mais tarde como propaganda anticatólica. A própria Igreja Católica foi associada à tirania e ao obscurantismo por impedir a liberdade religiosa. Os hereges protestantes queimados nas fogueiras das inquisições eram vistos como mártires do verdadeiro cristianismo e não inimigos deste.

Século XVIII: Iluminismo e Revoluções

No século XVIII a Inquisição e a Igreja Católica ganharam outro inimigo, o Iluminismo. O Iluminismo é um movimento amplo e que não necessariamente milita contra a Igreja, em todas as suas versões, mas em sua vertente francesa, por exemplo, o sentimento anticlerical é forte. Por ser um movimento intelectual, a liberdade de pensamento era um valor inegociável aos iluministas. O direito de pensar diferente e inclusive o direito de estar errado eram demandas do movimento. Nesse sentido, o direito do outro pensar e se expressar, ainda que discordando do “meu” pensamento, era fundamental. Lembremo-nos da célebre frase de Voltaire: “posso não concordar com uma palavra do que você diga, mas lutarei até a morte pelo seu direito de dizer”. Para que o debate intelectual se mostrasse vivo, era necessário que os iluministas defendessem o seu direito de pensar e de falar de si e dos próprios adversários intelectuais. Qualquer censura era vista como um empecilho ao progresso da humanidade. Nesse sentido se encontram a censura inquisitorial e a censura real, exercida pela Coroa com o fim de impedir que o Rei ou o sistema fossem questionados.

Esses valores de liberdade de consciência, que é íntima, e de expressão, que é pública, produziram poderosos movimentos políticos, entre os quais destacamos a Independência dos EUA e a Revolução Francesa. Ambos os movimentos declararam direitos que seriam extensíveis a toda a humanidade. Direitos que batiam de frente com a lógica inquisitorial de monitorar mentes em nome da salvação das almas.

Com a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Independência dos EUA, surge o mundo moderno. Um mundo no qual o indivíduo tem autonomia para

decidir o que pensa, em que a liberdade é o valor supremo. Liberdade para ir para o céu e até a liberdade para ir para o inferno.

Os mesmos americanos que declararam que todos os homens eram iguais eram aqueles que escravizavam negros africanos. Os mesmos franceses que fizeram a revolução para libertar o povo da tirania do rei defendiam uma política expansionista e imperialista.

Essas contradições e incoerências não devem, porém, eclipsar os grandes feitos que o Ocidente realizou ao combater os males da Inquisição. Da lógica obscura do Santo Ofício, de seu combate, na verdade, surgiu o que hoje é o Ocidente, ou ao menos o que ele busca ser. Dos desmandos e das irregularidades, da tirania e da acusação nasceram a lógica da liberdade e os pilares do direito moderno.

Conclusão

A Inquisição foi um tribunal eclesiástico conhecido em todo o mundo por sua intolerância e crueldade. Aos olhos de hoje não faz sentido sequer a existência de tal instituição. Sendo assim, buscando-se afastar de um dos grandes males que pode afligir o historiador, o anacronismo, este artigo teve como objetivo esquadriñar as razões que justificavam sua existência e a lógica de suas ações.

O sentido, a essência da Inquisição eram a salvação das almas dos hereges e a pureza da Igreja. Cada uma das características do tribunal levava esses dois objetivos em conta. As outras características constitutivas do Santo Ofício eram, pois, desdobramentos dessas duas principais diretrizes.

Os procedimentos processuais inquisitoriais levavam isso em conta. Para os inquisidores, o processo deveria servir para “salvar” o réu, conduzindo-o ao arrependimento. Dessa maneira, a defesa do réu, que hoje é reconhecida como um direito inalienável de qualquer pessoa, era vista como um obstáculo à salvação da alma do acusado na medida em que atrasa o rápido andamento do processo. O leitor observará corretamente que o que se esqueceu, todavia, é que o réu poderia ser inocente. Para isso também havia respostas. Respostas cínicas e insatisfatórias que toleravam a punição de inocentes como um mal menor do que o alastramento das heresias na cristandade.

A percepção dessa contradição, inicialmente nos países protestantes e depois pelos movimentos humanistas setecentistas, trouxe ao Ocidente mecanismos processuais que alteraram o modo de se fazer justiça. De acordo com essas inovações no direito, a importância de jamais se condenar um inocente passou a ser fundamental. Pode-se ver aí a criação de uma das proteções dos cidadãos como

uma reação ao autoritarismo da Inquisição. Ou seja, nasceu uma lógica da liberdade da reação à lógica inquisitorial.

Nesse sentido, observa-se também que a ideia de liberdade religiosa, a partir da qual se originam as outras liberdades (consciência e expressão), também é uma reação a existência de um sistema opressor que, em nome da salvação das almas de pessoas, obriga essas mesmas pessoas a sofrerem todo tipo de provação.

Notas

¹ EYMERICH *Directorium Inquisitorium*, Manual dos Inquisidores. Nicolau Eymerich. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos e Edunb (editora Universidade de Brasília). 1993.

² *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. p. 7. D. Sebastião Monteiro Vide (Arcebispo). 1707. Porém essa é uma edição de 1853, impressa (copiada pela editora do Senado) . Brasília: 2007.

³ BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal. Do ano mil à colonização da América*. Editora Globo, São Paulo, 2009. p. 226.

⁴ *Directorium Inquisitorium*. pp. 156-157.

⁵ *Idem*. p. 157.

⁶ *Idem*. p. 158.

⁷ *Idem*. p. 157.

⁸ *Idem*. p. 136.

⁹ *Idem*. pp. 136-137.

¹⁰ *Idem*. p. 137.

¹¹ *Idem*. p. 138.

¹² *Idem*. p. 139.

¹³ *Revista do IHGB. Regimento 1774*. pp. 930/444. Rio de Janeiro, jul/set 1996. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.

¹⁴ *Revista do IHGB. Regimento 1774*. pp. 910/424.

¹⁵ *Revista do IHGB. Regimento 1774*. pp. 999/513.

Resumo

Em nossos dias parece sem sentido a existência passada dos tribunais inquisitoriais nas Idades Média e Moderna. Este artigo busca analisar algumas das ideias

básicas sobre as quais foram legitimados tais tribunais. Para isso foi necessário que fosse evitado o anacronismo sem que, porém, se fizesse um estudo acrítico. As ideias que basearam o estabelecimento dos tribunais em várias partes do Ocidente e a aceitação de sua lógica perversa foram depois contestadas e dessa contestação, entre outros motivos, se desenvolveram vários dos valores políticos ocidentais das quais podemos destacar as liberdades clássicas.

Palavras-chave: Inquisição; Heresia; Liberdade

Abstract

In our days it seems non essential the existence of inquisitorial courts in Middle and Modern Ages. This article seeks to analyze some of the basic ideas on which were legitimized such courts. This required that were avoided anachronism without, however, if you did a study uncritical. The ideas were based on the establishment of courts in various parts on the West and the acceptance of his perverse logic were then challenged and that challenge, among other reasons, have developed various Western political values of which we highlight the classic freedoms.

Key words: Inquisition; Heresy; Freedom

Resumen

En nuestros días, parece insignificante la existencia de tribunales inquisitoriales en la Edad Media y Moderna. Este artículo pretende analizar algunas de las ideas básicas sobre las que se legitiman esos tribunales. Esto requiere que se evitara anacronismo sin embargo, si se hizo un estudio acrítico. Las ideas se basaron en la creación de tribunales en varias partes del oeste y la aceptación de la lógica perversa luego fueron desafiados y ese desafío, entre otras razones, han desarrollado diversos valores políticos occidentales de los cuales podemos destacar las libertades clásicas.

Palabras clave: Inquisición; Heresía; Libertad

Introdução

Os avanços científicos que deram conta da física atômica pelo mundo nasceram, no final do século XIX, em países nos quais os desenvolvimentos econômico, industrial, social e científico sobressaíam em comparação a outras sociedades menos desenvolvidas como o Brasil. Países em desvantagem em seus processos de desenvolvimento científico principalmente não podiam, naquele momento histórico, acompanhar *pari passo* pesquisas realizadas em todas as áreas do conhecimento, em evidência as da física.

O Brasil das primeiras três décadas do século XX mantinha sua vocação agrária e mantinha seu processo de desenvolvimento industrial e educacional – itens fundamentais para um bom desenvolvimento científico – muito aquém dos países mais avançados. Em um texto que analisa o desenvolvimento da formação social brasileira, cotejando-o com distintas interpretações dessa realidade ensejadas por diversas correntes de pensamento, Luiz Carlos Bresser Pereira joga luz sobre a interpretação da vocação agrária brasileira:

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrária-mercantil, tranquila no Brasil até os anos vinte e sob contestação a partir de então. Mas, ainda nos anos quarenta e cinquenta, era a interpretação ideologicamente poderosa, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930.¹

Essa situação nos sugere que as realidades política e econômica brasileira geravam dificuldades, sendo que setores essenciais para o desenvolvimento científico enfrentavam-nas, visto que, para haver avanço nas áreas científicas, em epígrafe a física, faziam-se necessários investimentos maciços em centros de pesquisa e desenvolvimento técnico, o que ocorria de forma bastante fragmentada naquele momento.

Mudanças de paradigmas

Há de se colocar, também, que os modelos teóricos das investigações científicas no Brasil estavam alicerçados nas influências do pensamento positivista de

Comte, da ciência acabada, com poucas perspectivas para a mudança. Conforme Simon Schwartzmn, as ideias positivistas faziam com que, na ciência, não houvesse “mais lugar para a indagação, para a dúvida, para a experimentação”². Essa característica afluía nas instituições brasileiras que respondiam pelos estudos na área da física, naquela época, principalmente representadas pelas Escolas Politécnicas e Escolas de Engenharias.

Duas dessas escolas sobressaíam-se no Brasil, na área da física, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, instituição que tinha sua origem assentada no século XVIII, e a Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894. Além dessas, registram-se, também, a Escola de Minas de Ouro Preto (1876), a Escola de Engenharia de Porto Alegre (1896), a Escola de Engenharia de Pernambuco (1896), a Politécnica da Bahia (1896), a Escola de Engenharia de Belo Horizonte (1911), a Escola de Engenharia Militar do Rio de Janeiro (1919) etc.

A maioria dos professores que ensinavam física nessa época não eram físicos, mas professores que repassavam as teorias físicas prontas e acabadas. Segundo Motoyama, “o conhecimento dessa área se fazia através do filtro dos manuais. A ordem lógica de apresentação, o caráter fechado e sistemático desses livros didáticos adequavam-se admiravelmente aos preceitos de Augusto Comte”³.

Ao que parece, os preceitos positivistas voltados para o desenvolvimento científico, principalmente na área da física, no Brasil, não estavam em consonância com a mentalidade científica de nações desenvolvidas, que, àquela época, elaboravam os estudos mais avançados sobre a física moderna e, por consequente, sobre a física atômica. A história das ciências mostra, assim, que as ciências físicas modernas, no século XX, “passariam pela Inglaterra, com Rutherford e Thompson, e pela Alemanha, com os trabalhos de Einstein e Heisenberg”, infere Schawartzman⁴. Acrescentamos, ainda, Max Planck e as contribuições alemãs para formação da chamada física moderna, mormente a física quântica.

Desse modo, os estudos brasileiros em relação ao desenvolvimento científico da física moderna, durante as três primeiras décadas do século XX, encontravam-se muito dispersos, e, assim, o Brasil pouco contribuiu para essa ciência nesse período. O desenvolvimento da física atômica estava, em grande medida, assentado nas bases teóricas da física moderna. Todavia, como exceção, alguns homens de ciência no Brasil escolhiam temas bem atuais para seus trabalhos, preocupados em manterem-se atualizados com as novidades científicas produzidas em outros lugares, como, por exemplo, Otto de Alencar Silva e Manoel Amoroso Costa⁵.

Não obstante, esse período traz consigo mudanças da mentalidade do meio acadêmico brasileiro, mudanças voltadas para a construção de um ambiente propi-

cio à pesquisa da física no Brasil⁶. A perspectiva para o desenvolvimento científico na área da física começou a desenvolver-se no sentido de aumentar suas possibilidades de descobertas em que pudesse avançar na fronteira das indagações, acompanhando os preceitos da física moderna.

As pesquisas experimentais adotadas pelos países mais avançados há muito propiciavam novos horizontes para o fazer científico no setor da física e foi, no bojo dessa tendência, que surgiram condições para o desenvolvimento da física atômica nesses países mais avançados.

Para tanto, denotamos os esforços de alguns homens de ciência, como o já citado Otto de Alencar Silva, engenheiro civil e estudioso de matemática, física e astronomia, como precursores dessa mudança de mentalidade no Brasil. Otto de Alencar, que contribuiu para o aperfeiçoamento da matemática contemporânea no Brasil, item crucial para o desenvolvimento científico na área da física, foi um dos primeiros a questionar sobre a forma de como professores da Politécnica do Rio de Janeiro se ocupavam do fazer científico na área da física. E mais, suas ações, em certa medida, contrapunham-se à ideologia positivista que influenciava fortemente os meios científicos brasileiros da época. Clovis Pereira da Silva contribuiu para aumentar o nosso entendimento a respeito do início dessas mudanças, como podemos conferir:

Ao perceber o anacronismo da ideologia positivista de A. Comte no que dizia respeito ao desenvolvimento das Matemáticas, bem como ao seu ensino no Brasil, Otto de Alencar passara a se rebelar contra a influência daquela ideologia sobre a incipiente comunidade científica brasileira de então. Por meio de sua postura científica na qual postulava também o conceito de ciência não-acabada, aberta, isto é, o conceito de que a ciência não deveria ser constituída apenas de sua parte que estava pronta, contrariando desta forma boa parte do ideário comtiano, (relembramos que a Escola Politécnica de sua época fora um dos redutos da ideologia comtiana), Otto de Alencar iniciara em 1898, o ciclo de ruptura da influência do positivismo comtiano sobre a elite intelectual brasileira. Ele, apesar de solitário, passara a representar a trilha por meio da qual os mais lúcidos membros da elite intelectual brasileira iriam acompanhar e solver a evolução das ciências, em particular, das Matemáticas que ocorria no velho continente⁷.

Otto de Alencar começou a lecionar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1895. Desenvolveu vários estudos sobre matemática e física. Ilustrativamente,

citamos alguns artigos publicados, vejamos: “O Teorema de Lancret e uma nota sobre a equação de Riccati”, na Revista Escola Politécnica do Rio de Janeiro, v.1, n. 4, 1897, pp. 113-121; “Quelques erreurs de Comte”, no Jornal de Ciências Matemáticas Físicas e Naturais, tomo VI, n. XXIII, 1901, pp. 100-104; “Lições sobre a teoria das funções simétricas”, na Revista Cursos Escola Politécnica Rio de Janeiro, n. 3, 1906, pp. 1-42⁸.

Ele estava próximo de inaugurar uma nova fase na Politécnica do Rio de Janeiro e, conforme Clovis Pereira, deu início ao movimento antipositivista que se desenvolveu nessa Politécnica. Contudo Simon Schwartzman resume bem: “este era um grupo relativamente marginal”⁹.

O amadurecimento científico de Otto de Alencar confluía com o que foi chamado, por Pierre Guaydier, em sua obra “História da Física”, de “notável florescimento” da física no século XX, ou seja:

[...] por um lado, alguns cérebros de gênio elaboram teorias originais; nas quais encaram as questões de um ângulo completamente novo, abalando as noções mais clássicas. Por outro lado, uma multidão de investigadores, através de trabalhos pacientes, imaginam e aperfeiçoam múltiplas invenções, conseqüências mais ou menos longínquas das puras especulações dos seus predecessores¹⁰.

Em 1905, foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro, o Terceiro Congresso Científico Latino-Americano, evento que reunia trabalhos dos pesquisadores e cientistas da época. Otto de Alencar publicou, então, seu texto sobre a “Teoria dos Covariantes e das Curvas de Dupla Curvatura”, no relatório geral do Congresso, tomo II, livro A, pp. 13-47. Esses trabalhos aproximavam-se das pesquisas sobre a física e a matemática realizadas nos países mais avançados nessas áreas.

Nesse sentido, outro importante nome para o desenvolvimento científico brasileiro e que auxiliou a disseminar uma forma mais dinâmica para os procedimentos de pesquisas científicas no Brasil, quanto à física, foi Henri Charles Morize, mais conhecido no Brasil como Henrique Morize. Era francês de nascimento e naturalizado brasileiro, foi engenheiro industrial, geógrafo e engenheiro civil. Morize, como professor da Politécnica do Rio de Janeiro, coloca no laboratório de física equipamentos completos de raios X¹¹. Esses dois cientistas, entre outros, foram considerados os precursores da nova mentalidade científica, principalmente na área da física no Brasil, visto que as suas influências abrangiam outros setores científicos. Motoyama procura esclarecer algumas características de Morize:

Na mesma época, alguns professores se dedicavam à tarefa de despertar o interesse pelos trabalhos experimentais, tarefa bastante inglória em virtude de nosso substrato técnico ainda incipiente. Henrique Morize (1860-1930), professor de Física da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, introduziu o ensino experimental renovado, mas para isso teve de importar uma grande quantidade de aparelhos didáticos e instrumentos de medida¹².

Henrique Morize, em 1898, publica, na Revista da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, artigo intitulado Novo Método para a Determinação dos Projéteis pela Radiografia. Nessa época, já era professor dessa escola. Sua metodologia investigativa foi considerada inovadora para os padrões brasileiros da época e, como citado, ele foi responsável pela introdução das práticas experimentais na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Algumas teorias clássicas na área da física não mais davam sustentabilidade para o avanço científico promovido pelos cientistas da área, principalmente aqueles situados nos países mais avançados industrialmente, a partir do século XX. Conforme Guaydier, as teorias clássicas aplicadas ao corpo negro haviam desembocado na lei de Rayleigh, totalmente contrária à experiência¹³. Nesse sentido, surgem nomes importantes, como já mencionado, que vieram para modificar algumas dessas teorias clássicas, como o alemão Max Planck.

Planck modifica alguns paradigmas sobre as leis que influenciavam os corpos negros e introduz novas bases para as pesquisas desse objeto, utilizando-se também da experiência. Essas ações foram importantes para que Planck desenvolvesse a teoria dos *quanta*. “Depois de 1920, os *quanta*, admitidos por todos os cientistas, verão o seu papel aumentar ainda mais; a constante de Planck aparecerá como uma das grandezas fundamentais da Física Moderna”¹⁴.

Na Politécnica de São Paulo, o primeiro professor de física foi Francisco Ferreira Ramos, catedrático de física experimental e meteorologia e física industrial, e, conforme Vieira e Videira, desenvolveu pesquisas com raios X na mesma época de Morize¹⁵. Essas ações, em conjunto, em certa medida, abriam novas expectativas para os estudiosos da física no Brasil, pois utilizavam novas práticas no fazer científico da época e abriam novos desafios aos estudiosos ao implementarem alguns laboratórios de pesquisas.

Mas não eram suficientes para imprimirem uma mudança significativa na estrutura científica brasileira no que concerne à física. Faltava estrutura nos centros de ensino, laboratórios equipados e profissionais preparados. Porém as ações

individuais de homens como Alencar driblavam algumas dificuldades e lutavam a favor de tendências modernizantes nessa área.

Esforços Convergentes de Setores Científicos: surgimento das principais universidades brasileiras

Entrementes, conforme as categorias históricas de Reinhart Koselleck, apresentadas em sua obra “Futuro Passado”, das quais lançamos mão como um suporte teórico metodológico em nosso trabalho, o “espaço de experiência” de alguns atores sociais da história da física brasileira estava conectado à experiência produzida em alguns centros de pesquisa internacionais que eram adeptos aos teóricos considerados modernos na área da física. Com isso, geravam um “horizonte de expectativa” nesses atores sociais brasileiros que buscavam suprir as lacunas apresentadas no modelo vigente do fazer científico dessa área naquele momento, ou seja, buscavam na física “moderna” o que não conseguiam na física “tradicional”.

Entre aqueles que comungavam com a tendência modernizante do desenvolvimento da física no Brasil, estava Manoel Amoroso Costa – Engenheiro civil, bacharel em ciências físicas e matemática, que se tornou um divulgador e expositor da teoria da relatividade einsteiniana no país. Ficou reconhecido pelas suas conferências sobre o assunto e apresentou tese de docência, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1913, com o título “Sobre a Formação das Estrelas Duplas”. Foi aluno de Otto de Alencar¹⁶. Esses estudos alinhavam-se às novas bases teóricas da física.

De fato, a teoria da relatividade de Einstein, divulgada a partir da segunda década do século XX, e a teoria quântica de Planck, inaugurada no início do século, podem ter servido de base teórica para os estudos da geração de cientistas que ia de Otto de Alencar, passando por Amoroso Costa e alcançando Theodoro Ramos, este último responsável pela organização científica e institucional da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Esses nomes importantes para o desenvolvimento da física no Brasil, entre outros, acabaram por ser os responsáveis pela entrada da matemática do século XX no país¹⁷, com o desenvolvimento da física moderna, item básico para o início das investigações brasileiras sobre a física atômica.

Conforme Simon Schwartzman nos informa, Otto de Alencar teve, em Manuel Amoroso Costa (1885-1928), seu principal discípulo e continuador da luta contra o positivismo¹⁸. Com o passar do tempo, Amoroso Costa veio a dedicar-se mais especialmente à filosofia da matemática e a problemas de cosmogonia, não antes de

influenciar personagens importantes para o desenvolvimento científico brasileiro, mais especificamente nas áreas da matemática e física, como Lélío Gama, o próprio Theodoro Ramos, Roberto Marinho de Azevedo e Felipe dos Santos Reis, nomes que participaram ativamente no desenvolvimento da física no Brasil e desempenharam papel importante no desenvolvimento da física atômica brasileira.

Theodoro Augusto Ramos, que era paulista, iniciou seus estudos superiores na Politécnica do Rio de Janeiro, em 1912, mesmo ano em que Manoel Amoroso Costa começava a dar aulas nessa escola. Foi considerado o mais expressivo discípulo de Amoroso Costa e acabou por se tornar o representante da ala daqueles que lutavam contra o predomínio das doutrinas positivistas, principalmente na física.

Em 1916, houve um embate acadêmico entre Licínio Atanásio Cardoso, um militar e professor de matemática da Politécnica do Rio de Janeiro, que defendia as bases teóricas positivistas, com o próprio Theodoro Ramos. Esse embate representaria, em certa medida, o velho contra o novo, ou seja, a tentativa de manutenção dos *status quo* do ensino da física contra a inevitável renovação dos estatutos da física no Brasil¹⁹.

Ações instauradas na área da inovação ajudaram o Brasil a romper atrasos importantes na área da física para criar condições humanas e materiais capazes de acompanhar minimamente o desenvolvimento da física atômica, a exemplo da criação das universidades na década de 1930.

Intuímos que acontecimentos, como o próprio processo de institucionalização das políticas científicas, que começaram a ocorrer nos países mais desenvolvidos a partir dos primeiros anos do século XX, ou seja, a aproximação entre os centros de pesquisa, o Estado e a iniciativa privada, serviam como motivadores para grupos, como o precedentemente mencionado, empenharem-se a modificar os estatutos da pesquisa física no Brasil e, dessa maneira, abrir possibilidade para que essa institucionalização ocorresse no país, por conseguinte, promovendo o desenvolvimento científico da física brasileira.

Theodoro Ramos, em 1919, assume uma cadeira na Politécnica de São Paulo como professor substituto e, conforme Francisco Mendes de Oliveira Castro, com sua atuação, a Escola Politécnica de São Paulo tornou-se, na época, o principal centro irradiador da matemática moderna no país²⁰. Em 1923, Theodoro Ramos desenvolvia estudos sobre a relatividade e propriedades de átomos como o de hidrogênio.

Lélío Itapuambyra Gama, que foi engenheiro geógrafo e engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tal qual Theodoro Ramos, ajudou a introduzir definitivamente a matemática do século XX no Brasil, tendo como alguns de seus

principais trabalhos a “Análise Funcional a Fréchet e a Topologia a Sierpinski & Kuratowski”, assuntos como os adotados por aquele grupo ligado à física moderna.

De fato, várias ações complementares às citadas foram promovidas em prol do desenvolvimento da física moderna no Brasil, durante as primeiras três décadas do século XX. Contudo observamos que os atores sociais supracitados nos dão, de forma geral, a dimensão da mudança paradigmática no fazer científico, principalmente na área da física, naquela época. As ações empreendidas por esses personagens históricos da física brasileira ajudaram a lançar bases para que, em outro momento, houvesse condições para intensificar as investigações sobre a física atômica no Brasil. Nesse sentido, a década de 1940 foi aquela em que a física atômica começa a ser desvendada nos laboratórios brasileiros, principalmente aqueles dentro das recém-lançadas universidades, apoiada nos “estatutos” da física moderna.

Organizações Científicas

Às ações individuais e coletivas de homens da ciência preocupados em promover o desenvolvimento científico, no Brasil, mais especificamente os da física, convergem novas organizações de interesse dos setores científicos. Em 3 de maio de 1916, foi fundada a Sociedade Brasileira de Ciências (SBC), tendo Henrique Morize como seu primeiro presidente, cumprindo mandato de 1916 a 1926. A SBC passou a denominar-se Academia Brasileira de Ciências (ABC) em 1922.

A organização dos grupos científicos em sociedades, associações ou academias, sem dúvida, fez parte de um processo de desenvolvimento institucional das pesquisas científicas no Brasil e contribuiu para a melhora da qualidade das pesquisas em algumas áreas do saber. Essas ações de alguma forma desembocam na inauguração do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) em 1951 que pode ser considerado o marco da institucionalização das pesquisas científicas brasileiras. Nesse sentido, o Brasil recebeu, por meio da ABC, na segunda metade da década de 1920, duas importantes personalidades do mundo científico com pesquisas voltadas para a física atômica, Albert Einstein e Marie Curie.

O cientista alemão Albert Einstein chegou ao Brasil em 4 de maio de 1925, participou de vários eventos e realizou algumas palestras, uma das quais na Academia Brasileira de Ciências. Após a apresentação das novas ideias de Einstein, ocorreu um caloroso debate promovido pelos participantes²¹. Ainda, conforme o físico Ildeu de Castro Moreira, a palestra foi mais um elemento agregador para a afirmação de uma nova visão da ciência em contraposição à visão positivista de um grupo ativo de acadêmicos, que, embora pequeno, exercia uma grande influência na cultura científi-

ca brasileira²². As mudanças no fazer científico da física, que, em certa medida, representava outras áreas da ciência, embora a área da saúde estivesse cientificamente mais “atualizada”, principalmente no aspecto relacionado à área sanitária, não mais deixavam de expressar a inconveniência do atraso científico brasileiro.

No ano seguinte, foi a vez da franco-polonesa Marie Curie fazer uma apresentação na ABC, em 24 de agosto de 1926. A cientista fez um apanhado sobre suas pesquisas relacionadas à radioatividade. Nessa ocasião, um ator social importante para o cenário científico brasileiro surge. Eis o almirante Álvaro Alberto Motta e Silva – na época com 37 anos, oficial da marinha e professor da Escola Naval – designado pela ABC para secretariar a solenidade. Álvaro Alberto se tornou o representante incontestado daqueles que defendiam a autonomia brasileira na área da física nuclear. Foi o representante do Brasil na recém-inaugurada (1946) Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (CEA/ONU) e o idealizador e primeiro presidente do CNPq.

Essas visitas ocorreram em um momento de mudança de perspectivas sobre o fazer científico no Brasil. O movimento de mudança na física permeava todos os principais centros de pesquisa brasileiros. A tendência era generalizante, pois o modelo anterior (positivista) não mais se sustentava. Motoyama observa: “o movimento era consequência natural do esforço em assimilar a matemática e a física contemporâneas. Comte havia parado no século XVIII em termos da Ciência. Porém as duas disciplinas não. Elas haviam recebido modificações substanciais nas suas estruturas no decorrer do século XIX e na entrada do século XX”²³. Além disso a importância que o desenvolvimento da física atômica lançava servia de incentivo para a adequação dos estatutos científicos brasileiros na área da física a fim de participar ativamente da nova tendência na área da física representada pela física atômica.

Assim, a limitação científica dos setores da matemática, física e também da química, a partir da década de 1930, começou a retroceder, lentamente, de acordo com as ações empreendidas por homens de ciência representados na figura de Otto de Andrade. Leite Lopes chama a atenção para o fato de que “a evolução da ciência no Brasil, neste período, constitui um exemplo – entre muitos outros – dos esforços empregados por um pequeno número de cientistas”²⁴.

À guisa de conclusão

O presente trabalho alinha-se ao entendimento de que o descontentamento de um grupo de pesquisadores ligados à física do início do século XX, sobre o “estatuto” dessa ciência naquele momento no Brasil, alicerçado nos preceitos po-

sitivistas de Auguste Comte, serviu de motivação para a busca por novos ferramentais teóricos, aqueles propagandeados pelos centros de pesquisas dos países mais avançados da época na área da física, visando, assim, alinhar-se aos preceitos teóricos desses centros voltados para o desenvolvimento científico da física.

Somado a isso, esse grupo brasileiro, acompanhando o movimento de transição entre a física clássica e a física moderna do início do século XX, fortaleceu o movimento antipositivista para a ciência no Brasil, mais especificamente o setor da física. Essas ações em conjunto geraram condições favoráveis para que as pesquisas brasileiras na área da física começassem a flertar com o desenvolvimento científico mundial na área da física atômica, o que de fato começou a ocorrer de forma sistemática nos centros de pesquisas sobre a física no Brasil a partir de 1934.

Entrementes, essa transição entre os fazeres científicos na área da física no Brasil, mais aparente durante as primeiras três décadas do século XX, assumiu caráter fundamental para que, em meados da década de 1930, surgissem pesquisas sobre a física atômica nos centros de pesquisas das principais universidades brasileiras a exemplo da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF), lançando bases para que o país pudesse iniciar de forma ativa sua contribuição para o desenvolvimento científico do setor atômico nacional e internacional.

Notas

¹ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: Maria Rita Loureiro (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, pp. 17-69.

² SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional/Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979, p. 88.

³ MOTOYAMA, Shozo. A Física no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979. p. 70.

⁴ SCHWARTZMAN, Simon. Op. cit., p. 88.

⁵ Além de Simon Schwartzman e Shozo Motoyama, ver em: VIEIRA, Cássio Leite; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. História e Historiografia da Física no Brasil. *Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 4, Ano IV. Julho/Agosto/Setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF12/dossie.artigo.5-Antonio.Augusto.Passos.pdf>>. Acesso em: 1º de fev. de 2013.

⁶ MOTOYAMA, Shozo. Op. cit., p. 70.

⁷ SILVA, Clovis Pereira da. OTTO DE ALENCAR SILVA. 1997. Disponível em: <<http://www.im.ufrj.br/doc/otto.htm>>. Acesso em: 30 de jan. de 2013.

- ⁸ Arquivo Álvaro Alberto. Inventário Analítico. Universidade de São Paulo, Centro de História da Ciência, 1996. CD-ROM.
- ⁹ SCHWARTZMAN, Simon. Op. cit., p. 88.
- ¹⁰ GUAYDIER, Pierre. *História da Física*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983, p. 85.
- ¹¹ Arquivo Álvaro Alberto. Inventário Analítico. Universidade de São Paulo, Centro de História da Ciência, 1996. CD-ROM.
- ¹² MOTOYAMA, Shozo. Op. cit., p. 69.
- ¹³ GUAYDIER, Pierre. Op. cit., p. 86.
- ¹⁴ *Ibidem*.
- ¹⁵ VIEIRA, Cássio Leite; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Op. cit.
- ¹⁶ MOTOYAMA, Shozo. Op. cit., p. 70.
- ¹⁷ VIEIRA, Cássio Leite; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. Op. cit.
- ¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon. Op. cit., p. 111.
- ¹⁹ SCHWARTZMAN, Simon. Op. cit., p. 112.
- ²⁰ Nesse sentido, ver CASTRO, F. M. de Oliveira. *A Matemática no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. AZEVEDO, Fernando de. *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1955.
- ²¹ MOREIRA, Ildeu de Castro; VIDEIRA, Antônio A. P. (orgs.). *Einstein e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, p. 190.
- ²² MOREIRA, Ildeu de Castro; VIDEIRA, Antônio A. P. (orgs.). Op. cit., p. 190.
- ²³ MOTOYAMA, Shozo. *A Física no Brasil*. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 69.
- ²⁴ LOPES, José Leite. *Ciência e Libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 20.

Referências

- Arquivo Álvaro Alberto. Inventário Analítico. Universidade de São Paulo, Centro de História da Ciência, 1996. CD-ROM.
- AZEVEDO, Fernando (org.). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita (org.). *50 anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. pp. 17-69.

- CASTRO, F. M. de Oliveira. *A Matemática no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- GUAYDIER, Pierre. *História da Física*. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006.
- LOPES, José Leite. *Ciência e Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MOREIRA, Ildeu de Castro; VEIDEIRA, Antônio A. P. (orgs.) *Einstein e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Editora da Universidade de São Paulo, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Nacional/Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), 1979.
- SILVA, Clovis Pereira da. OTTO DE ALENCAR SILVA. 1997. Disponível em: <<http://www.im.ufrj.br/doc/otto.htm>>.
- VIEIRA, Cássio Leite; VEIDEIRA, Antônio Augusto Passos. *História e Historiografia da Física no Brasil*. Revista de História e Estudos Culturais, Vol.4, Ano IV. Julho/Agosto/Setembro de 2007.

Resumo

O presente artigo procura, por meio de uma perspectiva histórica, analisar algumas ações decorrentes de setores científicos brasileiros, mais especificamente os da física, que confluíram no início das pesquisas sobre a física atômica no Brasil (1930). Para alcançar esse objetivo, foi feita uma análise a respeito das alterações decorrentes dos estatutos científicos brasileiros na área da física durante as três primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Física Atômica no Brasil; Mudança de estatuto da física brasileira; Desenvolvimento científico

Abstract

The present article demand through a historical perspective analyze some actions arising from Brazilian scientific sectors, more specifically those of physics, which

ultimately led to the initiation of the research on atomic physics in Brazil (1930). To achieve this goal has been done an analysis in respect of the amendments arising from the statutes in Brazilian scientific area of physics during the first three decades of the 20th century.

Key words: Atomic Physics in Brazil; Change of status of brazilian physics; Scientific development

Resumen

El presente artículo demanda a través de una perspectiva histórica analizar algunas de las acciones derivadas de los sectores científicos brasileños, más concretamente los de la física, lo que finalmente ha llevado a la apertura de la investigación en física atómica en Brasil (1930). Para lograr este objetivo se ha realizado un análisis en relación con las enmiendas que surjan de los estatutos en el área científica de la física durante las tres primeras décadas del siglo 20.

Palabras clave: Física Atómica en Brasil; Cambio de estado brasileño de física; Desarrollo científico

A resistência como cultura política

No decorrer da década de 50, os trabalhadores rurais de Governador Valadares, que vinham sendo expulsos de suas posses em benefício do latifúndio, buscaram impor resistência. Maria Elisa Linhares Borges (1988:215) diz que a resistência nesse período não tinha carácter político, ou seja, não eram ações políticas organizadas, mas ações de natureza individual. Porém não concordamos com a autora, pois fazemos uma leitura que nessa resistência vê-se uma cultura política. Respaldamo-nos em Thompson (2010), que diz que esses movimentos, mesmo não tendo uma formação de classe, são sim conflitos de interesses de classes, assim como, em Olinda Maria Noronha (1986:65) para quem as demandas dos trabalhadores, embora encaminhadas individualmente, representam os interesses de todo o grupo, o que faz da causa de um, uma causa de todos.

Segundo Thompson (2010:21), nas revoltas ou resistências, pode ser visto o surgimento de uma cultura política, ou seja, o incipiente surgimento de uma consciência e formação de classe. Já Olinda Maria Noronha (1986), estudando as trabalhadoras inseridas na cultura de cana no interior de Minas, observa que, no processo de exclusão e opressão que os trabalhadores, são submetidos há um processo de aprendizagem da resistência. E esse processo

pode levar a uma aprendizagem de classe. Isso porque entendemos que as relações de expropriação do saber, de apropriação de um saber novo, engendrado nas relações de trabalho assalariado, e de resistência dão-se de maneira articulada no interior de um mesmo processo: o social (126).

Para a autora, ao se submeter às novas regras do capital, os trabalhadores instrumentalizaram novas habilidades, criando um contra saber, assim como “termina-se por criar a possibilidade de transgressão desse código, ou seja, há a formação de estratégias de resistência e de consciência de classe” (NORONHA, 1986:126). Denunciar a violência, as condições degradantes a que são submetidos, entre outros, representa que os trabalhadores conquistaram um nível de consciência da realidade.

Sendo assim, os posseiros – transformados em trabalhadores rurais pela expropriação – ao tomarem a iniciativa de procurar a justiça para reclamar direitos, denunciando a violência sofrida na expulsão de suas posses, estavam resistindo, conscientizando-se como sujeitos detentores de direitos. Por conseguinte, a demanda individual torna-se coletiva ao se observar que a reclamação de um se confunde com os interesses de todo o grupo, mesmo talvez não havendo uma organização intencional dos trabalhadores (NORONHA, 1986:128-205).

A cultura política

A cultura política é um conceito que requer cuidado em seu tratamento. Pierre Rosanvallon (2010:41), fazendo uma leitura de Claude Lefort (1986), diz que o político é “como um conjunto de procedimentos a partir dos quais desabrocha a ordem social. Interpretado nesse sentido, o político e o social são indissolúveis, esse derivando daquele seu significado”. O político refere-se à existência comum dos indivíduos, mas também às formas de ação coletivas.

Nesse sentido, entendemos a cultura política como uma disciplina que aborda as formas de comportamento político, ou seja, o sistema de representações partilhado por um grupo. Por conseguinte, mesmo que uma comunidade seja integrada por indivíduos diversos e conflitantes, há elementos partilhados que permitem uma coerência nas ações e interpretação de dada realidade, sendo que isto é parte integrante da identidade do sujeito (BERSTEIN, 2009:30 e GOMES, 2005:32).

A identidade é construída por meio das formas de socialização. Clauder Dubar (1997) analisa que a identidade é formada pelas interações dos sujeitos com o grupo social no qual ele se insere. Para ele, o social é a forma como a comunidade se organiza e/ou as representações mentais que o grupo faz de si. A formação de uma identidade se dá por intermédio dos diversos grupos sociais que compõem uma comunidade, por isso não existe somente uma única identidade do indivíduo. Essa constrói-se pela percepção do núcleo, sendo que a identidade social é desenvolvida por um sentimento de pertença a certo grupo.

Berstein (1998:356) observou que os mecanismos de socialização – família, escola, clubes, entre outros – são os vetores de integração da cultura política. Ele também analisa que não se pode ver essa integração de forma simplista, pois há uma multiplicidade de socialização pela qual o sujeito passa (família, escola, universidade, clube, empresa, entre outros), que pode levá-lo a apoiar ou rejeitar os valores adquiridos anteriormente. Essa multiplicidade de influências é que dá ao sujeito uma cultura política.

Por conseguinte, Edward Palmer Thompson (1998) trabalha com a proposta de que os elementos de coesão da ação coletiva de um grupo caracterizam-se como uma Cultura política. Ele vê no bojo da cultura política as expectativas, as tradições e até as superstições partilhadas pelos trabalhadores. Nas mudanças de comportamento observadas em determinado grupo, no qual se percebe o aparecimento de uma nova tradição (cultura) que é mesclada com os antigos costumes, vê-se o surgimento de uma consciência social que leva a tensões e possibilita a resistência (THOMPSON, 1998:203-204). Porém o autor não conceitua a Cultura Política.

Trabalhadores rurais e suas formas de resistência

No decorrer das décadas de 30 e 40, em Governador Valadares, os posseiros foram transformados em assalariados rurais, parceiros, meeiros, entre outras categorias de trabalhadores rurais. Posteriormente, com os pastos já formados, eles foram expulsos do campo e se integraram à mão de obra desempregada de Governador Valadares (BORGES, M., 1991:179). Esses trabalhadores rurais, que foram expropriados e expulsos de suas terras, buscaram diversas formas de resistência, eles se inseriram ao mercado de trabalho rural, se recusaram a deixar as glebas (posses) em que residiam, procuraram amparo na lei e denunciaram a violência que sofriam por meio dos meios de comunicação do estado. Para Noronha (1986:29 e 34), esse tipo de resistência que surge da experiência da expropriação (seja ela individual ou coletiva) não é acidental e sem importância, mas nela se encontra o ponto de partida para a aprendizagem de novas formas de relação social, possibilitando que esses trabalhadores se descubram portadores e direitos.

A industrialização do País, a partir da década de 30, motivado pelo desenvolvimentismo varguista, incentivou o avanço da fronteira agrícola para áreas ainda não colonizadas. Diversos órgãos privados e públicos, nacionais e estrangeiros, financiaram a expansão das frentes de ocupação. O estado estabeleceu tanto políticas de industrialização, quanto de colonização, por isso implantou diversas colônias agrícolas em todo o país, medida que tinha como fim incentivar a pequena propriedade.

Por conseguinte, as áreas de fronteira inicialmente foram colonizadas por pequenos posseiros que se dedicavam a agricultura de subsistência, posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, para essas áreas migraram o capital agrário, que implantou uma forma de relação de propriedade privada da terra ainda desconhecida do posseiro. Isso agravou os conflitos entre posseiros, primeiros ocupantes dessas terras, e os grandes proprietários, novos donos – legais – das mesmas (BORGES, B., 1996:39-50).

A primeira forma de resistência que podemos identificar entre os trabalhadores do Vale do Rio Doce é a parceria/meação. Para Antônio Candido (1964:163), a parceria/meação era a forma encontrada pelos posseiros e pequenos sítiantes, impossibilitados de manterem suas terras pela iniciativa do latifúndio, manterem sua dignidade humana, pois ela é a forma de relação que mais se assemelha as formas de relação de subsistência do posseiro. Partindo dessa análise do autor, identificamos essa modalidade dos posseiros do Vale do Rio Doce como uma forma de resistência, uma tentativa de eles manterem os padrões mínimos vitais baseados na sua cultura e sua autonomia produtiva.

Para Caio Prado Junior (1981:69-70), o regime de parceria/meação era uma etapa viável para uma possível reforma agrária, pois os trabalhadores desse regime tinham melhores condições de vida e trabalho, assim como a possibilidade (futura) de se tornarem proprietários de fato. Ele considerava que a meação deveria ser incluída na discussão da reforma agrária. Porém Margarida Maria Moura (1988:198) alega que a transmutação do posseiro (ocupante de fato) em parceiro e assalariado transformou os pobres em miseráveis.

Na região, a inserção dos trabalhadores na parceria era estabelecida por um contrato de dois anos, no qual no primeiro ano eles deveriam derrubar a mata, sem pagar nada ao contratante. Esse primeiro estágio, com a chegada da frente pioneira, absorveu bastante mão de obra, na derrubada da mata e fabricação de carvão vegetal, para abastecer os altos fornos das empresas siderúrgicas Belgo Mineira e Acesita (Aços Especiais Itabira). Por conseguinte, em um segundo estágio, com os pastos formados, a pecuária de invernada absorveu baixa mão de obra, o que levou a expulsão dos trabalhadores ou para a cidade ou para outras áreas de fronteiras. Dessa forma, havia intensa migração para a área urbana de Governador Valadares e outros estados como Mato Grosso e Pará (CASTALDI, 1957:61).

Segundo Candido (1964), a migração levou a uma completa perda dos mínimos vitais de reprodução cultural, à medida que a inserção dos trabalhadores nas novas dinâmicas sociais se dá de forma precária. A mobilidade que se via entre a população rural no decorrer das décadas de 40 e 50, motivada pela expropriação e impossibilidade de tirar nova posse, estava conduzindo os trabalhadores a uma perda dos seus padrões de cultura tradicional e, por isso, a população egressa do campo estava passando por um grande desequilíbrio econômico.

Essa realidade e os recursos esparsos dados aos egressos da zona rural para sua adaptabilidade se manifesta em forma de iniquidade, pois a sua inserção na vida urbana se dava de forma precária. Sobre esse processo, Marilena Chauí (1989:36) chama a atenção para o fato de que com a migração:

(...) não ocorre um ganho cultural (novos conhecimentos, novas habilidades, novos símbolos que se acrescentariam aos já possuídos), mas uma perda, pois o 'equipamento cultural' anterior torna-se inútil num sistema que nivela o aprendizado em função de tarefas parciais e estanques.

Os trabalhadores rurais que migravam para a área urbana tornavam-se vítimas de processos sociais excludentes. Para acontecer a exclusão de um segmento social, é preciso que o grupo que exclui esteja assentado em posições de poder que o permita dominar e estigmatizar o outro (ELIAS E SCOTSON, 2000:23). Os trabalhadores rurais engrossavam a mão de obra excedente do operariado urbano e não conseguiam se incluir à cidadania. Nesse processo de exclusão desumanizadora, não surge o cidadão (MARTINS, 1997:73).

Partindo dessa reflexão, compreendemos o motivo pelo qual no Vale do Rio Doce os trabalhadores rurais não eram considerados cidadãos, mas marginais sociais. Essa marginalidade advém dos processos de exclusão social, que geram os incompetentes sociais (CHAUÍ, 1989, pp. 34 e 338). A sociedade centrada nesta divisão – carências e privilégios – ao promover a reinclusão dos trabalhadores rurais, excluídos ao acesso à terra, no sistema produtivo – seja urbano (indústria, construção civil, comércio, entre outros), seja no campo (assalariado rural, vaqueiro, braçal, entre outros) – a faz em condições precárias e marginais, que não possibilita o trabalhador manter sua dignidade humana. Essa reinclusão é econômica, mas não cidadã (MARTINS, 1997:33).

As meninas do Vale do Rio Doce – quando suas famílias foram expulsas da área rural migrando para a cidade – que se integraram ao plano econômico por meio da prostituição, apresentam um caso de inclusão precária e marginal (DIÁRIO de Minas, 05 de abril de 1957).

Elas são incluídas como prostitutas, isto é, como pessoas que estão no mercado possível de uma sociedade excludente que é essa. Elas estão vendendo um serviço, recebendo dinheiro para sobreviver. Só que se trata de um serviço que lhes compromete a dignidade e a condição de pessoa. [...] Elas se integram economicamente, mas se desintegram moralmente e socialmente. [...] Já não é o mundo dos pobres, porque as pessoas são reincluídas economicamente, em vários graus e de diferentes modos, que no fundo comprometem radicalmente sua condição humana (MARTINS, 1997:33).

Assim como os trabalhadores e trabalhadoras que recebiam salários miseráveis (que impossibilitam sua sobrevivência) nas fazendas, na extração de mica, no fabrico de carvão vegetal, na lavagem de roupas – formas de inserção precária e marginal – eram privados da dignidade humana. Em Governador Valadares, a mendicância, outra forma de inserção precária, tornou-se um problema social tão grave que, entre 1949 e 1960, foram tomadas diversas providências pelo legislativo e executivo visando contê-la na cidade. Nos documentos do CEDAC, encontramos projetos de lei que proibia a mendicância, versando que para mendigar deveria portar documento de identidade e autorização, entre outros (PARECER nº 110 de 11/11/1949, PROJETO de Lei 89 de 09/11/1949, PROJETO DE LEI nº 90 de 09/11/1949, PARECER nº 111, de 11/11/1949).

Mas, também, nos meios subalternos, surgem formas de resistências que visam uma inclusão mais digna da pessoa humana. Segundo Chauí (1989, p. 45), os grupos subalternos manifestam formas de resistência mesmo em situação de aceitação e conformismo com a legalidade vigente. Eles podem simplesmente não aderir ao pensamento dominante sem, no entanto, rebelar-se contra ele.

Os trabalhadores do Vale do Rio Doce, no decorrer da década de 50, inserem-se nesse rol de trabalhadores que buscaram resistir, sem, no entanto, baterem-se frontalmente com os proprietários fundiários. Ao buscar formas de se inserir no latifúndio como agregados, assalariados, parceiros, entre outros, assim como buscar o amparo na lei, negando a se retirarem das glebas possedidas por décadas, e se organizarem em associações e sindicatos, foram formas de negociação e resistências manifestas pelos trabalhadores da região do vale do Rio Doce.

A experiência dos posseiros (expropriação, assimilação, inserção ao latifúndio, entre outras) levou a uma aprendizagem da resistência, pois é a experiência que possibilita a negociação e na negociação que se adquire instrumental para resistir. Os trabalhadores rurais não eram passivos, eles estavam apreendendo o meio, o que possibilitou o desenvolvimento de habilidades sociais para negociar. Há nesse processo a formação de uma consciência social e consequentemente de tensões.

Para Edward P. Thompson (1981:15), a experiência é uma categoria “indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo”. O autor considera a habilidade como uma prática que surge da reflexão sobre a experiência. A experiência é espontânea no ser social, ela é gerada na vida material e é dela que surge a consciência social e da consciência surge os valores.

Os posseiros do Vale do Rio Doce, ao serem expropriados e inseridos dentro da lógica do capital agropecuário, adquiriram novas habilidades, advindas da experiência de negociar a permanência na terra. Percebe-se uma nova consciência nos trabalhadores, a qual é mesclada com a tradição, ou seja, o novo saber é reelaborado com o saberes tradicionais. Há uma aprendizagem de habilidades sociais, ou uma pedagogia da resistência.

O que consideramos como pedagogia da resistência são os vários elementos acionados pelos posseiros/trabalhadores rurais para burlar a lógica da exclusão, exploração e violência do capital fundiário. A concentração de terras e a impossibilidade dos trabalhadores em manter suas posses possibilitaram a contra produção de um novo saber que funcionou como uma aprendizagem da resistência (NORONHA, 1986:22, 24 e 59).

A nova realidade que foi imposta a esses trabalhadores, que se transmutaram de posseiros para assalariados, parceiros, agregados e trabalhadores urbanos os levou a apreenderem uma nova dinâmica social. Essa aprendizagem possibilitou que os posseiros/trabalhadores rurais, quando expulsos, procurassem, por iniciativa própria, a justiça, reivindicando direitos que julgavam possuídos. A causa de um posseiro se torna a causa de todos, ou seja, uma causa coletiva. Mesmo não tendo um programa elaborado de resistência, ou certa coesão nas ações que eram impetradas na justiça, elas representam uma grande oportunidade de aprendizagem, na qual eles aprenderam a lidar com novos instrumentais em seu cotidiano. A consciência adquirida na negociação e no conflito possibilitou a instrumentalização de habilidades de resistência e a aprendizagem da cidadania. Os trabalhadores, ao denunciar a violência da expropriação e reivindicar direitos, reconheceram-se como sujeitos detentores de direitos e cidadãos (NORONHA, 1986:126 e 138).

Esse processo de pedagogia passa por um longo caminho de aprendizagem que perpassa pela exclusão, perda de autonomia, inclusão precária e um discurso de desqualificação do trabalhador. Sendo assim, a opressão que o latifúndio impõe aos posseiros possibilita o surgimento de habilidades de negociação. Ao negociar, os trabalhadores estão adquirindo novos padrões culturais que possibilitam a resistência.

O caso do Vale do Rio Doce

A industrialização do País a partir da década de 30, motivado pelo desenvolvimento varguista, incentivou o avanço da fronteira agrícola para áreas ainda não colonizadas. Diversos órgãos privados e públicos financiaram a expansão das

frentes de ocupação, tais como: “o capital comercial e bancário, através de empresas colonizadoras vinculadas a companhias de estradas de ferro, grupos econômicos nacionais e estrangeiros e entidades governamentais” (BORGES, B., 1996:39-40).

Segundo Bolsanulfo G. Borges (1996), o estado estabeleceu tanto políticas de industrialização quanto de colonização, por isso implantou diversas colônias agrárias em todo o país, medida que tinha como fim incentivar a pequena propriedade. Por conseguinte, as áreas de fronteira inicialmente foram colonizadas por pequenos proprietários – posseiros que dedicavam a agricultura de subsistência, posteriormente, com a expansão da fronteira agrícola, para essas áreas migraram o capital agrário, que implantou uma forma de relação de propriedade privada da terra ainda desconhecida do posseiro. Isso agravou os conflitos entre posseiros, primeiros ocupantes dessas terras, e os grandes proprietários, novos donos – legais – delas. O que vemos, então, nessas áreas de fronteiras, é o fenômeno da concentração de terras, e conseqüentemente a expropriação da frente expansão que por se ver impossibilitada de manter suas terras por meio do posseamento são inseridos de maneira precária as novas formas de trabalho.

Analisando os Censos de 1940 e 1960, podemos ver essa concentração de terra. Em 1940, a área total de propriedades com mais de 200 hectares correspondia a 60.969 hectares, já em 1960, essa área correspondia a 125.766 hectares. Embora, nesse período, tenha ocorrido o crescimento vertiginoso do número de propriedades com menos de 50 hectares – em 1940, havia 402 estabelecimentos com menos de 50 hectares e em 1960 esse número era de 926 –, a área total correspondente a esses não acompanhou o crescimento do número dos estabelecimentos – em 1940, a área total correspondia a 14.182 hectares e, em 1960, a 22.459 hectares. O crescimento do número de propriedades foi superior ao crescimento da área ocupada.

Maria Conceição D’Incão e Melo (1977:45-46), analisando o caso do Alto Sorocaba, considera que o crescimento no número da pequena propriedade se deu em detrimento da fragmentação da média propriedade. Isso, também, observamos no caso do Vale do Rio Doce, pois em 1940 havia 340 estabelecimentos com área entre 50 e 200 hectares; em 1960, esse número foi para 366. Porém houve um decréscimo da total ocupada por essas propriedades – em 1940 era de 38.186 hectares, sendo que em 1960 esse número declinou para 37.214 hectares. Outro fator que a autora observa nas pequenas propriedades são os proprietários “que possuem numerosas escrituras de áreas contíguas que compõem a sua propriedade”, ou seja, as pequenas propriedades também seriam parte dos latifúndios.

Esse tipo de concentração fundiária é típico das regiões de fronteira. A expansão da frente pioneira, que tem como característica a propriedade (posse capitalista e legítima da terra), impossibilita que a frente de expansão se mantenha. Por isso, os movimentos migratórios para a área urbana são comuns nessas regiões. Consequentemente, a propriedade legítima, torna os posseiros invasores de terras e, assim, marginais sociais. Mas também vemos nessas regiões surgir formas de resistência muitas vezes incompreendidas pela sociedade.

As expropriações de terra no Vale do Rio Doce

A ocupação do Médio Rio Doce se intensificou com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Diamantina (hoje Vitória-Minas) no final do século XIX. A partir de então a região teve intensa entrada de imigrantes pobres, vindos, sobretudo, do nordeste, fugidos da seca que assolou a região em fins do século XIX e início do século XX, para trabalhar na construção da estrada de ferro¹.

Maria Eliza Linhares Borges (1991:176) e Lana Mara de Castro Siman (2008:54-61) constataram que os imigrantes pobres que chegaram ao Vale, para a construção da estrada de ferro, após a interrupção da construção dessa via, na altura do Distrito de Antônio Dias, adentraram mata fechada e abriram suas *roças*. Essa foi a frente de expansão, que ocupou o Médio Rio Doce no início do século XX, por meio do posseamento de terras devolutas à revelia do estado. No decorrer das décadas 10 e 30, a região continuou com intensa entrada de imigrantes vindos, sobretudo, do Nordeste.

Na década de 10, a exploração de madeira ocorria nas áreas próximas às estações, sendo que as zonas distantes permaneciam mata fechada, onde os posseiros entravam e abriam suas glebas. Em meados da década de 30, a instalação da empresa mineradora Belgo Mineira em João Monlevade e o início da abertura da Rodovia Rio-Bahia, levaram novos interessados a possuir e comprar terras na região, ela se abriu como a nova fronteira econômica do estado de Minas Gerais, recebendo grandes investimentos de capital da frente pioneira. Isso provocou um crescimento rápido da população, consequência do encontro das redes viárias – Estrada de Ferro Vitória-Minas e Rodovia BR-116 – que se cruzam na cidade de Governador Valadares. A BR-116 possibilitou a exploração em larga escala dos recursos naturais e minerais. Em consequência dessa abertura, aos mercados nacionais, as matas da região deixaram de ser apenas de interesse dos posseiros, pois passaram a ter valor de mercado (imobiliário) (ESPINDOLA et. al. 2010:21-22).

Essa sobreposição de interesses tem contido diferentes camadas de tempo, pois posseiros e latifundiários, dotados de capital agrário, vivem diferentes períodos de tempo (KOSELLECK, 2006, 137). Em consequência dessa diferente forma de experimentar o movimento histórico, os posseiros que chegaram à região, nas primeiras décadas do século XX, foram expropriados de suas posses, pela frente pioneira, que detinha o capital e os títulos legais das terras. A expropriação de posseiros é uma característica da frente pioneira, pois essa se caracteriza por um grupo detentor de capital, com influência política e poder que os possibilitam se tornarem grandes fazendeiros (ESPINDOLA et. al., 2010:23).

A iniciativa da fazenda, a partir de 1930, expropriou os posseiros e os expulsou violentamente de suas terras. O governo não fiscalizava as informações prestadas nos requerimentos, e a Secretaria de Agricultura, desaparelhada, sem funcionários e equipamentos suficientes para exercer suas funções, não conseguia averiguar os pedidos de legitimação, o que possibilitou que se burlassem as exigências para o processo. Também havia a conivência de funcionários da Secretaria de Agricultura (fiscais de matas, agrimensores, coletores de impostos) com juízes de paz, deputados e grileiros. Isso possibilitou que pessoas que nunca haviam pisado nas terras do Vale do Rio Doce legalizassem grandes extensões de terra, em muitos casos acima do limite permitido pela constituição de 1946.

Quanto à conivência de funcionários da Secretária de Agricultura com a grilagem de terras, localizamos no CEDAC (Centro de Documentação e Arquivo de Custódia) um *manuscrito anônimo*² intitulado *A verdade sobre invasão de terras no Vale do Rio Dôce. Conceitos e medidas sugeridas para resolver convenientemente o problema...*³, escrito na década de 50, que denuncia essa situação. Não pudemos levantar a data correta de sua produção (ano/mês/dia), mas, no ano de 1953, houve diversas denúncias, no periódico Diário de Minas, sobre invasões de terras e de expulsões violentas de posseiros no Vale do Rio Doce. O manuscrito contesta essas denúncias de invasões de terras. Ele tem como tese que não estava acontecendo invasões de terras, mas sim, expulsões de posseiros, quando esses se recusavam a se retirar das terras, então legitimadas. Os proprietários legais procuravam os meios de comunicação e denunciavam os posseiros como invasores (MANUSCRITO:14⁴).

Esse documento aponta os funcionários da Secretaria de Agricultura como responsáveis pela situação de violência que se encontra a região. Às folhas 10 do aludido manuscrito, lê-se:

É sabido que nem todos os papeis que transitam por uma secretaria podem ser apresentados aos interessados, porque lá se acham para estudo, para

apuração de fatos, para justas deliberações do governo; são documentos reservados, no entanto, funcionários (sic) oportunistas e inescrupulosos apresenta (ilegível) aos açambarcadores, a madeiras (sic) e as demais representantes de classes privilegiadas, documentos que podem interessantes (ilegível) encaminhados as secret. por autoridades municipais que nem sempre agem politicamente, que desejam prestar sua parte de colaboração nos desprotegidos de em véspera de ser aguilhoado.

Ele ainda denuncia que a grande maioria dos que legitimaram terras do Vale do Rio Doce nada produziam. O único interesse que tinham era a valorização das terras (MANUSCRITO, p. 12) para vendê-las por valor elevado, ou seja, a especulação fundiária que, também, foi constatada por Carlo Castaldi (1957).

O *manuscrito anônimo* (13) observa que os latifúndios no Vale do Rio Doce eram em sua maioria irregulares, à medida que foram constituídos por anexação de glebas de pequenos posseiros e com legitimação de terras por meio de processos fraudulentos. Isso dificultava a posse da terra pelas pessoas pobres que desejavam produzir. As madeiras, empresas siderúrgicas, criadores de gado, entre outros legitimavam uma gleba e anexavam as terras dos pequenos posseiros. Verificamos a veracidade dessa informação na conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar, “in-loco”, as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional (1964:7, coluna 1) que diz:

(...) alguns grandes proprietários da região têm hoje suas fazendas formadas por glebas tomadas pela violência dos primitivos posseiros. O próprio Juiz de Direito da Comarca, Dr. Joaquim Martins, afirma que, constantemente, está julgando litígios sobre terra, especialmente, terra invadida. E a reação da Associação Rural de Governador Valadares, à pretensão dos que queriam terra, é uma confissão gritante de que alguns dos seus membros não podem dizer como adquiriram suas propriedades.

Muitos pedidos de legitimação na Secretaria de Agricultura eram de áreas de florestas fechadas que não tinham nenhum tipo de benfeitoria, ou ocupadas por posseiros, o que garantia a preferência de compra, fora da hasta pública, era o pagamento das multas e do valor da terra, que, em alguns casos, eram pagos antes que se entrasse com o pedido de medição (ESPINDOLA et. al., 2010:49).

A forma que os fazendeiros encontravam para legitimar as ações de violência contra os posseiros, que resistiam as expropriações, era taxá-los de comunistas. Para o *manuscrito anônimo* (p. 14) não eram os comunistas que estavam insuflando os pequenos posseiros, expulsos da terra, contra os fazendeiros, mas que os posseiros estavam tomando consciência da injustiça que estavam sendo vítimas. Em Governador Valadares, qualquer pessoa que manifestasse reação contra o latifúndio, ou alguma simpatia pelos posseiros ou ex-posseiros expropriados, seria considerada comunista (BORGES, M., 1988, p. 215).

Acusando os posseiros de *invasores de terras e comunistas*, os proprietários locais desviavam o foco da opinião pública do verdadeiro problema da violência no campo. No início dos anos 50, esses trabalhadores tomaram a iniciativa de defenderem direitos que julgavam serem possuidores. Eles procuravam o prefeito da cidade, Dr. Raimundo Albergaria, que os encaminhava ao Dr. Caio Monteiro de Barros, advogado que entrava com ação de litígio, contestando as medições dos agrimensores da Secretaria de Agricultura. Isso mostra que os posseiros tinham autonomia e que havia um processo de conscientização daquele grupo.

Observa-se nas ações dos trabalhadores formas de negociação tanto em nível institucional quanto no cotidiano. Segundo Marlene Catarina de Oliveira Lopes Melo (1987), a negociação social acontece entre diversos grupos de interesses e em diversos níveis, tendo como fim a readequação, a modificação e a reinterpretção das relações sociais, pois ela cria e recria regras e normas sociais. Neste trabalho de pesquisa vemos a negociação em nível cotidiano e institucional: o primeiro é a ressignificação dos posseiros, que, ao serem expropriados de suas glebas, integrar-se-ão às propriedades fundiárias como parceiros, agregados, assalariados entre outros; o segundo é a busca do amparo legal do Estado de Minas Gerais para evitar a expulsão da terra e a organização em Associações de Trabalhadores Rurais e sindicatos, ou seja, a negociação em nível institucional.

Considerações finais

As formas de negociação e resistência dos trabalhadores do Vale do Rio Doce mostram um incipiente surgimento de uma cultura política que possibilitou aos trabalhadores buscarem formas de permanecerem nas antigas posses. As diversas formas de negociação e resistência, sejam as negociações políticas amparadas pela lei ou as negociações no âmbito cotidiano, não podem ser negadas como

importantes instrumentos da luta pela terra na região. Sendo assim, não consideramos os conflitos entre trabalhadores e proprietários fundiários como ações isoladas de caráter individual, mas como ação coletiva.

Notas

¹ Rui Facó (1980, p. 24), analisando a imigração em massa ocorrida no nordeste em fins do século XIX e início do século XX, devido às secas periódicas, observa que as pessoas que emigravam saíam como animais nos porões dos navios, seminus, descalços e famintos, muitos não resistiam e morriam no decorrer da viagem.

² Esse manuscrito foi localizado na caixa 41, pasta 1282 (correspondências manuscritas – década de 1950). Quando realizamos a pesquisa (agosto de 2011), esses documentos ainda não haviam sido identificados e catalogados.

³ Doravante nos referiremos a esse documento como manuscrito anônimo.

⁴ Utilizamos a numeração do original.

Fontes

COMISSÃO Parlamentar de Inquérito destinada a verificar, “in-loco” as origens, natureza e profundidade da agitação reinante nos meios rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em qualquer outro ponto do território nacional (1964). In: *Diário do Congresso Nacional*, 17 de agosto 1965, suplemento nº 110.

Centro de Documentação e Arquivo de Custódia da Universidade do Vale do Rio Doce – Cedac/Univale. Governador Valadares/MG. Caixa 41, pasta 1282 (correspondências manuscritas década de 50).

RECENSEAMENTO Geral do Brasil. 1º de setembro de 1940. Série Regional, parte XIII, Minas Gerais. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?...C..>. Acessado em 03 de janeiro de 2012, às 13h15.

VII Recenseamento Geral do Brasil 1960. Série Regional, Minas Gerais. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Departamento de Estatística de População. Disponível em:<biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?...C..>. Acessado em 03 de janeiro de 2012 às 13h45.

DIÁRIO de Minas. Belo Horizonte: Hemeroteca Luiz de Bessa, 5 de setembro de 1957.

Referências

- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- BORGES, Barsanulfo G. A expansão da fronteira agrícola em Goiás. In: *História Revista – Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás*. Vol. 1, nº 2, pp. 37-55, jul./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/>>. Acessado em 22 de maio de 2011 às 10h11.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopias: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais (1950 - 1964)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FAFICH, 1988. (mimeo).
- BORGES, Maria Elisa Linhares. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. In: *Revista de Estudos Políticos*, separata do número 73 (pp. 173-201). Belo Horizonte, 1991.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.
- CASTALDI, Carlo. A aparição do demônio do Catulé. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Estudos de sociologia e historia*. São Paulo: Anhembi, 1957.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DUBAR, Claude. *A Socialização: construções das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto, 1997.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen, et. al. Apropriação de terras devolutas e organização territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, Jean Luiz Neves e ESPINDOLA, Haruf Salmen (Org.). *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens Interdisciplinares*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.
- FACO, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: Genese e lutas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FAIRCLOUGH, Norman. Teoria social do discurso. In: *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 89 a 131.

- GOMES, Ângela Maria de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel e outros (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Faperj, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e Horizonte de expectativa. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Negociação coletiva: análise da prática social e o espaço para aprendizagem*. Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, 2 (2): 146-163, mai/ago. 1987.
- MELLO, Maria da Conceição D’Incão e. *O “bóia-fria”: acumulação e miséria*. Petrópolis: Editora Vozes LTDA, 1977.
- MOURA, Margarida Maria. *Os desterrados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa a “madame”: trabalho feminino e relações de saber no meio rural*. São Paulo: edições Loyola, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1981.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SIMAN, Lana Mara de Castro. *A História na memória: uma contribuição para o ensino da História da Cidades*. Faculdade de Educação da UFMG. Dissertação de mestrado, 1988.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Tradicón, revuelta y consciéncia de clase*. Barcelona: Editorial Critica, 1989.
- THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Resumo

Nossa proposta é apresentar as formas de resistência que os Trabalhadores Rurais em Governador Valadares, no médio Rio Doce, buscaram durante o processo de

expropriação que vinham sofrendo na década de 50. As formas de resistência desses trabalhadores podem ser vistas como uma cultura política.

Palavras-chave: Negociação; Resistência; Cultura política

Abstract

Our purpose is to present the forms of resistance that the Rural Workers in Governador Valadares, in the middle Rio Doce, sought during the process of expropriation that had suffered in the 1950s. The forms of resistance of the workers can be seen as a political culture.

Key words: Negotiation; Resistance; Political culture

Resumen

Nuestro propósito es dar a conocer las formas de resistencia que los trabajadores rurales en Governador Valadares, en el centro de Río Doce, buscaran durante el proceso de expropiación que habían sufrido en la década de 1950. Las formas de resistencia de estos trabajadores pueden verse como una cultura política.

Palabras clave: Negociación; Resistencia; Cultura política

OPINIÃO

Iran Nunes

Pós-Graduado em Gestão e Avaliação do Desempenho Estratégico pela UPIS. Mestrando em Direção de Recursos Humanos pela Universidade de Ciências Sociais y Empresariales de Buenos Aires. Professor da UPIS e Faculdade AIEC. Consultor na área de Administração Estratégica.

Administração participativa e competitividade

Introdução

O que vem a ser a administração participativa, senão a busca da junção de todo o conhecimento humano da organização? É a democracia do pensamento organizacional, e cabe aqui um alerta, não se pode confundir a democracia com a anarquia do pensamento organizacional. Todos fatores organizacionais continuam existindo, ou melhor, coexistindo bem, que são as normas organizacionais, a hierarquia, a autoridade, entre outros, todos esses elementos organizacionais que são importantes para que haja um bom andamento dos processos.

Uma das definições de administração participativa compara-a com a filosofia ou política de administração de pessoas, que valoriza sua capacidade de tomar decisões e da resolução dos problemas, aumentando a satisfação e a motivação no trabalho, contribuindo para o melhor desempenho e para a competitividade das organizações e alcance dos objetivos organizacionais.

Juracy Cunegatto Marques (1987) define a administração participativa como sendo a administração solidária, a qual é mais inclusiva, distribuindo a responsabilidade de forma mútua, como uma adesão a uma causa comum, gerando união. Essa solidariedade, em oposição ao individualismo, faz parte do vínculo do indivíduo com a vida, aos valores de um grupo social, gerando uma dependência mútua entre os seres humanos em busca de ideais de realização. Em virtude disso, é que uns não podem ser felizes e se desenvolver sem que os outros também o possam. “A minha felicidade depende da felicidade do meu vizinho.” (MARQUES: 1987)

Segundo Mc-Ginn (1980:41), para que a administração solidária possa começar a se construir é preciso que os objetivos institucionais se tornem claros, não porque alguém os definiu de antemão, mas num processo lento, de sofrimento, de debates, de confronto de opiniões e posicionamentos. É assim que o diálogo, a comunicação fluente, torna-se o selo indispensável que constrói a autenticidade de um grupo.

Outra possibilidade é considerar que o diálogo é como um selo do ato do conhecimento. Dessa forma, o diálogo, dentro da administração participativa, po-

deria levar a mais do que uma informação ou um consenso; levaria também ao desenvolvimento de um conhecimento mútuo.

Esse método permite a manifestação dos funcionários em relação ao processo de administração da empresa de forma organizada e responsável, sempre contribuindo com suas experiências e conhecimentos, buscando agregar mais valores às funções e às pessoas participantes.

Administrar de forma participativa consiste em compartilhar as decisões que afetam a empresa, não apenas com funcionários, mas também com clientes ou usuários, fornecedores e, eventualmente, distribuidores da organização. A meta da administração participativa é construir um modelo participativo em todas as interfaces.

No modelo participativo, predominam a liderança, a disciplina e a autonomia. Nas organizações que adotam esse modelo, as pessoas são responsáveis por seu próprio comportamento e desempenho.

Na maioria das vezes, está dentro da própria organização o conhecimento para a melhoria dos seus processos. Basta saber ouvir o que têm a dizer os seus colaboradores. Esse processo deve ocorrer de maneira natural. Mas a administração participativa não ocorre só com a vontade da direção em dar mais liberdade e responsabilidade aos seus colaboradores. Muitas são as variantes para que isso ocorra de forma correta. Este é o objetivo do presente estudo.

Justificativa

Desde o início dos estudos da administração, temos uma infrutífera disputa entre as ênfases, ora na estrutura, ora nas pessoas. Foi assim com a primeira teoria elaborada por Frederic Taylor, no início do século XX, na qual a Administração Científica apresenta elementos cujo foco está nos processos administrativos. Segundo Taylor, a ênfase, independentemente de quem iria realizá-la, estava na forma com que a tarefa seria desenvolvida; o importante é a estrutura. Elton Mayo (1930), por meio de uma pesquisa denominada Hawthorne, apresenta um novo ponto de vista: em suas conclusões, ele mostra a importância do trabalho em grupo, inicia o que mais tarde Maslow e Mc Gregor (1940) ratificam em seus estudos, acrescentando dados importantes para a motivação humana, também estudada por Herzberg, à mesma época. A teoria dos dois fatores é importante para a compreensão do comportamento humano; assim, tanto a Escola das Relações Humanas quanto a Teoria Comportamental têm como ênfase as pessoas da organização. Os teóricos foram se sucedendo, alternando seus pensamentos entre teorias estruturalistas e humanis-

tas, até que Peter Drucker (1955), após desenvolver várias teorias com visões divergentes, consegue ter uma visão mais universalista da organização.

Toda essa discussão é uma enorme perda de tempo, pois as organizações são feitas de estruturas e de pessoas, e ambas são fundamentais para a obtenção dos resultados. Mas até que ponto uma organização pode viver sem pessoas ou sem estrutura? Isso sempre dependerá de seus objetivos ou de sua forma de trabalho. Hoje em dia, empresas diminuem significativamente o emprego de pessoas e tornam-se mais mecanicistas. Indústrias, bancos e outros segmentos trocam seus operários por máquinas. Caixas eletrônicas são mais eficientes que bancários. A colheita feita por máquinas na indústria sucroalcooleira é mais rápida e produtiva do que os cortadores de cana. Assim, vamos eternizando a disputa entre estrutura e relações humanas.

A busca desse equilíbrio depende de se definir a estratégia a ser adotada. Mas qual a melhor estratégia? Quem melhor conhece a organização? O proprietário, os acionistas, os executivos, os colaboradores? Quem, afinal, deveria desempenhar esse papel organizacional?

Segundo a administração participativa, o envolvimento de todas as pessoas da organização traz, como pontos fortes, o comprometimento, os resultados e, principalmente, o conhecimento. Ninguém pode ser considerado o detentor de todo o conhecimento da organização, e as organizações, na sua maioria, conhecem os caminhos a serem trilhados. Portanto a administração participativa tem como principal fundamento a troca de conhecimento e a melhoria da comunicação interna, visando à elaboração de metas e à otimização dos recursos existentes, bem como a visão dos ambientes internos e externos da organização.

Outro ponto a ser salientado é a questão do desenvolvimento organizacional. A administração participativa permite que a organização possa seguir aprendendo. Uns aprendem com os outros. Quando se conhece o ponto de vista de quem domina a parte prática do funcionamento da organização, pode-se aprender com a pessoa responsável: assim, o desenvolvimento humano passa a ser maior. Quando as pessoas participam da construção de uma organização melhor, tendem a se comprometer mais com os resultados e buscam atingir os objetivos com mais entusiasmo e motivação, contribuindo de maneira importante para o alcance das metas coletivas.

A interação e a comunicação podem fluir de maneira mais eficiente também na organização que adota o modelo participativo. A proximidade entre as pessoas favorece a constante troca de informações e conhecimento, construindo um pensamento coletivo integrado. O funcionário não só recebe ordens, mas participa da

elaboração e da construção dos projetos e das soluções da organização. A comunicação é um ponto nevrálgico nas organizações e seu sucesso depende de se conseguir estruturar essa questão fundamental.

Igualmente complexa é a capacidade de se ter uma noção exata das atribuições e competências do quadro de colaboradores. A contratação de um novo elemento da estrutura de uma organização passa a ter um propósito muito maior que simplesmente preencher um cargo vago; significa a responsabilidade de trazer para a organização pessoas que possam desempenhar as atribuições técnicas daquela função, mas também contribuir no todo, com ideias, muito mais do que com a força de trabalho. Esse ponto é talvez o mais complexo, pois contratar pessoas com esse perfil generalista e opinativo, principalmente no mercado de trabalho brasileiro, não tem sido uma tarefa fácil.

Mas a atividade da administração participativa se justifica pela busca de uma sociedade mais democrática e pelos altos níveis de motivação dos seus colaboradores, pelo reconhecimento de que as pessoas são mais importantes que as máquinas, têm mais capacidade e possibilidade de achar soluções e, assim, devem ser mais valorizadas, é, portanto, a valorização ampla e completa do ser humano.

Para Marques (1981:175), a proposta básica para gestão participativa destaca-se entre seus propósitos e metas pela integração, unidade e coesão de todos os órgãos e setores no estabelecimento de uma administração solidária. E, para caracterizar a ‘filosofia de trabalho’, a autora desdobra esse conceito, explicitando-o na forma de princípios gerais: Em primeiro lugar, a educação tem compromisso com a cultura em que se insere. Em segundo, a educação pode contribuir para as transformações necessárias da sociedade a que serve. Seu terceiro tópico é definir que uma instituição só é eficiente quando tem a participação de todos que nela servem. Em quarto, a educação se nutre e revigora da crítica, extraindo dela a teoria que emana da prática. Em seguida, considera que a aproximação com o real se dá em sucessivas abordagens, por meio de constantes formulações e reformulações das pessoas e dos grupos. Por último, diz que uma administração efetiva se constrói pela convivência solidária, que supõe respeito e apoio mútuos nas divergências.

1. Quando começa a administração participativa

Em primeiro lugar, a administração participativa depende das características da organização. O tipo de organização é importante para favorecer a implantação da administração participativa, impossível de se desenvolver em organizações que não possuam determinadas características, como, por exemplo, a liberdade de expressão.

A organização deve ter em sua cultura a liberdade de expressão, mas sempre mantendo o respeito, não podemos nunca confundir liberdade com libertinagem.

Algumas organizações são autocráticas; portanto, terão maiores dificuldades em aceitar ou implementar a administração participativa. Mesmo quando não represente atender às demandas de seus colaboradores, é preciso pelo menos ouvir o que eles têm a dizer. Para isso, é necessário que se mantenha um relacionamento que não seja uma via de mão única, não é puramente uma situação na qual os fatores são determinados pela alta gestão dentro de uma hierarquia e que se deve apenas cumprir o que foi ordenado. Por isso, é preciso conhecer as características da organização, que deve, além de ter uma abordagem mais democrática, ser capaz de promover a comunicação. É necessário que a comunicação flua em todas as direções e chegue a todos, otimizando os recursos para que essas ideias sejam estimuladas e que os colaboradores possam contribuir e, caso suas contribuições sejam aceitas, participar desse processo de resultados positivos. Em caso negativo de utilização da ideia, é fundamental que a organização possa também ter um *feedback* a respeito, para que, no futuro, o colaborador ainda se sinta motivado a participar, não criando assim o espírito interno de descontentamento. É importante compreender que a administração participativa tem de vir acompanhada de um processo no qual a organização esteja previamente preparada para aceitar, ouvir e preparar seus colaboradores para participar e, principalmente, para implementar as ações que eles venham a sugerir.

Em um segundo momento, a questão mais crucial da administração participativa passa a ser a análise minuciosa e realista da situação dos recursos humanos da organização. Se a organização tem colaboradores que possam contribuir inteligentemente com ideias para o crescimento da empresa e na solução de problemas e que sejam capazes de fazer com que ela possa alcançar os resultados esperados, nesse caso certamente serão alcançados bons resultados. Dessa forma, o trabalho tem duas vertentes: ao mesmo tempo em que é necessário que as contratações sejam criteriosas, para trazer para a organização pessoas com um melhor nível de conhecimento e que estejam dispostas a colaborar, é igualmente importante desenvolver e treinar as pessoas que já estão na organização. Essa avaliação será determinante para o ritmo de implementação da administração participativa. Se houver um grande número de colaboradores com um alto grau de capacidade de participação, a implementação pode ser rápida; se esse número for muito baixo, a implementação deve ser gradual e lenta.

É certo que toda e qualquer base da administração participativa está nos recursos humanos de uma organização. Mantendo a constante preocupação com

uma visão mais aprofundada e realista da situação dos colaboradores de uma organização, avalia-se de maneira exata e eficaz qual é a real capacidade dessas pessoas em contribuir com ideias e com soluções de problemas.

1.1 Contratação de Pessoal

A fase da contratação de pessoas requer profundas preocupações dos gestores de recursos humanos, não só com as características técnicas do profissional que está sendo contratado, mas também com a sua capacidade de se adaptar à visão participativa, de trabalhar em equipe, de repassar seus conhecimentos e de buscar novas formas de se realizar o trabalho.

As formas tradicionais de contratação podem ser demonstradas segundo o modelo apresentado por Robbins (2010), que é composto por três etapas: a primeira, a seleção inicial, na qual o principal objetivo é a triagem preliminar, para saber apenas se o candidato possui as qualificações básicas para um trabalho; a segunda, a seleção substantiva, que tem como principal característica a escolha dos candidatos mais bem qualificados, dentro daqueles que já estão selecionados, sendo essa escolha apoiada por testes escritos, testes de desempenho e entrevistas; a terceira etapa, a seleção contingente, que vem a ser a verificação final que é feita antes de propor a contratação, com a realização de exames médicos e toxicológicos, verificação de antecedentes. Outros autores propõem formas diferentes de seleção, mas, em todas elas, há algo de comum: o baixo índice de preocupação com as características do candidato ligadas à administração participativa, como, por exemplo, capacidade de integração, de socialização, de assimilação de novas formas de trabalhar e de se desenvolver. Essa falta de preocupação ou de atenção no momento da contratação se deve, muitas vezes, ao fato de que muitas organizações optam por concentrarem suas preocupações em fatores ligados à administração participativa depois de feita a contratação, treinando e desenvolvendo pessoas para que elas possam trabalhar dessa forma.

Por se tratar de uma questão relativamente nova, a administração participativa não tem um modelo, como os tradicionais modelos de gestão de recursos humanos, e muitas organizações a seguem de forma empírica, não observando técnicas, mas, sim, adaptando situações à medida que elas vão surgindo.

1.2 Treinamento e Desenvolvimento

Como a administração participativa requer uma grande capacidade dos colaboradores, o treinamento e, principalmente, o desenvolvimento são fundamen-

tais. Não se pode jogar toda a responsabilidade na falta de capacidade dos colaboradores; isso mostra a fragilidade das empresas em investir em seus recursos mais importantes, os recursos humanos. São comuns as empresas que não podem utilizar de seus recursos humanos porque simplesmente não possuem profissionais capacitados para tal, e também porque não investem para mudar essa situação.

Outra forma de se ter uma melhor disposição e de se mudar esse cenário de falta de pessoas capacitadas é o treinamento. Pode-se ensinar praticamente tudo às pessoas; mas é difícil chegar a uma participação consciente e de qualidade, o que dependerá diretamente das capacidades inerentes e do nível de conhecimento das pessoas.

Nos dias de hoje, o Brasil enfrenta a falta de base do conhecimento. Isso se reflete na questão do aprendizado e também da formulação de um pensamento lógico. É necessária a realização de treinamento de habilidades básicas de leitura e compreensão. Em comparação com outros países a respeito da capacidade de interpretação de texto e de raciocínio matemático, o Brasil apresenta os mais baixos índices, em pesquisas feitas por organismos internacionais de apoio à educação, e que foram amplamente divulgadas pela imprensa, com isso fica demonstrada a dificuldade que as organizações terão em ter em seus quadros funcionários que possam contribuir com ideias e pensamentos capazes de ajudar na evolução da empresa.

Há também o treinamento técnico. Mas, apesar de algumas empresas investirem nessa forma de treinamento e, sem dúvidas, ser um aprendizado necessário para o crescimento dentro das organizações, para o presente estudo essa é uma condição pré-existente e não será abordada.

1.3 Habilidades Necessárias

O desenvolvimento dos empregados de uma organização se dá pelo estímulo a uma participação maior dessas pessoas. O que as motiva a buscar esse desenvolvimento não é algo fácil de se alcançar. Essa etapa não é formal ou tampouco lógica. As metodologias de desenvolvimento não são completamente exatas, como é a metodologia de um treinamento, por exemplo. Assim sendo, é preciso que se conheça melhor os colaboradores da empresa, para que suas reais potencialidades sejam aproveitadas e exploradas em todo o seu potencial, tirando maior proveito de todas as pessoas em benefício das metas a serem atingidas.

Um dos vetores que podemos analisar são as habilidades necessárias para que se tenha um melhor aproveitamento da administração participativa. Elas são da

pessoa, mas podem, e devem, ser estimuladas pelas organizações. Nesse caso, a primeira é a habilidade interpessoal: o desempenho das pessoas depende de como elas interagem com seus colegas e chefes de maneira efetiva. Muitas pessoas têm essas habilidades, mas outras precisam receber treinamentos para melhorar a sua capacidade de comunicação, fazendo com que possam apresentar as suas ideias de maneira mais clara.

Outro ponto fundamental é a habilidade para a solução de problemas. Robbins (2010:541) considera que:

...esta habilidade está ligada ao treinamento de desenvolver a lógica, o raciocínio e a habilidade de definir problemas além da capacidade de identificar causas, desenvolver e analisar alternativas e selecionar soluções. Esse tipo de treinamento tornou-se parte de quase todos esforços organizacionais para a introdução das equipes autogerenciadas ou para a implementação da gestão pela qualidade total.

O desenvolvimento organizacional tem como principal fonte de avanço a questão da forma com que as pessoas são convidadas a participar. A forma com que são dirigidas é importante. Nesse sentido, a liderança é fundamental, como gerir ou como influir sobre as pessoas. A administração participativa passa por uma deliberação da liderança, que incentiva, cria ambientes favoráveis para a motivação e delega, sendo esse o ponto mais importante para sua realização prática.

1.4 O Papel da Liderança na Administração Participativa

A liderança tem um papel importante em qualquer situação. É dela o papel de decidir, de conduzir os destinos da organização. Nesse sentido, deve também haver uma preparação para que o líder esteja pronto para delegar funções aos colaboradores. Segundo Lener (1991), quanto mais delegamos corretamente, mais resultados obtemos, porque somamos esforços e multiplicamos nossa capacidade de ação.

A função da delegação é de fazer com que o líder seja liberado de algumas ações, o que deixa espaço para que ele possa ter mais tempo para cuidar de ações estratégicas, fazendo também com que as pessoas que recebem as “novas” funções melhorem seus desempenhos, ganhando com isso a organização como um todo, melhorando assim o nível de conhecimento geral. Algo que precisa ser ressaltado é que delegar não significa abandonar; delegar significa dividir o seu trabalho

de forma consciente. Para os que não conseguem delegar, com receio de perder o poder ou medo de se perder, a função controle pode ajudar esses líderes. A delegação de tarefas, acompanhada de um bom controle, é o segredo do sucesso.

O papel da liderança tem como principal função influenciar as pessoas para que elas possam atingir os objetivos da organização. Nesse sentido, a comunicação entre liderados e líderes é fundamental. A compreensão de que a comunicação não pode ser apenas dada por meio único precisa fazer parte da consciência do líder. Na administração participativa, a comunicação tem um papel fundamental e deve ser promovida pelo líder, que deve ter a iniciativa de propor um canal aberto para que ambas as partes possam se fazer compreender.

1.5 O Papel do Líder na Comunicação

Para Chatterjee (2013), a comunicação por meio de uma linguagem se produz como resultado de um intercâmbio ou da transação de significados, e o valor comum dos objetos intercambiados resulta ou não no sucesso dessa comunicação. Para esse autor, a liberdade de expressão tem duas dimensões: falar e manter-se em silêncio. A liberdade de falar nos permite dizer o que acreditamos ser adequado. A liberdade de se manter em silêncio nos permite explorar nossas compreensões mais profundas sem inibição.

Um dos aspectos importantes da liderança é a capacidade de tomar as decisões adequadas. Um líder tem que tomá-las, exaustivamente, ao longo do seu trabalho. Se for inteligente, sabe que as decisões podem ser compartilhadas com a sua equipe, desde que ela esteja preparada para isso, e que também as suas decisões são tomadas com base em informações, que podem vir de todos os lados, principalmente da sua equipe.

As decisões são tomadas com base em muitos aspectos e também sofrem a influência direta da personalidade do líder, mas geralmente são tomadas com base nas possibilidades e nas consequências que julgamos que serão geradas pela tomada dessas decisões. Quanto mais opções houver, maiores serão as possibilidades que teremos de achar uma solução. Algumas dessas opções são até opostas e outras se complementam. O papel do líder é o da escolha e da condução desse processo, para que seja a mais acertada. Por isso, a participação de todos é fundamental.

Como gerir as diversas informações? A comunicação faz uma enorme diferença, porque tanto para convocar as pessoas para a participação, quanto para dar o resultado, o líder deve ter a habilidade de se comunicar. O que vale também são os

dois aspectos da comunicação: solicitar às pessoas que participem com ideias sobre a melhor forma de realizar uma atividade e apresentar explicações sobre o que o foi decidido. Na administração participativa, o líder se compromete com as pessoas. Em primeiro lugar, se ele pede a participação dos colaboradores, deve, principalmente, zelar para que a ideia seja utilizada na íntegra, dar o crédito às pessoas que contribuíram com a sua criação, dando publicidade ao fato e estimulando outras pessoas a assim procederem. Segundo, se a ideia não foi aceita, por que não o foi, quais são os motivos que levaram à tomada de decisão diferenciada. Um líder não é obrigado a seguir o que as pessoas sugeriram; mas é obrigado a dar uma resposta sobre por que não acatar a sugestão, caso deseje continuar com a administração participativa no futuro. Atitudes assim evitam a desmotivação das pessoas em participar. Esse é o ponto mais importante da administração participativa, porque, dependendo de como uma comunicação é gerada, pode-se perder o controle sobre a repercussão desse fato, causando sentimentos os mais variados, como rejeição, por exemplo. É importante que sejam sentimentos positivos, de comprometimento com a ideia.

A comunicação como foi colocada acima é uma via dupla, que requer saber falar e saber escutar. As duas ações são complicadas, porque, quando falamos, imaginamos que todos estão compreendendo, e isso não é sempre verdade. A compreensão vai da forma com que nos comunicamos. Ouvir também requer um fator que não está presente em todas as pessoas, mas que é fundamental: a empatia. Saber o que o outro pretende dizer, a decodificação das mensagens, é algo muito complexo e que está além da interpretação da linguagem, e que envolve a compreensão do contexto em que a comunicação é feita.

A função do líder é saber separar as ideias, pensando sempre na razão e deixando a emoção para contrapor, não como um fator decisivo, mas acolhedor. A formação de um pensamento ou de uma ação deve sempre estar relacionada com o objetivo que a empresa tem. Assim, é clara a visão de que as decisões não são para agradar uma ou outra pessoa, mas em prol da organização, sendo, portanto, mais técnicas do que emocionais.

O líder deve também ter o desprendimento de saber que as pessoas são diferentes e pensam diferentemente dele; isso não é um ponto negativo, é uma forma de se ter outras possibilidades. Ele deve se afastar da vaidade de se achar o detentor de todo o conhecimento e buscar novas formas de encarar os desafios, mesmo que essas nuances venham de outras pessoas, e a generosidade de aceitar o pensamento diferente só contribui para que se possam alcançar melhores resultados.

1.6 O Capital Humano

Como já foi mencionado antes, o principal recurso de uma organização, quando tratamos de administração participativa, é o capital humano, e esse ponto é fundamental para o sucesso da empresa. Mas não é tarefa fácil contratar as pessoas corretas e tampouco reter essas pessoas nas organizações. Por isso, o capital humano é algo tão valorizado: porque são as pessoas que dão os resultados que as organizações precisam. Ter uma equipe competente é o primeiro passo para se obter o sucesso pretendido. Dessa forma, é imprescindível falar do capital humano. Quando tratamos desse termo, não se deseja desprezar as pessoas, colocando-as como um ativo comum das empresas, e sim valorizar, mostrar que esse capital é um recurso valioso. Segundo Friedman [et al] (2000:16), o capital humano não considera as pessoas um recurso perecível a ser consumido, mas um bem valioso a ser desenvolvido. Talvez o problema dessa expressão seja juntar em uma só denominação fatores econômicos e sociais. Essa mistura pode não ser totalmente adequada, mas, deixando a hipocrisia de lado, vemos que o termo é o mais adequado, porque valoriza economicamente o ser humano, a sua capacidade de realizar e de transformar suas ações em recursos palpáveis.

Se olharmos ainda mais a fundo, serão encontradas algumas personalidades que utilizaram termos parecidos, como, por exemplo, Karl Max, que afirma em sua obra, *O capital*, que todo valor vem da mão de obra. Também outros dois autores, Theodore Shultz e Sir Arthur Lewis, ganhadores do Prêmio Nobel de economia, pelo seu trabalho sobre o capital humano, que é considerada a primeira obra do gênero, inicialmente vista como pejorativa em relação ao tratamento dado às pessoas. Uma de suas ponderações mais célebres e que, talvez, seja motivo de repulsa para os humanistas mais radicais é de que o capital humano é substituível, mas não pode ser transferido como terra, trabalho ou capital fixo. Esse ponto é que mostra o recurso humano como sendo um meio de produção, ou seja, pode ser comparado a um ativo. Outro autor que critica a forma com que o capital humano é tratado é Peter Drucker. Em diversas obras, ele também faz uma crítica considerável sobre a forma com que algumas organizações tratavam seus trabalhadores no século passado, dizendo que alguns gerentes ainda acreditavam, no final do século XX, que os empregados precisavam mais das organizações, do que o contrário, quando, na verdade, o pensamento chave do conceito de capital humano é de que as empresas precisam de pessoas.

Tendo essa ideia sobre o capital humano, podemos, sim, mensurar o valor desse capital, e essa mensuração deve ser realizada levando em conta os resulta-

dos obtidos. Não há outra forma mais produtiva sobre essa questão: as pessoas valem pelo que podem produzir para as organizações. Esse ponto certamente desagrada muitos humanistas, mas é uma realidade; um médico só vale para um hospital pelo número de pessoas que ele salva, e não pela sua simples presença no ambiente de trabalho. O resultado é o que mostra a sua capacidade e sua competência, e o somatório de bons profissionais é que traz o resultado para uma organização, seja ela de que natureza for.

Mas existem alguns desafios a serem suplantados, quando se trata de capital humano. O primeiro deles é a própria limitação dos sistemas em medir a capacidade dos colaboradores. Para isso, é preciso ter um amplo conhecimento das pessoas que fazem parte das organizações. Pode parecer fácil, quando se trata de empresas pequenas, mas, quando se percebe que empresas de grande porte também precisam de processos de avaliação, vê-se que a complexidade em medir tal capacidade é proporcional ao tamanho da organização. Como realizar essas medições em uma organização com milhares de colaboradores? Cada empresa acredita ter achado uma forma de medir a capacidade e o desempenho de seus colaboradores, mas muito se perde nesse caminho por motivos diversos: algumas vezes, porque a empresa passa a tratar seu capital humano como números e não como indivíduos; em outros casos, porque alguns gerentes intermediários temem perder seus postos para os seus subordinados. Não importa a razão, é um desafio que as empresas precisam suplantar, para que possam aproveitar todo esse capital em sua plenitude, extraindo deles o seu potencial em prol de um desenvolvimento organizacional saudável.

Quando se trata de capital humano, vale ressaltar que, além de uma contratação melhor, cabe à organização criar um mecanismo de constante desenvolvimento do seu pessoal. Outro ponto importante é a ligação da formação das pessoas, com a estratégia a ser adotada pela organização.

1.7 O Capital Humano e a Estratégia Organizacional

Outra grande preocupação que as organizações devem ter é sobre a capacidade das pessoas em cumprir com as estratégias elaboradas, para que se possam alcançar os resultados pretendidos. Por isso, é importante que a estratégia da organização seja bem definida pelos administradores. A clareza estratégica facilita os procedimentos, quando se tem objetivos a atingir, e todos os colaboradores das organizações devem conhecer quais são esses objetivos, e o que será preciso fazer para alcançá-los. É importante adequar a sua força de trabalho ao que a organiza-

ção pretende alcançar. Esse ponto é apresentado por Ulrich (2010). O autor versa sobre a questão dos novos desafios da área de Recursos Humanos, que nesse sentido é o de recrutar pessoas que sejam competentes e que, principalmente, tenham competências ligadas aos objetivos e à estratégia da organização. O livro fala dos desafios da área de Recursos Humanos e explana sobre a competitividade, que é o que move as organizações. Como alcançar os seus objetivos em um mundo globalizado, no qual a competição não é mais regional e, sim, global, e empresas brasileiras competem com empresas da China, derrubando as fronteiras para a competição mundial e a formação de grupos empresariais que se especializam em determinados nichos de mercados. O autor considera que, em geral, a competição nos dias de hoje é muito mais acirrada.

Segundo Ulrich (2010), com a competitividade crescente, outro fator que se torna preponderante é a qualidade que se dá ao serviço prestado. O cliente dos dias de hoje não aceita qualquer tipo de serviço entregue, quer o que foi acordado; ele compara, analisa, observa e tem acesso aos concorrentes. É preciso oferecer uma qualidade crescente de serviços para se agregar valor ao produto entregue ao cliente. Não há mais tolerância com atendimento ruim ou deficitário: o cliente quer e paga por um serviço de qualidade superior. Outra consideração do autor é em relação ao custo, o quanto o cliente está disposto a pagar, mesmo por um serviço de melhor qualidade. As empresas muitas vezes não podem cobrar mais, por conta da concorrência.

O quarto desafio apresentado por Ulrich (2010) é a questão do fazer, não só planejar ou prometer, mas, principalmente, tornar real o que foi prometido, ou seja, definir qual é a capacidade da empresa em transformar seus projetos em realidade para o cliente, quais são seus pontos fortes e o que pode manter essa empresa competitiva no mercado. Sendo assim, outro desafio proposto é o de mudar sempre, mudar para se adaptar às novas realidades, às novas solicitações do mercado e às suas reais possibilidades. Com isso, surge a necessidade de novas tecnologias, tanto no que diz respeito a máquinas, quanto principalmente ao conhecimento. As formas de se realizar as novas necessidades, de se adaptar às mudanças serão sempre uma questão em aberto. Um grande desafio dos recursos humanos, e talvez o que tenha a ligação mais imediata com esse estudo, diz respeito ao desafio de atrair, reter e medir a competência e o capital intelectual das organizações. Ulrich (2010) classifica esse desafio como sendo um dos mais complexos. O capital intelectual de qualidade é escasso, o que torna a competitividade por esses grandes profissionais uma tarefa muito difícil para as organizações. Achá-los, atraí-los e retê-los é o maior desafio do departamento de Recursos Humanos das organiza-

ções. Mas tudo isso precisa estar diretamente ligado à estratégia organizacional. O último grande desafio é promover a transformação das organizações, para que essas possam se adaptar aos anseios do mercado e, dessa forma, tornarem-se mais preparadas para competir, racionalizando seus processos internos.

Mas hoje há outros fatores que fazem com que as empresas possam reter os seus talentos. São fatores que nem sempre estão ligados diretamente a questões salariais. As remunerações são importantes, mas não suficientes para que os talentos possam permanecer nas empresas. Outros pontos são tão importantes quanto os fatores econômicos – talvez até mais – que, na verdade, se tornaram como *commodities*. Nesse sentido, entramos nos fatores motivacionais que fazem com que o capital humano possa se sentir desafiado e possa ainda ter motivação para trabalhar em uma organização.

1.8 A Motivação no trabalho

Todos os anos existem revistas especializadas em pesquisas sobre empresas consideradas como os melhores lugares para se trabalhar. Estão todas relacionadas com os índices de satisfação no trabalho e muitas delas, segundo seus colaboradores, não têm as melhores remunerações. Esse é um indicador de que a satisfação não está diretamente relacionada com as questões de remuneração dos trabalhadores, mas, sim, com outros fatores. Para isso, é preciso entender a questão da satisfação e da motivação humana: são os dois pontos que levam as pessoas a terem determinadas atitudes dentro das organizações.

As atitudes são baseadas em componentes cognitivos, que fazem a análise crítica da atitude, componentes afetivos, que estão relacionados com a dimensão emocional, e o componente comportamental, que reflete a intenção de se comportar. O comportamento é sempre determinado pelas atitudes. No ambiente de trabalho, isso não é diferente, e o que os gestores de Recursos Humanos pretendem é fazer com que as pessoas sempre tenham no ambiente laboral atitudes positivas, contribuindo para que se possa atingir o objetivo organizacional. Alguns comportamentos dentro da organização são já estudados. Robbins (2010) cita três desses comportamentos: o comportamento afetivo, que é a forte ligação das pessoas como o lado emocional, o comportamento instrumental, que está ligado à questão econômica, e o comportamento normativo, que vem das obrigações morais e éticas.

Esses comportamentos mostram como as pessoas se comportam em relação direta dentro das empresas, suas atitudes e seus relacionamentos com seus colegas.

A satisfação das pessoas em trabalhar nas organizações é fundamental para que o colaborador possa atingir um nível de motivação próximo ao entusiasmo. Dessa forma, ele irá buscar suas metas e objetivos com maior vontade, o desafio se torna mais prazeroso de ser alcançado. Para isso, é preciso medir o nível de satisfação das pessoas no trabalho. O líder deve buscar sempre conhecer esse nível de satisfação de seus colaboradores, já que esse é um ponto decisivo na hora de tomar decisões e de alcançar os objetivos traçados. Assim, existem várias formas de medi-lo, mas a mais simples e eficaz é perguntar ao trabalhador se ele está satisfeito com a sua atividade, do que ele gosta e do que ele não gosta no seu trabalho. Dessa maneira, aberta e direta, é possível se mensurar como as pessoas se sentem no trabalho. Porém essa enquete só poderá ser feita depois de se ter alcançado um nível de confiança mútua. O trabalhador não deve temer a sua resposta, e o empregador não deve punir o trabalhador, caso a resposta não seja o que ele esperava.

1.9 A Inteligência Emocional

O comportamento é fruto também do uso correto de uma inteligência emocional bem aplicada, e isso é reflexo da capacidade das pessoas em controlar seus sentimentos, exercitando sua autoconsciência, sabendo detectar as emoções dos outros e administrar as informações dadas pelas pessoas.

A inteligência emocional é utilizada em todos os momentos, cabendo aos que sabem bem utilizá-la selecionar as suas atitudes mediante as necessidades do momento, tendo a flexibilidade de se adaptar às situações momentâneas. É também muito bem utilizada para a tomada de decisões. Dessa forma, é importante ter a ciência de como aplicá-la para que a tomada de decisões seja a mais acertada possível. É utilizada também para o desenvolvimento da criatividade e da motivação, porém é imprescindível para a liderança. Líderes eficazes conseguem fazer com que as pessoas que trabalham com ele sejam pessoas motivadas, graças principalmente às ferramentas que ele utiliza.

1.10 Motivação

A motivação é o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para alcançar uma determinada meta. Essa definição é relativamente comum, e os estudos da motivação dentro das organizações vêm ganhando força desde a década de 50. Estudos da Teoria Comportamen-

tal foram determinantes para um conhecimento mais profundo sobre o que é a motivação das pessoas nas organizações, e até hoje são atuais e corretos. A hierarquia de motivação de Maslow pode ter sofrido uma adaptação de uma organização para outra, mas é tão atual quanto antes. Outra teoria bastante conceituada, quando se trata de estudos relativos à motivação humana é a de McGregor, denominada Teoria X e Teoria Y. Outro estudioso da motivação humana e que se mantém atual é Herzberg, com a teoria dos dois fatores. Outras foram sendo apresentadas ao longo do tempo e também são importantes para se formar um conceito sobre a motivação humana dentro das organizações, como a Teoria do Reforço, proposta por Skinner. Esse é o lado da psicologia organizacional que também faz parte da forma com que as organizações são conduzidas, para que se possa aproveitar o máximo do potencial das pessoas. Nesse sentido, é que podemos dizer como podemos conduzir as pessoas, influenciando e tirando delas o seu poder de colaboração, motivação e conhecimento, que são pontos fundamentais para que se possam atingir os resultados pretendidos.

A construção do pensamento básico da Administração Participativa é centrada, em primeiro lugar, na capacidade das pessoas, ou seja, no seu potencial cognitivo. Em segundo lugar, leva-se em consideração a sua disposição em colaborar. Dessa forma, não podemos afirmar que há um modelo ideal de se aplicar a Administração Participativa, uma receita única, porque as variáveis são incontáveis e influirão diretamente na forma de implementação e manutenção do processo, mas podemos dar uma visão mais geral da utilização prática da Administração Participativa.

2. A administração participativa na prática

O objetivo da Administração Participativa é fazer com que as empresas possam se aproveitar do conhecimento das pessoas para solucionar seus problemas e alcançar seus resultados. Quem melhor conhece os problemas das organizações são as pessoas que nelas trabalham. A visão da oportunidade de se aproveitar esse conhecimento deve ser difundida dentro da organização, e, muito embora a decisão continue sendo uma prerrogativa e uma obrigação da direção, ouvir as pessoas sobre sugestões de como realizar cada uma das tarefas, fazendo com que as pessoas participem da gestão e da elaboração de planos para a organização, não fere em nada a autoridade da liderança dessa organização. Assim sendo, a condução do processo deve ser coordenada de maneira a fazer com que o modelo de gestão seja compreendido por todos.

Alguns modelos de gestão participativa já foram postos em prática, tanto na iniciativa privada quanto em âmbito governamental. A cidade de Porto Alegre instituiu o orçamento participativo, no qual a comunidade definia onde colocar os recursos da prefeitura. Dessa forma, o povo, que era o maior conhecedor dos seus problemas, pôde definir quais os investimentos eram mais necessários e passou a conhecer mais sobre fatores como orçamento e aplicação de recursos, além de fiscalizar como esses recursos eram aplicados.

Essa ideia é o que motiva esse estudo. Quando o colaborador tem a consciência do que deve ser feito, participa dando sugestões, que podem ser aplicadas total ou parcialmente. Se rejeitadas, a recusa deve sempre estar acompanhada de uma explicação para que, no futuro, o colaborador não se sinta desmotivado a participar. O colaborador se sente mais valorizado, quando ele faz parte do processo como um todo e não é um mero executor.

Cabe à liderança convocar as pessoas a participarem do processo, estimulando-as pessoas a darem as suas contribuições. As ideias devem ser ponderadas, analisadas, vistas de uma maneira sistêmica e, posteriormente, se aplicadas, a liderança deve apresentar a ideia a todos, dando os devidos créditos a participação do autor, ou dos autores da ideia. Nesse sentido, a empresa ganha em visão criativa, porque as pessoas apresentam soluções que são práticas, que estão próximas da realidade.

Por isso, falamos que a contratação de pessoas é um ponto fundamental. Se uma organização tem uma equipe que não tem capacidade profissional, muito provavelmente não terá uma pessoa capaz de contribuir de forma criativa. Assim, a contratação de pessoas que sejam capazes de ver o problema do ângulo da solução, de visualizar como resolver ou como melhorar um processo para que se possam alcançar os resultados, torna-se algo significativo para o crescimento contínuo dessas organizações. O que geralmente temos são pessoas que veem os problemas e não as soluções. Nesse caso, a administração participativa não terá êxito.

2.1 Efeito Colateral da Administração Participativa

Quando as pessoas recebem uma ordem, a motivação para se cumprir a determinação se dá de maneira diferenciada do que se elas recebessem uma sugestão. Quando há uma participação das pessoas na elaboração dos projetos, a sua motivação é muito maior. É notório que, quando as pessoas participam da elaboração do que precisa ser feito, elas se sentem mais responsáveis pelo seu êxito, buscam com mais vontade e motivação o resultado. Afinal, elas são também as criadoras, deram o seu aval pessoal sobre o que tinha de ser feito. Dessa forma, a

Administração Participativa tem esse primeiro “efeito colateral”, que é o aumento da motivação das pessoas em se cumprir com o que foi elaborado. Não se pode negar que dessa forma os resultados são alcançados com mais facilidade.

Outro efeito é em relação aos relacionamentos interpessoais. Os colaboradores aprendem ou desenvolvem a capacidade de trabalhar em equipe, porque a formulação de uma questão nunca deve envolver apenas uma pessoa, e sim todos da organização. O trabalho coletivo sempre será estimulado, e, por conta disso, as pessoas naturalmente se aproximam.

Outro ponto importante é que o desenvolvimento coletivo também tem uma grande melhora, porque, para dar ideias, as pessoas acabam buscando novos conhecimentos. Aprendem umas com as outras e também buscam conhecimento fora da organização, desenvolvendo uma nova consciência da necessidade de um aprimoramento constante.

A motivação é outra importante realidade na Administração participativa. As pessoas se sentem mais recompensadas com o reconhecimento da sua importância dentro da organização. A rotatividade diminui e aumenta a satisfação no trabalho. A motivação não está relacionada somente com o ganho financeiro, mas sim com a questão básica do trabalho, e que Hertzberg classifica como um fator higiênico na sua teoria dos dois fatores. A participação está diretamente ligada a fatores motivacionais e à satisfação do colaborador.

A comunicação é outro aspecto que sofre uma melhora significativa. Com as pessoas mais próximas, trocando ideias, melhora também a sua forma de se comunicar, e assim todos sabem o que todos pensam e o que têm de fazer, surgindo assim novas alternativas de comunicação, tanto formal, quando informal. A aproximação se torna algo natural, favorecendo os meios, os relacionamentos interpessoais e a comunicação.

Conclusão

A Administração Participativa não vem a ser uma busca de uma nova forma de gestão. Ela é uma gestão que já temos dentro de nossas organizações. O que se propõe é uma reflexão de como podemos utilizar os nossos recursos mais valiosos: os humanos. E se esses são os mais importantes, como sempre é apregoado pelas próprias organizações, então devemos aproveitar para que eles possam apresentar o seu potencial máximo, sem o desperdício de toda essa gama de conhecimento. Além disso, todos os pontos que foram denominados como sendo “efeitos colaterais” são extremamente positivos para as organizações e podem fazer toda a diferença no momento de se alcançar os resultados.

Portanto, é possível que se tenha uma visão clara de que o que foi exposto neste artigo não é o detalhamento de uma ação utópica, nem tão pouco vem a ter a intenção de se tornar uma teoria morta. A aplicabilidade desses pontos é algo vivo dentro das organizações. Quando arquitetado de forma eficaz pela liderança, pode tornar a empresa um referencial em relação ao seu capital humano, sendo que toda e qualquer ação tem, como pilares de sustentação, a melhora nos recursos humanos e resultados cada vez mais significativos para as organizações.

Assim sendo, a aplicação da Administração Participativa tem como principal objetivo o alcance das metas organizacionais por meio das pessoas que nela exercem as suas atividades profissionais. Não há aqui nada de novo, apenas uma descoberta que já somos capazes de realizar e não sabemos da força que temos.

Referências

- CHATTERJEE, Debashis. *El Liderazgo Consciente*. Buenos Aires: Ed. Grancia, 2013.
- FRIEDMAN, Brian; HATCH/ James e WALKER, M. David. *Capital Humano, como atrair, gerenciar e reter, da promessa à realidade*. 2.ed. São Paulo: Ed. Futura, 2000.
- LERNER, Walter. *Organização Participativa*. São Paulo: Nobel, 1991.
- MARQUES, Juracy Cunegatto. *Administração Participativa: poder, conflito e mudança na escola*. Porto Alegre: Ed. Sagra, 1987.
- _____. *Proposta Básica de Gestão*. Porto Alegre: Sagra, 1981.
- Mc. GINN, N. *Planning Education for development*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1980.
- ROBBINS, Stephen P. *Comportamento Organizacional*. São Paulo: Ed. Pearson Prentice Hall, 2010.
- ULRICH, Dave. *Recursos Humanos Champions*. Buenos Aires: Ed. Grancia, 2010.

Resumo

Muito se tem falado da importância dos recursos humanos nas organizações, considerado como sendo o principal recurso, aquele que é capaz de fazer a grande diferença no sentido do alcance dos objetivos. Este artigo tem como propósito discutir a participação dos colaboradores no sentido de observar a importância da melhor exploração do potencial que as pessoas têm, fazendo com que as organizações possam ter uma visão melhor das suas atividades. A administração participativa não tem como intenção subverter a hierarquia da organização, as tomadas de decisões devem

continuar sendo de responsabilidade dos principais administradores, mas a colaboração dos empregados da organização é muito bem-vinda. Vários outros pontos são abordados também, como a liderança e a motivação dos colaboradores, além das características da contratação e do desenvolvimento desses empregados.

Palavras-chave: Participação; Colaboração; Desenvolvimento; Motivação

Abstract

Much has been spoken of the importance of human resources in organisations, considered to be the primary resource, one that is able to make a big difference in the sense of achievement of goals. This article aims to discuss the participation of employees in order to observe the importance of better exploitation of the potential that people have, causing organizations to get a better view of their activities. The participative management has no intended to subvert the hierarchy of the Organization, the decisions must continue to be the responsibility of the main administrators, but the collaboration of the employees of the organization are most welcome. Several other points are covered too, such as leadership and motivation of employees, in addition to the features of the recruitment and development of employees.

Key words: Participation; Collaboration; Development; Motivation

Resumen

Mucho se ha hablado de la importancia de los recursos humanos en las organizaciones, considerada como el recurso principal, que es capaz de hacer una gran diferencia en el sentido de logro de los objetivos. Este artículo pretende discutir la participación de los empleados con el fin de observar la importancia de aprovechar mejor el potencial que tienen las personas, causando las organizaciones obtener una mejor visión de sus actividades. La gestión participativa no tiene pretende subvertir la jerarquía de la organización, las decisiones deben seguir siendo la responsabilidad de los administradores principales, pero la colaboración de los empleados de la organización son bienvenidos. Varios otros puntos están cubiertos, tales como liderazgo y motivación de los empleados, además de las características del reclutamiento y desarrollo de los empleados.

Palabras clave: Participación; Colaboración; Desarrollo; Motivación

Introdução

Estamos passando por uma crise mundial que afeta todos os aspectos de nossas vidas – saúde, modo de vida, qualidade do meio ambiente, as relações sociais da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais, mostrando uma real ameaça de extinção da raça humana. A exploração desordenada da natureza, o crescimento populacional, a irresponsabilidade no uso das fontes naturais é hoje uma das maiores preocupações mundiais.

O planeta Terra tem aproximadamente 4,5 bilhões de anos. A vida na Terra começou a surgir por volta de 3,5 bilhões de anos atrás. O ser humano está sobre a terra há mais ou menos de 2 a 5 milhões de anos, vivendo em equilíbrio com as outras espécies. Somente há uns 200 anos é que o homem começou a afetar o meio ambiente global de forma significativa, e apenas nos últimos 40 anos esse impacto se tornou, de fato, grave ao planeta (MACEDO, 2000). O homem antes se adaptava ao meio ambiente, hoje ele o domina (TUAN, 1980).

Dias (2004) fala que em nenhum período conhecido da história humana ela precisou tanto de uma mudança de paradigma¹ (padrão), de uma educação renovadora, libertadora. O ser humano involuiu, ética e espiritualmente. Além do atual estágio de desenvolvimento existente nas relações sociais, a falta de conhecimento, assim como a falta de consciência ambiental são grandes responsáveis pelas destruições ambientais (BERNA, 2004). É uma crise essencialmente de percepção (CAPRA, 2001).

Precisamos de um novo paradigma, uma nova visão da realidade, uma mudança fundamental de pensamento, percepções e valores, uma desconstrução da cultura proporcionada pelos grandes cientistas que nos ensinaram a concepção do universo como um sistema mecânico com a crença do progresso material ilimitado, alcançado pelo crescimento econômico e tecnológico (CAPRA, 2001). Capra (2001) propõe o ponto de mutação, um momento para parar e rever o processo, um momento de grande transformação cultural, por meio de um reexame de nossas premissas, valores, postura, mudança de mentalidade e mudança nas relações sociais e nas formas de organização social. É hora de se ter um pensamento sistêmico, complexo, no qual tudo esteja interligado, atuando como um conjunto fundido e harmonioso, relações

conectadas de fenômenos biológicos, psicológicos, sociais, econômicos e ambientais. Relações que incluem a natureza, o homem e sua consciência.

Carvalho (2004) propõe uma troca de lentes, ou seja, ver o mesmo panorama, com olhos diferentes. Mudar a visão de desenvolvimento a qualquer custo, com super exploração dos recursos naturais, acumulação de bens, e crescente abismo entre as camadas sociais num mundo no qual vale mais ter do que ser, por uma visão sócio-ambiental, orientada por uma racionalidade complexa e interdisciplinar, em que o meio ambiente não seja só visto como natureza intocada, mas como um campo de interações entre homem, cultura, sociedade, e a base física e biológica dos processos vitais se modificam dinâmico e mutuamente em todos os termos dessa relação, em que homem e natureza possuam uma relação de interdependência. A nova visão busca justiça, bem-estar e qualidade, não busca a quantidade.

Faz-se necessária uma educação que promova a percepção do mundo como um todo indissociável, com uma abordagem multidisciplinar na construção do conhecimento e no estabelecimento de novos valores. Pelo *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, a Educação Ambiental é um processo de aprendizagem permanente que vem promover o respeito a todas as formas de vida, estimulando a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, provocando uma maior consciência na conduta do ser humano para a preservação do meio ambiente e busca de uma melhor qualidade de vida (BERNA, 2004; SATO, 2003).

Pelas razões acima expostas, elegemos como objetivo central desse trabalho de pesquisa a reflexão acerca da necessidade de construirmos um embasamento teórico capaz de aproximar respostas à emergencial mudança de pensamento e comportamento que o ser humano precisa internalizar para que possa compreender adequadamente e agir de forma consciente e responsável contra a crise sócio-ambiental que assola o planeta.

Para que seja possível alcançar tal objetivo, qual seja, construir meios para efetivar uma mudança de postura e conduta frente à crise ambiental na qual nos encontramos inseridos, consideramos ser necessário que o processo de educação ambiental seja logicamente precedido por um trabalho de sensibilização por meio da percepção ambiental.

1. Mudança de paradigma

As civilizações parecem passar por processos cíclicos semelhantes de gênese, crescimento, colapso e desintegração. As crises sempre se apresentam como

um aspecto de transformação cultural, de mudança de princípios, ideias e valores, surgem novas visões das realidades, novos paradigmas (CAPRA, 2001).

A visão do mundo medieval, antes de 1500, era baseada nas teorias de Aristóteles e na teologia cristã, nas quais a visão era orgânica, viva e espiritual, caracterizadas pela interdependência dos fenômenos espirituais e materiais, e pela subordinação das necessidades individuais das comunidades. Baseava-se na razão e na fé, tentando entender o significado das coisas e não exercendo predição ou controle sobre elas (CAPRA, 2001; 2006).

Com a Revolução Científica, caracterizada por grandes descobertas, na física, astronomia e matemática e outras áreas científicas, passou-se a ter a noção do mundo como uma máquina, chamado Modelo Cartesiano, início da cultura moderna. Os cientistas descreveram a natureza matematicamente. Galileu, um dos cientistas da época, postulou que os estudos científicos deveriam se restringir ao estudo das propriedades essenciais dos corpos materiais, como forma, quantidades e movimento, das quais podiam ser medidas e quantificadas. As outras propriedades como som, cor, sabor, cheiro, bem como as sensibilidades estéticas e éticas, os valores, a qualidade, a consciência e o espírito, não deveriam existir no domínio das ciências (CAPRA, 2001; 2006).

O objetivo da ciência era o domínio e o controle da natureza, dando uma visão mecanicista, dualista e racional na relação homem e natureza (CAPRA, 2001). Com isso, em nome da objetividade e da busca de conhecimento, a racionalidade moderna acabou excluindo a complexidade. Na visão moderna do método científico, existe a separação entre sujeito e objeto, desdobrando-se em outras polaridades excludentes com as quais aprendemos a pensar o mundo: natureza X cultura, corpo X mente, razão X emoção, entre outros (CARVALHO, 2004).

A Revolução Científica, com todo o crescimento científico-tecnológico, culminou na Revolução Industrial, trazendo consequências negativas nas relações de exploração do homem e principalmente da natureza (ANDRADE, 2001b).

O paradigma moderno, do qual somos influenciados hoje em dia, tem como principais fundamentos (ANDRADE, 2001a):

- racionalidade cartesiana;
- visão reducionista das ciências, do mundo e da natureza, por meio da fragmentação;
- concepção mecanicista da natureza;
- confiança ilimitada na ciência e na tecnologia;
- filosofia do progresso, entendido como acúmulo de bens materiais e de avanço científico tecnológico;

- super-valorização dos fatos e da experiência, sem levar em conta os fenômenos metafísicos;
- ética antropocêntrica, que considera o homem como o centro de todas as coisas, levando a adotar uma postura de domínio sobre a natureza.

Hoje, devido a esse pensamento modernista, estamos vivenciando um estado de profunda crise mundial, complexa e de grandes proporções, que afetam todos os aspectos de nossa vida. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais sem precedentes (CAPRA, 2001; 2006). A crise do paradigma moderno se dá por esse não mais conseguir responder adequadamente aos novos problemas teóricos e práticos que atravessam a vida contemporânea (CARVALHO, 2004).

Pela primeira vez, fala-se numa real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta. São problemas sistêmicos, ou seja, estão interligados e são interdependentes (CAPRA, 2001; 2006). O modelo de desenvolvimento predominante está gerando perda da qualidade ambiental, sendo ecologicamente predador, socialmente perverso e politicamente injusto. São muitos os problemas ambientais que encontramos hoje em dia em decorrência desse desenvolvimento.

A solução só poderá ser implementada se a estrutura da própria sociedade for mudada, o que envolverá transformações profundas em nossas instituições sociais, em nossos valores e ideias (CAPRA, 2001).

A nova visão da realidade baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência de todos os fenômenos – físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais –, ou seja, o mundo visto numa concepção sistêmica e holística, no qual o todo é constituído de partes interligadas e dependentes uma das outras, num sistema vivo (CAPRA, 2001). Os problemas de nossa época não podem ser vistos isoladamente, ou seja, são problemas sistêmicos, estão conectados e são interdependentes (CAPRA, 2006).

O novo paradigma deve requerer uma mudança radical de nossas percepções, pensamento, valores e comportamento. Esse novo paradigma tem uma visão ecológica, que, a partir do ponto de vista sistêmico, a única solução viável para os problemas da humanidade é a sustentabilidade. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência dos fenômenos, e o fato de que, como indivíduos e sociedade, estamos todos interligados e somos dependentes dos processos da natureza (CAPRA, 2006).

O novo paradigma ambiental deve ser construído com base numa nova racionalidade – que se contrapõe à racionalidade econômica, mecanicista e instrumental predominante – e uma nova ética. Sua construção se dá segundo novas

relações entre o homem, a sociedade e a natureza, estabelecendo uma nova base (ANDRADE, 2001a). Enquanto o antigo paradigma está baseado em valores antropocêntricos (centralizados no ser humano), o novo está alicerçado em valores ecocêntricos (centralizados na Terra), em que todos os seres vivos são membros de comunidades ambientais, ligados uns aos outros numa rede de interdependência (CAPRA, 2006).

A nova visão da realidade é uma visão ecológica que vai muito além das preocupações de proteção imediata do meio ambiente. Ela necessita de mudança profunda na percepção do papel do ser humano com o seu meio (CAPRA, 2001), capaz de promover mudança de atitudes e valores, na busca de uma nova ética, reconhecendo os limites da natureza e valorizando-a, baseada no respeito social e na responsabilidade com a qualidade ambiental.

O Desenvolvimento Sustentável é o objetivo da nova visão, assumindo o papel de estratégia para a sobrevivência da espécie humana e da natureza, e a Educação Ambiental representa um importante componente dessa estratégia, em busca do novo paradigma, pois prepara os indivíduos e a sociedade para o paradigma ambiental sustentável, e promove uma nova percepção da realidade, um novo estilo de vida que prima pela consciência ambiental para uma sociedade mais justa e com qualidade sócio-ambiental (DIAS, 2004).

2. Educação ambiental

2.1 Definição

Existem várias definições para Educação Ambiental, e elas estão diretamente ligadas a evolução dos conceitos de meio ambiente. Stapp *et al.* (1969, *apud* DIAS, 2004), definiu a Educação Ambiental como um processo que deveria objetivar a formação de cidadãos, de forma que os conhecimentos relacionados ao ambiente biofísico e seus problemas associados pudessem alertá-los e habilitá-los a resolvê-los.

A IUNC (*Internacional Union for the Conservation of Nature*) relacionou a Educação Ambiental com a conservação da biodiversidade e dos sistemas de vida (considerada a primeira definição internacional). A Conferência de Estocolmo (1972) ampliou a definição a outras esferas do conhecimento, mas foi na Conferência de Tbilisi (1977) que a Educação Ambiental teve a sua definição mais aceita (SATO, 2003): A Educação Ambiental é um processo contínuo que visa a desenvolver uma população consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que

lhes estão associados, e que adquiram conhecimentos, valores, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para agirem individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (DIAS, 2002; MACEDO, 2005).

Para Genebaldo Dias (2004), a Educação Ambiental nada mais é do que um processo que procura desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com as questões e os problemas ambientais na busca para uma qualidade de vida sustentável. Por isso, a Educação Ambiental não pode se restringir apenas às escolas, devendo também ser trabalhada com as famílias, organizações sociais, clubes de serviços, sindicatos, empresas públicas e privadas por meio das mais variadas manifestações culturais, artísticas e sociais (MACEDO, 2005).

2.2 Finalidade

Em outubro de 1977, ocorre em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO com a ajuda do PNUMA. Essa Conferência é um marco importante para a Educação Ambiental, pois definiu seus princípios, objetivos e características, formulando recomendações e estratégias relacionadas aos planos regional, nacional e internacional (DIAS, 2004).

Para o desenvolvimento da Educação Ambiental, a recomendação é que se considerem todos os aspectos dessa questão, ou seja, a interdependência entre os aspectos econômicos, políticos, sociais, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos, para facilitar uma visão integrada do meio ambiente. Os indivíduos e a coletividade devem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades para descobrir os sintomas e as causas dos problemas ambientais e participar da prevenção e solução desses problemas, além de promover a melhoria da qualidade de vida. A Educação Ambiental deverá ter uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora, dentro de um processo contínuo de aprendizado, dirigido a todos os grupos sociais e profissionais. As escolas (pelo seu caráter educativo e de promoção de valores) e os meios de comunicação (pelo seu poder de influência no comportamento) têm um papel determinante na promoção da Educação Ambiental (DIAS, 2004; MININI-MEDINA, 2001).

Não se pode compreender essas questões sem observar suas dimensões políticas, econômicas e sociais. A Educação Ambiental deve chegar a todas as

pessoas, e seus conhecimentos devem tratar das suas realidades sociais, econômicas, políticas, culturais e ecológicas, a fim de que as pessoas possam se valer de seus direitos como cidadãos, na busca por um ambiente ecologicamente equilibrado, e, conseqüentemente, em busca da qualidade de vida. Todos têm responsabilidades individuais e coletivas nas questões ambientais (DIAS, 2004).

2.3 Objetivos

Os objetivos da Educação Ambiental traçados pelas recomendações de Tbilisi são (TELLES *et al*, 2002, p. 37):

- 1) *Conscientização*: contribuir para que os indivíduos e grupos sociais adquiram consciência e sensibilidade em relação ao meio ambiente como um todo e problemas a eles relacionados;
- 2) *Conhecimento*: propiciar aos indivíduos e aos grupos sociais uma compreensão básica sobre o ambiente como um todo, e os problemas a eles relacionados, e sobre a presença e o papel de uma humanidade criticamente responsável em relação a esse ambiente;
- 3) *Atitudes*: possibilitar aos indivíduos e grupos sociais a aquisição de valores sociais, fortes vínculos afetivos para o meio ambiente e motivação para participar ativamente na sua proteção e melhoria;
- 4) *Habilidades*: propiciar aos indivíduos e aos grupos sociais condições para adquirirem as habilidades necessárias à solução dos problemas ambientais;
- 5) *Capacidade de avaliação*: estimular os indivíduos e os grupos sociais a avaliarem as providências relativas ao ambiente e aos programas educativos, quanto aos fatores ecológicos, políticos, econômicos, estéticos e educacionais;
- 6) *Participação*: contribuir com os indivíduos e grupos sociais no sentido de desenvolverem senso de responsabilidade e de urgência com relação aos problemas ambientais a fim de assegurar a ação apropriada para solucioná-los.

Segundo Dias (2004), esses objetivos são interligados, pois todos podem levar a todos. Por exemplo, uma atividade de Educação Ambiental, que tem por objetivo oferecer conhecimentos, pode levar o indivíduo, ou grupo, a desenvolver uma habilidade, e essa habilidade pode sensibilizá-lo(s) a praticar uma ação, que pode levar a outros conhecimentos. Ele demonstrou isso pelo Diagrama de Cooper:

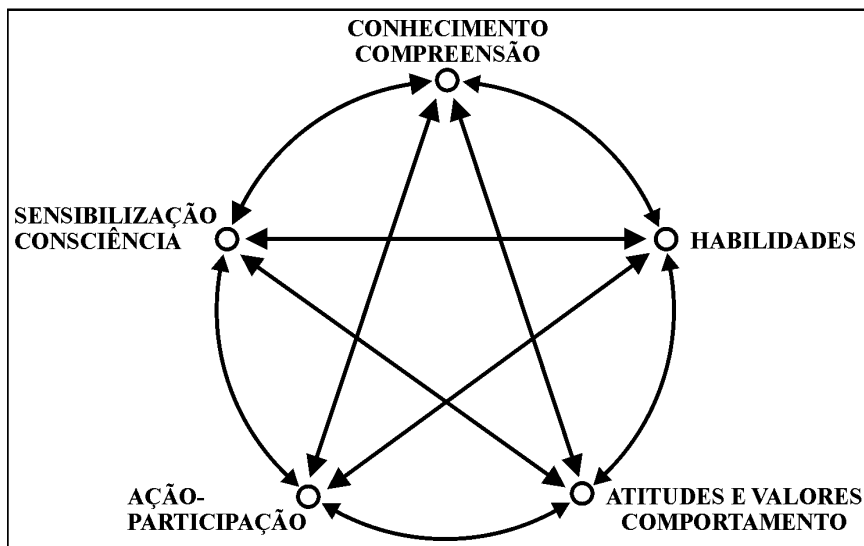


Figura 1: (DIAS, 2004. p. 111)

2.4 Princípios Básicos

A Conferência de Estocolmo, como vimos, teve princípios que serviram de inspiração e orientação ao mundo para a preservação e melhoria do ambiente humano. Nessa Conferência, reconhece-se o desenvolvimento da Educação Ambiental como elemento essencial para o combate da crise ambiental planetária (ANDRADE, 2001b; DIAS, 2004; MININI-MEDINA, 1997).

Em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, no âmbito das preocupações das entidades públicas, a UNESCO em colaboração com o PNUMA criou o Programa Internacional de Educação Ambiental, buscando a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo (MININI-MEDINA, 2001).

Em Belgrado, Iugoslávia (1975), também em resposta às recomendações da Conferência de Estocolmo, a UNESCO promoveu o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, resultando na Carta de Belgrado, um dos principais documentos para a Educação Ambiental (DIAS, 2004). Nesse encontro, foram formulados princípios e orientações para um programa internacional de Educação Ambiental, que deveria ser contínua, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. A Carta de Belgrado anunciava a necessidade da busca por uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação humana (DIAS, 2004; MININI-MEDINA, 2001).

Hoje são usados principalmente os princípios promovidos na Conferência de Tbilisi:

- a) considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético);
- b) constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando por de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- c) aplicar em enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada;
- d) examinar as principais questões ambientais, do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, de modo que os educandos se identifiquem com as condições ambientais de outras regiões geográficas;
- e) concentrar-se nas situações ambientais atuais, tendo em conta também a perspectiva histórica;
- f) insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir e resolver os problemas ambientais;
- g) considerar, de maneira explícita, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e de crescimento;
- h) ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais;
- i) destacar a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o senso crítico e as habilidades necessárias para resolver tais problemas;
- j) utilizar diversos ambientes educativos e uma ampla gama de métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, acentuando devidamente as atividades práticas e as experiências pessoais (DIAS, 2004).

Um dos princípios básicos da Educação Ambiental expostos no documento da Conferência é o de considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, considerar os seus aspectos naturais e os criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político, histórico-cultural, moral e estético). Até a conferência de Estocolmo, o ambiente era visto com formado pela fauna e flora (bióticos), mais os aspectos abióticos (temperatura, pH, salinidade, radiação solar...). Com a Conferência de Tbilisi, o ambiente passou a ser definido como formado pelos

aspectos bióticos + abióticos + antropológicos (a cultura do ser humano: sua tecnologia, construções, artes, ciências, religiões, política, economia, valores estéticos, éticos e morais, etc.). Esse princípio colocava a Educação ambiental numa abordagem mais holística, ou seja, considerando todos os aspectos da vida (DIAS, 2004).

O desenvolvimento sustentável se torna o objetivo central da Educação Ambiental, um novo paradigma a ser seguido, um busca de um desenvolvimento que permita a sociedade, além de um desenvolvimento econômico sustentável, benefícios sociais, assegurando a qualidade ambiental (DIAS, 2004).

A Educação Ambiental deve ajudar a descobrir os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais, defendendo os processos que permitam que os indivíduos e grupos sociais ampliem a sua percepção, aceitando a necessidade de mudanças.

3. Percepção ambiental

3.1 Percepção

A percepção é um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá por meio de mecanismos perceptivos – dirigidos pelos estímulos externos, captados pelos dos cinco sentidos (visão, olfato, audição, tato e paladar) – e cognitivos – que incluem motivações, emoções, necessidades, conhecimentos prévios, valores, julgamentos e expectativas (RIO, 1996).

O tato fornece ao homem uma gama de informações sobre o mundo (como forma, textura e temperatura). A mão humana é incomparável em sua força, agilidade e sensibilidade. Os primatas, em especial o homem, usam as mãos para conhecer e confortar os membros da mesma espécie, além de utilizá-las para explorar o meio ambiente físico (TUAN, 1983).

O sentido do olfato tem papel importante nos processos fundamentais de acasalamento e alimentação, mas o homem moderno negligencia esse sentido, pois tem como ambiente ideal aquele sem cheiros, ou odores, de qualquer tipo. Essa atitude é lamentável, pois o nariz humano é um órgão eficiente para farejar informações. Com a prática, é possível classificar o mundo em categorias odoríficas (ambrosíaco, aromático, etéreo, podre, perfumado ou nauseante). Pelo odor, o homem é capaz de evocar lembranças vividas e sensações (TUAN, 1980).

A sensibilidade auditiva nos primatas, em especial no homem, é menos evoluída em relação a outros animais. O homem depende mais conscientemente da

visão do que os demais sentidos, ou seja, muito mais conhecimento lhe chega por meio dos olhos que pelos demais sentidos, pois conseguem muito mais informações precisas e detalhadas sobre o meio ambiente do que os ouvidos, mas, em geral, o homem é mais sensibilizado pelo o que ouve do que pelo o que vê. Os sons da natureza, o choro de uma criança e a música estimulam o ser humano com intensidade maior do que a alcançada por imagens visuais. O homem se sente muito mais vulnerável aos sons (TUAN, 1980).

A dependência humana da capacidade visual para perceber e organizar o espaço é inquestionável, e os outros sentidos ampliam e enriquecem o espaço visual (TUAN, 1983). O mundo percebido por meio dos olhos é mais abstrato do que o conhecido pelos outros sentidos, mas é pelos outros sentidos que o ser humano é atingido pelas sensações. O homem percebe o mundo simultaneamente por meio de todos os sentidos, e a utilização majoritária de um ou outro sentido vai depender de componentes culturais e vivenciais de cada um (TUAN, 1980).

Os acontecimentos que nos chegam diretamente por meio dos sentidos fazem parte na formação do conhecimento, e as informações adquiridas de forma indireta, por meio das pessoas, escolas, livros, meios de comunicação, por palavras escritas ou verbais, completam esse conhecimento (MACHADO, 1996). Dessa forma, o processo de percepção pode ser analisado de duas formas: a sensação, mecanismo fisiológico pelo qual os órgãos sensoriais registram e transmitem os estímulos externos; a interpretação que permite organizar e dar um significado aos estímulos recebidos, de acordo com os conhecimentos adquiridos (SERRANO, 2000 *apud* ANDRETTA, 2008).

Pelos processos perceptivos, a partir dos interesses e necessidades que estruturamos e organizamos a conexão entre realidade e mundo, selecionamos, armazenamos e conferimos significados ao que é percebido (OLIVEIRA, 2006).

A mente não funciona apenas baseada nos sentidos e nem recebe essas sensações passivamente, exerce parte ativa na construção da realidade percebida, e, conseqüentemente, na definição da conduta do observador, ela organiza e representa a realidade percebida por meio de esquemas perceptivos e imagens mentais. A percepção apresenta-se como um processo ativo da mente juntamente com os sentidos, ou seja, há uma contribuição da inteligência no processo perceptivo, que é motivada pelos valores éticos, morais e culturais, julgamentos, experiências e expectativas daqueles que percebem, para a formação de uma conduta, ação ou comportamento (fig. 2) (RIO, 1996).

FILTROS CULTURAIS E INDIVIDUAIS

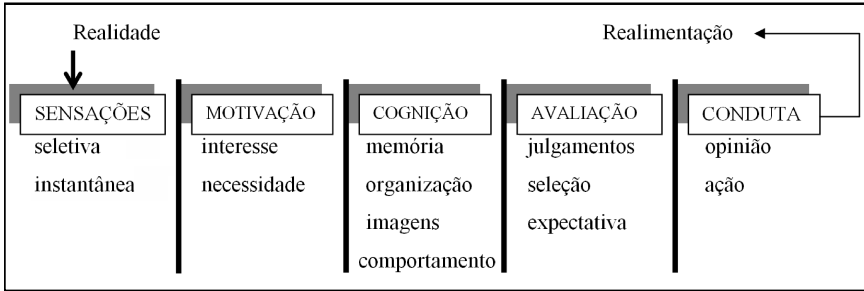


Figura 2: Fonte: Rio, V. del (1996:3)

Com a experiência, o homem constrói a realidade e o conhecimento. A experiência é dotada de sensações que permitem ao ser humano perceber o ambiente em que vive, utilizando-se dos sentidos, desenvolvendo a percepção que o indivíduo tem do meio ambiente. Quando lidamos com experiências diretas, a aprendizagem é mais efetiva e expressiva, tudo isso porque aprendemos por meio dos sentidos: visão (83%), audição (11%), olfação (3,5%), tato (1,5%) e gustação (1%). Do que aprendemos, retemos apenas 10% do que lemos, 20% do que ouvimos, 30% do que vemos, 50% do que vemos e executamos, 70% do que ouvimos e logo versamos e 90% do que ouvimos e logo realizamos (TELLES *et al.*, 2002). A experiência é a capacidade de o homem aprender por meio da vivência, e construir a realidade (MACHADO, 1996; TUAN, 1983).

Cada imagem, sensação e ideia que temos sobre o mundo são compostas de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória, e essas contribuem para percepção que temos de nós mesmos e do mundo a nossa volta (MACHADO, 1996).

A percepção serve de material bruto para as estruturas operacionais da inteligência (ação ou operação mental). A inteligência, ou atividades mentais, exerce influência direta ou indireta sobre a percepção, enriquecendo-a e orientando o seu funcionamento à medida que se processa o desenvolvimento mental. Inteligência e percepção estão reciprocamente interligadas (OLIVEIRA, 1996).

3.2 Percepção Ambiental

A percepção ambiental é um processo cognitivo, no qual a vivência é vinculada a fatores fenomenológicos, psicológicos, afetivos e simbólicos, nos quais os indivíduos procuram equilíbrio e segurança na paisagem. A paisagem se remete

tanto a noção de natureza preservada das ações antrópicas, como a natureza modificada pela atuação humana (COYUNGI, 2009).

Macedo (2000) define percepção ambiental como sendo as diferentes maneiras sensitivas, que os seres humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou mecanismos ambientais observados '*in loco*' (no ambiente, no lugar).

Já para Dallacorte (2003), percepção ambiental é um processo psicológico-ambiental que envolve três componentes:

- a) Componente cognitivo: ou seja, o conjunto de elementos informativos, de experiências, que permitem ao indivíduo avaliar em termos de opiniões, de juízos, de crenças, a qualidade de vida no seu entorno;
- b) Componente afetivo: que é o conjunto de sentimentos e emoções que inspiram determinado lugar, em termos de ser agradável ou desagradável, estético ou feio, atrativo ou repulsivo, aconchegante ou hospitaleiro, de preferido ou rechaçado, considerados por TUAN (1980), como conceitos de topofilia e tobofobia;
- c) Componente comportamental: o conjunto de disposições que atuam positiva ou negativamente dentro e/ou frente a um ambiente físico e sócio-cultural.

A Educação Ambiental atua com os componentes cognitivos e afetivos da atitude com o meio (DALLACORTE, 2003).

O comportamento social é influenciado pela forma como o ambiente é percebido (ou conhecido), e isso varia de pessoa para pessoa. A percepção ambiental se relaciona com a identidade do indivíduo, como ele interage com o espaço, sua importância para com o mesmo, bem como ele compreende essa paisagem (COYUNGI, 2009; DALLACORTE, 2003).

Desse modo, a forma como se percebe um determinado problema ambiental, ou mesmo a aceitação de sua existência, não é apenas uma questão cognitiva, mas é intercedido por interesses políticos, econômicos, posição ideológica, e sua afetividade com o objeto, e ocorre em determinado contexto social, político, espacial e temporal (MACEDO, 2000).

O valor que o ser humano tem da paisagem e seus componentes e a relação que mantém com o meio ambiente percebido influenciam nas ações e condutas de cada indivíduo. Ele depende do contexto e do interesse de uso, podendo ter um valor funcionalista, mercadológico, ou moral dos recursos ambientais da paisagem, tanto naturais quanto construídos (ALVES, 2009). Ou seja, para se compreender a

preferência ambiental de uma pessoa, precisamos avaliar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos, a história cultural do grupo em que está inserido, bem como sua experiência no espaço ambiental. Por exemplo, a percepção e os julgamentos do meio ambiente das pessoas nativas e dos visitantes mostram pouca coincidência porque sua expectativa e propósitos do lugar são diferentes, o nativo está inserido no ambiente, quanto ao visitante há um confronto com a novidade do local (TUAN, 1980).

A paisagem construída da cidade faz com que o indivíduo que vive nesse espaço, carregue consigo valores e significados que esse meio lhe forneceu ao longo de sua vida, pelas diversas experiências e percepções desse lugar (ALVES, 2009).

Com o crescimento das cidades, os espaços naturais foram diminuindo, e aos poucos foi ficando difícil evidenciá-los na paisagem urbana. Quanto mais se torna complexa a vida social, mais o homem da cidade se distancia de um mundo natural e se dirige a um mundo artificial (MACEDO, 2000).

A experiência em um espaço natural pode desenvolver outros tipos de percepção ao homem da cidade. O indivíduo, ao longo de suas vivências no meio ambiente onde está inserido e suas experiências, pode manter relações íntimas com esse ambiente, tornando-o um lugar para si (ALVES, 2009).

É por meio da percepção ambiental que são estabelecidas as relações de afeto do indivíduo com o meio ambiente e, desses laços afetivos positivos, pode acontecer a modificação dos valores ambientais atribuídos pelas pessoas (MACEDO, 2000).

Segundo Tuan (1980), existem diversas maneiras de perceber as paisagens, de se construir a realidade por meio de experiências únicas. Ao entrar em contato com o meio ambiente, as pessoas fazem uso dos sentidos em um processo associado aos mecanismos cognitivos, ou seja, cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio.

A paisagem é o espaço que une elementos naturais e construídos, os indivíduos e suas inter-relações, por meio de fatores culturais articulados e fatores naturais à paisagem (COYUNJI, 2009).

A cultura também tem um papel no condicionamento da percepção e dos valores ambientais das pessoas. Um ambiente físico uniforme e constante pode sofrer diferentes percepções baseadas nas diferentes experiências, antecedentes socioeconômicos e na forma como cada um está inserido socialmente (diferença de sexo, se é residente ou visitante...), dessa forma, mesmo que duas pessoas estejam observando um mesmo objeto, esse poderá ser descrito de formas diferentes. Tam-

bém, à medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, a atitude para como o meio ambiente pode mudar, ou até inverte-se (TUAN, 1980).

Podemos dizer, também, que a percepção envolve aspectos culturais, à medida que o observador apreende mais detalhadamente aquilo que lhe é familiar, aquilo que lhe remete a significados dentro do seu repertório sócio-cultural (COYUNJI, 2009).

A vivência proporciona sensações que permitem ao ser humano perceber o ambiente em que vive, empregando-se dos sentidos, desenvolvendo a percepção que o indivíduo tem do meio ambiente (ALVES, 2009). Sentir-se parte de determinado ambiente e da sua paisagem significa torná-lo seu lugar de vida, estabelecendo identidade com ele, construindo laços afetivos, referências e valores pessoais (EMÍDIO 2006, *apud* COYUNGI, 2009). Esse tipo de sentimento positivo para com a natureza é descrito por Tuan (1980) como topofilia.

Por meio da vivência em lugares naturais pode gerar, então, condutas ambientais positivas, de acordo com os valores colocados nessa paisagem percebida, além de propiciar condições de desenvolvimento pessoal e social (ALVES, 2009). O homem atua sobre a paisagem de acordo com a sua experiência, buscando se expressar e se identificar como os símbolos de seu contexto cultural, ou seja, o que está representado na paisagem é consequência da interação da sociedade e a da natureza da interpretação dos processos de composição do território (COYUNJI, 2009).

Em suma, podemos dizer que a percepção ambiental compreende os processos mentais e cognitivos dos quais o indivíduo sente, percebe, interpreta e toma decisões de acordo com seus ambientes. Quanto mais o homem conhece a respeito do meio ambiente em que está inserido, maior é o interesse e a preocupação com o seu funcionamento e a sua preservação.

4. Educação e Percepção Ambiental para uma Consciência Ambiental

Na recomendação nº 1 da Conferência de Tbilisi: a Educação Ambiental é o resultado de uma orientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais (DIAS, 2004).

Pelas observações apontadas no Congresso Internacional sobre Educação e Formação Ambientais, ocorrida em Moscou em 1987, a educação ambiental deve promover os meios de percepção e compreensão de vários fatores para moldam o

meio ambiente, e esses conhecimentos são adquiridos por meio da observação, estudo e experimentação de ambientes específicos. Deve definir os valores e motivações que conduzam a padrões de comportamento de preservação e melhoria do meio ambiente (DIAS, 2004).

A Educação Ambiental tem o papel de estimular e promover a percepção para que as pessoas despertem, atuem e com isso busquem melhorar e manter a qualidade de vida e de experiência humana (MACEDO, 2005). Assim a Educação Ambiental atua como controle de qualidade da percepção ambiental (MACEDO 2000).

O estudo da percepção ambiental, base para o trabalho da educação ambiental, é de suma importância para compreendermos a relação homem/ambiente, como eles pensam e agem ao meio, buscando uma solução que sensibilize o ser humano para uma consciência ambiental em busca da qualidade de vida (ANDRETTA, 2008; DALLACORTE, 2003; MACEDO, 2000).

O objetivo da Educação Ambiental é proporcionar aos indivíduos a compreensão da natureza complexa do meio ambiente, levando-os a perceber as interações entre os aspectos físicos, socioculturais e político-econômicos que compõem a relação homem/meio. Ela também busca fornecer maneiras de interpretar as interdependências do meio ambiente, além de buscar mudar a concepção do homem com relação à natureza, tornando-o mais responsável, comprometido com valores éticos e de solidariedade entre os seres vivos, exercitando a sua plena cidadania (CANDIANI *et al*, 2004).

A formação das atitudes ou comportamentos começa como um processo de aprendizagem, se o que nos é ensinado, aceito e admirado, influencia nossas perspectivas de análise, assim como a utilização ou não das nossas sensações para o entendimento do que nos cerca, parece evidente que o conhecimento é uma peça fundamental na compreensão da interação homem/natureza. Dessa forma, é necessário, então, desenvolver um aprendizado que envolva elementos de ordem científica, ética e estética, em que essa interação seja explicitada e favoreça a conscientização ambiental e estimule ações relativas à conservação da natureza (MACEDO, 2000).

A Educação Ambiental é o caminho para promover o conhecimento e compreensão, estimulando a percepção do meio e o papel do ser humano inserido na natureza, e a percepção influencia o comportamento humano. Por tal motivo, a Educação Ambiental não pode ser vista apenas como um modelo educacional de repasse de informações e conteúdos, mas como uma educação para uma nova cultura, uma nova sociedade e uma nova forma de relacionamento homem e meio

ambiente. Ela deve ser, acima de tudo, voltada para transformação social, educando para cidadania. O início do despertar para a conscientização (sensibilização), dotando o público de informações e dando-lhes condições de uma análise crítica sobre a relevância de um fenômeno em suas vidas (CARVALHO, 2004; DALLACORTE, 2003).

Dias (2004) acredita que a mudança de comportamento por meio da Educação Ambiental só será efetiva se todos os membros da sociedade participarem, de acordo com as suas habilidades, nas complexas e múltiplas tarefas de melhoria das relações das pessoas com seu meio ambiente, e isso só pode ser realizado quando as pessoas se conscientizarem do seu envolvimento e de suas responsabilidades. A Educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social, tornando-se uma educação para a cidadania, e a percepção ambiental está sendo usada no sentido amplo de uma tomada de consciência do ambiente pelo homem (DALLACORTE, 2003).

A cidadania tem a ver com o pertencimento e identidade numa coletividade. A Educação Ambiental, como formação e exercício de cidadania, tem a ver como uma nova forma de encarar relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe novos valores morais e uma forma diferente de perceber o mundo, o meio ambiente e o homem (DALLACORTE, 2003).

Fritjof Capra (2001) propõe uma transformação cultural de grande magnitude, por meio de reexame de nossas premissas, valores, postura, uma mudança de mentalidade, e como consequência mudança nas relações sociais e nas formas de organização social. É preciso fazer a transição de um pensamento linear para um pensamento complexo, com o mundo sendo percebido como a junção das partes, atuando como um conjunto fundido e harmonioso, em uma rede de relações que incluem a natureza, o homem e sua consciência.

O desenvolvimento de atividades ligadas à Percepção e Educação Ambiental devem proporcionar à sociedade uma maior sensibilização e reflexão, em relação ao meio ambiente como propósito de fortalecer o exercício da cidadania e as relações interpessoais com a natureza, acelerando o desenvolvimento de novas atitudes capazes de produzirem novas ações coerentes com a sustentabilidade, ambiental, cultural, econômica, social e espacial (DIAS, 2004).

A sensibilização traz a proposta de mudança do aspecto racional na prática educativa pela busca de se atingir a dimensão emotiva, espiritual da pessoa humana na sua interação com a natureza. E, para que tal ocorra, é necessário que a educação e percepção ambiental despertem a contemplação, a reflexão e a emoção (MARIN *et al*, 2003).

A interação com o meio ambiente ganha caráter de inter-relação, em que somos envolvidos com o ambiente em volta, ao mesmo tempo em que produzimos uma visão da realidade, construindo percepções, leituras e interpretações desse ambiente. Dessa forma, colocamos as condições ambientais vivenciadas num novo mundo de significados transformando a natureza em cultura, trazendo-a para o campo da compreensão e da experiência humana de estar no mundo e participar da vida (CARVALHO, 2004).

A reflexão gera a distinção do ser, do mundo e das coisas, faz com que o ser humano procure entender as suas percepções, questionar e dar forma aos significados do objeto percebido e aceitar a sua relação com o mundo. A análise reflexiva é parte importante para o processo de construção de novas atitudes (MARIN *et al*, 2003).

Para que o ato reflexivo tenha resultado de êxito, é preciso que os trabalhos de Educação e Percepção Ambiental envolvam todas as pessoas e para isso é preciso conhecer o público a ser trabalhado. Por exemplo, os idosos possuem mais tempo livre, e apreciam as oportunidades de interação e trocas de experiências, porém possuem menor mobilidade e, na maioria das vezes, deficiência na audição e visão (VAS-CONCELOS, 2003). Já uma criança, ou até mesmos os jovens, possuem uma maior mobilidade e necessitam se envolver no ato de experimentar, tocar, cheirar, provar, escutar e observar o meio que os cerca, para um melhor aprendizado e vivência significativa, proporcionando uma melhor visão do mundo. (LARRATÉA *et al*, 2009).

Paulo Freire (citado por CARVALHO, 2004) também se preocupou com a compreensão da mediação entre natureza e cultura como condição para o processo de aprendizagem, e a aprendizagem é sempre um ato criador, mediante o qual se produzem novos sentidos culturais e a autocompreensão do sujeito, conferindo-lhe novas leituras do mundo e de si mesmo.

A Educação Ambiental é uma prática reflexiva, que abre um novo campo de possibilidades de entendimento e autocompreensão da problemática ambiental. Ela trabalha no fortalecimento da ética que articula a sensibilidade ecológica e valores emancipadores, que contribuem na construção da cidadania ambientalmente sustentável (CARVALHO, 2004).

Nesse contexto, a Educação Ambiental deve ser uma educação para a cidadania, possibilitado cada pessoa ser portadora de seus direitos e deveres, tornando-se co-responsável na tomada de decisão para a defesa e melhoria da qualidade de vida. É a busca pelo paradigma sócio-ambiental, na qual a natureza e os homens, bem como a sociedade e o ambiente, estabeleçam uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo (CARVALHO, 2004).

4.1 Alguns Instrumentos de Educação e Percepção Ambiental

O processo de educar envolve receber informação trabalhá-la, interpretá-la e agir em decorrência da interpretação a que se chegou. Atividades, demonstrações práticas, exemplos da vivência diária são formas eficientes de atingir a percepção. Para que as pessoas se sintam conectadas, percebendo as suas atitudes sobre o meio ambiente, um programa de Educação Ambiental deve promover simultaneamente a sensibilização, a conscientização, o desenvolvimento de novos conhecimentos, de atitudes e de habilidades necessárias para a preservação e melhoria da qualidade ambiental (DALLACORTE, 2003; VASCONCELOS, 2003).

A prática de lazer em contato com a natureza é uma experiência diferente e prazerosa, o indivíduo sai de sua rotina e entra em contato com uma paisagem totalmente diferente da habitual. Tal interação se torna uma experiência interessante, pois gera um novo desenvolvimento do ser humano, um reencantamento do indivíduo com a natureza, promovendo uma nova construção da percepção do meio e conseqüentemente uma mudança de paradigma, capaz de fomentar novos valores e provocar atitudes positivas para com o meio ambiente, além de tornar o homem mais crítico a atual ordem econômica, política e cultural (ALVES, 2009).

A seguir apresentamos alguns instrumentos para a promover a percepção do meio ambiente por meio do processo de Educação Ambiental. Todos buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promove a sensibilização, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente:

- Ecoturismo: “O ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentada o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” Política Nacional de Ecoturismo (1995, *apud* ANDRETTA, 2008). No ecoturismo, existe movimento, ação, busca de experiências, de um contato mais próximo com a natureza. O ecoturismo também passa conhecimento e curiosidade sobre a natureza, os costumes e a história do local, integrando e envolvendo o visitante com o local (VITORINO, 2001).
- Interpretação Ambiental: é uma tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que esses sejam informados, em vez de apenas distraídos, e educados, além de divertidos. Como instrumento educativo, a interpretação pode ser usada em ambi-

entes diversos e para todos os tipos de público, atendendo as várias oportunidades e necessidades (VASCONCELOS, 2003). É caracterizada pela informalidade e encantamento, ela provoca, cativa e estimula o indivíduo a observar objetivamente, pensar criticamente e agir conscientemente (FONTES, 2001; VASCONCELOS, 2003).

- **Trilhas Interpretativas:** As trilhas são meios de deslocamento, percursos, caminhos por meio do espaço geográfico, histórico e cultural, em locais que proporcionem a observação dos aspectos que compõem o ambiente natural e antrópico. Hoje em dia, vem sendo muito utilizada como meio de contato com o meio ambiente (LARRATÉA *et al*, 2009; VASCONCELOS, 2003). As trilhas interpretativas podem ser usadas como instrumento de manejo de Unidades de Conservação ou no Ecoturismo como forma de recreação transformando-se numa prazerosa oportunidade de educação para a Percepção Ambiental, levando os usuários a descobrir a realidade do meio ambiente, alcançando a consciência de que fazemos parte desse meio ambiente, e que devemos preservá-lo (ANDRETTA, 2008; VASCONCELOS, 2003).
- **Mapas Mentais:** Os mapas mentais ou cognitivos são uma forma de interpretar e representar o que o homem percebe do meio ambiente. Conforme contexto da abordagem humanística e não cartográfica, mapa é uma imagem simbolizada da realidade geográfica, representando feitos ou características selecionadas por seu autor (OLIVEIRA, 2006). Downs & Stea (1977, citado por ALVES, 1996), referem-se a mapas mentais, como processos cognitivos por meio dos quais pode-se apropriar e compreender o mundo ao redor e também como um representação pessoal do meio físico. Os mapas mentais na percepção ambiental devem ser vistos como uma forma de comunicar, interpretar, representar e imaginar conhecimentos ambientais, ou seja, por meio dos mapas mentais é representada a percepção que cada um tem em relação ao meio onde está inserido (OLIVEIRA, 2006).

Considerações Finais

Em 2003, cursando a disciplina de Educação Ambiental na Universidade de Brasília, como aluna especial, tivemos a oportunidade de montar uma trilha interpretativa no campus universitário. A trilha se intitulava “Trilha do Lixo”, que percorria o caminho do Restaurante Universitário (RU) até o Instituto Central de Ciên-

cias (ICC) sul. Os usuários da trilha eram instigados a observar os lixos acumulados pelos canteiros no caminho, em especial copos descartáveis, bem como o número de lixeiras e seu estado. O objetivo era informar os usuários quanto à degradação provocada pelo lixo, instigando a percepção dele no meio em que vivem, e provocar uma mudança de postura nesses usuários, bem como inspirá-los na busca de solução para o problema. As pessoas que fizeram essa trilha foram capazes de avaliar a situação e sugerir soluções como: melhoria na manutenção das lixeiras e aumento do número dessas; diminuição da produção de lixo, incentivando os usuários do RU a usarem a sua própria caneca em vez de copos descartáveis.

Foi com essa experiência que atentamos para a importância de um trabalho focado na percepção como base para um efetivo processo de Educação Ambiental, voltado para a formação política do cidadão. A Educação Ambiental não pode ser dissociada do processo educacional como um todo, e esse processo deve ser visto como um ideal de formação do cidadão, permitindo o ser humano assumir uma posição crítica frente ao atual modelo de desenvolvimento, calcado na acumulação capitalista, no consumismo, no domínio e super-exploração da natureza e injustiça social.

A Educação Ambiental não é apenas mais um método de disciplinarização do educando, ou seja, não pode ser só um repasse de informações, mas sim um processo de aprendizagem focado na autonomização e na formação crítica do cidadão. É uma *práxis* reflexiva e emancipadora, que deve ser vivenciada e externalizada num processo de sensibilização, de alargamento da percepção para a construção de uma nova leitura do mundo e do ser humano.

A crescente urbanização e desenvolvimento industrial aumentaram a distância entre o ser humano e a natureza, interferindo na forma de se perceber e sentir o meio ambiente. Por causa disso, vemos um caos sócio-ambiental nunca antes visto. É uma crise ambiental, social, política, econômica e também de comportamento, percepção e consciência. Faz-se necessário uma ruptura com o atual pensamento moderno, uma mudança profunda de suas estruturas, pensamentos e valores, para poder reverter a possibilidade de uma extinção da raça humana e de toda a vida do planeta.

A Educação Ambiental vem para despertar a percepção do meio ambiente e restabelecer os vínculos entre humanidade e natureza, sendo promotora e integradora da consciência ambiental.

A percepção e o engajamento do cidadão em relação à importância dos elementos naturais e aos problemas ambientais é um passo importante para contemplar os objetivos da Educação Ambiental. Para que isso ocorra, é necessária

uma harmonia entre as realidades políticas, econômicas, sociais e culturais, bem como questões ecológicas.

A Educação Ambiental aliada à Percepção Ambiental deve ter como objetivo a transmissão de conhecimentos e compreensão dos problemas ambientais, gerando um processo de sensibilização, conscientização e conhecimento, para a promoção de uma transformação e mudança de mentalidade, atitudes, valores, e no desenvolvimento de novas atitudes capazes de produzir novas ações coerentes com a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica, social e espacial, em busca do exercício pleno de cidadania e qualidade de vida.

Para a situação que nos encontramos hoje é emergente essa mudança de paradigma, pois o planeta não mais suportará o atual nível de desenvolvimento e vivência sócio-ambiental. É emergente uma nova maneira de ver, focalizar e viver nossas relações com o planeta, por meio da ética, tolerância, equidade social, respeito e responsabilidade com a natureza, almejando novos caminhos para melhorar a qualidade de vida.

Notas

¹ Paradigma é uma infinidade de conceitos, valores, percepções, técnicas e atividades, compartilhadas numa sociedade para solucionar problemas (ANDRADE, 2001b).

Referências

- ALVES, C. dos S.; RAIMUNDO, S. *Percepção Ambiental e as Práticas do Lazer em Contato com a Natureza no Parque Estadual da Cantareira – Núcleo Pedra Grande, São Paulo (SP)*. OLAM – Ciência & Tecnologia – Rio Claro/SP, Brasil – Ano IX, Vol. 9, n. 1, Janeiro-Julho / 2009.
- ALVES, M. W. Percepção da arquitetura e do urbanismo: uma aproximação com o ensino nas classes populares. In: RIO, V. del e OLIVEIRA, L. de (orgs). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- ANDRADE, S.A. de. Bases Filosóficas-Científicas do Pensamento Ambiental. In: LEITE, A.L.T.A. & MININNI-MEDINA, N. *Educação Ambiental: curso básico a distância – questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas*. Brasília. MMA, 2001a.
- ANDRADE, S.A. de. Considerações gerais sobre a problemática ambiental. In: LEITE, A.L.T.A. & MININNI-MEDINA, N. *Educação Ambiental: curso básico a distância – questões ambientais, conceitos, história, problemas e alternativas*. Brasília. MMA, 2001b.

- ANDRETTA, V. *Percepção ambiental dos alunos do curso de especialização em ecoturismo da Universidade Federal de Lavras*. Lavras: Universidade Federal de Lavras. (Dissertação), 2008.
- BERNA, V. *Como fazer educação ambiental*. 2. ed. São Paulo: Ed. Paulus, 2004. p. 144.
- CANDIANI, G.; LAGE, M.; VITA, S.; SOUZA, W.; FILHO, W. *Educação Ambiental: percepção e práticas sobre meio ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 12, janeiro junho de 2004 – <http://www.remea.furg.br/mea/remea/vol12/art07.pdf>. Acesso em 16 set. 2004.
- CAPRA, F. *A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. 10. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 22. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2001.
- CARVALHO, I. C. M., *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- COYUNGI, M. A.; HOLZER, W. *Percepção e Paisagem: interação entre espaço natural e humano na área de proteção ambiental de Maricá (RJ)*. OLAM – Ciência & Tecnologia – Rio Claro / SP, Brasil – Ano IX, Vol. 9, n. 1, Janeiro-Julho / 2009.
- DALLACORTE, I. C. B. *Percepção educação ambiental como meios para a participação comunitária e a prática da cidadania nos processos de gestão ambiental*. Revista de Estudos Ambientais, Blumenau, v. 5, n. 2 e 3, pp. 25-42, maio/dezembro 2003.
- DIAS, G.F. *Educação Ambiental, princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Ed. Gaia, 2004.
- FONTES, M. A. L. Interpretação na natureza para o ecoturismo. In: VITORINO, M. R.; FONTES, M. A. L. *Ecoturismo*. Lavras : UFPA/ FAEPE, 2001.
- LARRATÉA, T. V.; DIAS, C. M. de F.; LEAL, M. E. *Caracterização de uma trilha como suporte para avaliação da percepção Ambiental de Alunos de ensino fundamental e médio*. OLAM – Ciência & Tecnologia – Rio Claro / SP, Brasil – Ano IX, Vol. 9, n. 2, janeiro-julho/ 2009.
- MACEDO, R.L.G. *Percepção e conscientização Ambientais*. Lavras : UFPA/ FAEPE, 2000.
- MACEDO, R.L.G. *Referenciais básicos para formação em educação ambiental*. Lavras: UFPA/ FAEPE, 2005.
- MACHADO, L. M. C. P. Paisagem Valorizada – a Serra do Mar como espaço e como lugar. In: RIO, V. del e OLIVEIRA, L. de (orgs). *Percepção Ambiental: a*

- experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- MARIN, A. A.; TORRES OLIVEIRA, H.; COMAR, V. *A Educação Ambiental num contexto de complexidade de campo teórico da percepção*. INCI, out. 2003, vol. 28, n. 10.
- MININI-MEDINA, N. Breve Histórico da Educação Ambiental. In: PADUA, S. M. e TABANEZ, M. (org.) *et al.*, *Educação Ambiental Caminhos Trilhados no Brasil*. Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, Brasília: Pax, 1997.
- MININI-MEDINA, N. Antecedentes Históricos: Conferências Internacionais. In: LEITE, A.L.T.A. & MININI-MEDINA, N. *Educação Ambiental: curso básico a distância – documentos e legislação da Educação Ambiental*. Brasília: MMA, 2001.
- OLIVEIRA, L. de. Percepção e Representação do Espaço geográfico. In: RIO, V. del e OLIVEIRA, L. de (orgs). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1996.
- OLIVEIRA, N. A da S. *A Educação Ambiental e a Percepção Fenomenológica, através de mapas ambientais*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 16, janeiro-junho de 2006 – <http://www.remea.furg.br/edicoes/vol16/art03v16.pdf>. acesso em 30 abr. 2007.
- RIO, V. del. Cidade da mente, cidade real: percepção ambiental e revitalização na área Portuária do RJ. In: RIO, V. del; OLIVEIRA, L. de. (org). *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel / São Carlos: Ed. da UFSCr., 1996.
- SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos: Ed RiMa, 2003. p. 66.
- TELLES, M. Q.; ROCHA, M. B.; PEDROSO, M. L. e MACHADO, S. M. C. *Vivências integradas com o meio ambiente*. São Paulo: Sá Editora, 2002.
- TUAN, Y. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.
- TUAN, Y. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VASCONCELOS, J. M. de O. Interpretação Ambiental. In: *Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF – Brasil, 2003.
- VITORINO, M. R. Ecoturismo. In: VITORINO, M. R.; FONTES, M. A. L. *Ecoturismo*. Lavras : UFLA/FAEPE, 2001.

Resumo

O presente artigo evidencia a Educação Ambiental e os instrumentos de Percepção Ambiental como uma importante ferramenta no processo permanente de aprendizagem. Além de ajudar a desenvolver o conhecimento, a compreensão, as habilidades e a motivação das pessoas, a Educação Ambiental é importante para criar valores e atitudes necessárias para promover o respeito a todas as formas de vida. Sendo assim, ela estimula a consciência ecológica e a formação de sociedades justas e ecologicamente corretas, resultando na mudança de comportamento que promova qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação ambiental; Percepção ambiental; Consciência ecológica

Abstract

This article highlights the Environmental Education and Environmental Perception instruments as an important tool in the continuous learning process. Besides helping to develop the knowledge, understanding, skills and motivation of people, environmental education is important to create values and needed attitudes to promote respect for all life forms. Thus, it encourages ecological awareness and the formation of ecologically just and environmentally correct societies, resulting in behavior change that promotes quality of life.

Key words: Environmental education; Environmental perception; Ecological consciousness

Resumen

Este artículo destaca las herramientas de la percepción del medio ambiente como una herramienta importante en el proceso permanente de aprendizaje y educación ambiental. Además de ayudar a desarrollar el conocimiento, comprensión, habilidades y motivación de las personas, la educación ambiental es importante crear valores y actitudes necesarias para promover el respeto de todas las formas de vida. Por lo tanto, estimula la conciencia ecológica y la formación de sociedades justas y ecológicamente correctas, resultando en cambios de comportamiento que promueven la calidad de vida.

Palabras clave: educación ambiental; Percepción del medio ambiente; Conciencia ecológica

INFORMAÇÃO

Uma potência entre as *landlocked navies*? A armada da Bolívia vista pela perspectiva das pretensões marítimas do país

Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar o papel da armada da Bolívia visto pela perspectiva das pretensões do país andino por acesso ao mar. Para tanto, buscaremos examinar, além das características da referida instituição, determinados fatores de ordem histórica e jurídica para tentarmos compreender, em alguma medida, as razões que levam a Bolívia não apenas a conferir significativa relevância à sua marinha, mas também a intensificar seus esforços por integrar novamente seu território ao Oceano Pacífico.

1. A Armada boliviana e as demais *landlocked navies* do mundo

Em princípio, pode parecer curioso um país desprovido de costa marítima dispor de uma armada. Contudo, a exemplo da Bolívia, existem atualmente no mundo várias *landlocked navies* ou marinhas pertencentes a países destituídos de litoral. Uma série de justificativas pode levar nações sem acesso ao mar a investir nesse segmento, seja na forma de uma marinha independente, ou como parte integrante de outra instituição militar. Dentre tais preocupações, podemos destacar a necessidade de proteger e patrulhar determinados lagos situados em regiões de fronteira com outros países, de deslocar civis e/ou militares por meios fluviais e lacustres a regiões de difícil acesso por terra e também de cumprir com demais responsabilidades relacionadas à defesa da integridade territorial. Em termos de expressão quantitativa, o quadro a seguir nos oferece alguns dados quanto à relevância concedida por determinados países à área em questão.

MARINHAS SEM ACESSO AO MAR (2007)¹

País	Efetivo	Frota
Azerbaijão	2.200	13
Burundi	100	2
Bolívia	6.659	58
Botsuana	-	2
Camarões**	100	9
Cazaquistão	3.000	13
Hungria	100	5
Laos*	500	12
Malawi*	225	-
Mali*	100	-
Paraguai	1.800	19
Sérvia*	250	12
Turcomenistão***	700	12
Uganda	200	17

* Parte do exército nacional ou subordinada a este

** Vista como parte da polícia

*** Subordinada ao Serviço de Guarda da Fronteira

No que tange ao caso boliviano, chama-nos a atenção a superioridade de seus números em relação às demais forças navais de países sem saída para o mar. Segundo os dados supracitados, a Armada Boliviana reunia, pelo menos até o ano de 2007, uma frota e um efetivo superiores, por exemplo, à soma dos números apresentados pelas forças navais do Turcomenistão, do Cazaquistão e do Azerbaijão. Seus mais de 6.000 integrantes encontram-se distribuídos basicamente em 6 Distritos Navais, 3 Áreas Navais e 3 unidades especiais. Por sua vez, a quase totalidade das embarcações bolivianas concentram-se atualmente no Lago Titicaca, localizado em uma região fronteiriça entre Bolívia e Peru, no altiplano da Cordilheira dos Andes, aproximadamente a 3.800 metros acima do mar.

Afora descrições sobre os aspectos operacionais da referida instituição, interessa-nos aqui sobretudo realçar os motivos que levam a Bolívia, um país mediterrâneo e subdesenvolvido, a atribuir tamanha relevância à manutenção de uma “armada” cuja frota se restringe a operar somente por vias fluviais e lacustres. Em outras palavras, haveria outras razões para o país andino justificar a existência de uma Força Armada com tais peculiaridades?

2. Condicionantes históricos

Na tentativa de esclarecer minimamente as razões levantadas anteriormente, julgamos necessário recordar um acontecimento de importância crucial na história da Bolívia. Trata-se das perdas territoriais sofridas pelo país após a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883. Antes da confrontação militar, a Bolívia detinha uma região litorânea com cerca de 158.000 quilômetros quadrados². Após o conflito, os seus domínios costeiros foram anexados pelo Chile, que logrou a vitória ao final dos combates. Porém, a despeito da perda de seu acesso soberano ao mar, a situação veio a ser posteriormente admitida pela Bolívia com a assinatura, em abril de 1904, do Tratado de Paz e Amizade com o Chile, em que o governo daquela nação reconheceu as perdas mediante o livre acesso ao porto de Arica e a construção de uma estrada de ferro ligando La Paz até o referido porto. O tratado formalizou uma ampla liberdade ao trânsito comercial entre os dois países, além de permitir aos bolivianos criar agências aduaneiras nos portos de Antofagasta e Arica³.

No que tange à sua força naval, pode-se afirmar que, embora o desfecho do conflito tenha resultado em evidente restrição operacional de suas embarcações, com a privação de seus territórios costeiros, a Bolívia viu-se na necessidade de restabelecer, a partir de 1897, sua capacidade de dissuasão, particularmente em âmbito fluvial, com a finalidade de fornecer apoio à sua navegação comercial e também contribuir para a exploração de suas riquezas naturais. Dessa forma, foi criado em 1897 o chamado Estaleiro Nacional, na região de Riberalta, que além de almejar atender as finalidades supracitadas, buscava também colaborar para que problemas fronteiriços com outros países fossem resolvidos, como a questão do Acre⁴. Posteriormente, em 1922, a administração do referido estaleiro foi transferido ao cuidados do exército nacional, que providenciaria a formação, em 1928, da Escola de Mecânica e Navegação, com o propósito de dotar a força terrestre de capacidade operacional no setor de navegação. Essa iniciativa veio a culminar, no ano de 1963, na criação da *Fuerza Fluvial Lacustre*, também sob a jurisdição do exército boliviano, que, mais tarde, em 1966, receberia a denominação, mediante decreto, de *Fuerza Naval Boliviana*, vindo essa a ocupar formalmente um lugar entre as forças armadas nacionais.

A partir da data supracitada, que irá se constituir em um marco, as aspirações bolivianas em recuperar seu acesso marítimo tornar-se-iam mais explícitas, algo que pôde ser exemplificado pela bandeira da instituição, cujo emblema viria a ser conhecido posteriormente como “Bandeira de Reivindicação Marítima”, a despeito das disposições corroboradas pela própria Bolívia no tocante à assinatura do

Tratado de Paz e Amizade com o Chile. Tal pretensão, somada à convicção dos militares bolivianos a respeito de sua força naval se equiparar, em termos doutrinários, a uma marinha convencional, resultou na substituição formal do termo “força naval” para “armada”, em 1981⁵. Contudo, após avanços e recuos para institucionalizar essa denominação, a nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, promulgada em 2009, veio enfim a legitimá-la, conforme veremos a seguir.

3. O papel da Armada na Constituição Boliviana

A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia⁶, promulgada em janeiro de 2009, de acordo com os arts. 243, reconhece a Armada como uma dentre as quatro Forças Armadas do país. Além de caber a ela conservar a independência, a segurança e a estabilidade do Estado, a Armada também é responsável, segundo o art. 268, por administrar e proteger o desenvolvimento dos interesses marítimos, fluviais e lacustres do Estado. Contudo, quais seriam necessariamente os interesses marítimos perseguidos pela nova Constituição da Bolívia?

De acordo com o art. 267, o Estado boliviano declara seu direito irrenunciável e imprescritível sobre um território que possa fornecer-lhe acesso ao oceano Pacífico. Esse artigo está em consonância, inclusive, com uma Resolução da OEA, de 22 de outubro de 1979, que expressa de forma unânime o “interés hemisférico permanente encontrar una solución equitativa por la cual Bolivia obtenga acceso soberano y útil al Océano Pacífico”⁷. Contudo, chama a atenção a nomenclatura do Capítulo no qual está inserido: “Reivindicação Marítima”. De acordo com Paredes⁸, houve um grave erro conceitual ao se utilizar o *nomen juris* “Reivindicación Marítima”, dada a conotação que a doutrina internacional confere ao termo. Segundo o autor:

El concepto de reivindicación marítima, en esencia, está referido a la recuperación, en términos de soberanía absoluta por parte de Bolivia, de todos los territorios que fueron bolivianos, antes de la Guerra del Pacífico. En otras palabras, cuando hay una referencia a la reivindicación, se está infiriendo que, como solución al problema marítimo boliviano, se debe revertir los territorios que fueron bolivianos antes de 1879, al país. En el lenguaje jurídico internacional, reivindicación es el acto por el cual el legítimo propietario de un territorio (tras comprobarse que ha sido privado de él en forma ilegal) exige a la unidad política en cuyo poder se encuentra ese territorio su restitución (PAREDES, 2010:543).

Ao abordar a questão, Paredes atenta para a dificuldade que essa disposição constitucional pode adicionar às lentas e difíceis negociações com o Chile, em prol da concessão de um acesso ou território litorâneo à Bolívia. O termo, segundo o pesquisador, também não se coaduna com o texto do art. 265, que prevê o interesse da Bolívia em promover a integração dos países sul-americanos.

Por sua vez, Ibsen⁹ pondera sobre outro ponto problemático contido na Constituição relativo à questão marítima, ao afirmar que a menção à palavra “acesso” no art. 267, no contexto do Capítulo que a comporta¹⁰, cerceia “por la vía constitucional para siempre la posibilidad de reclamar el territorio que fue boliviano”. Segundo o historiador:

Este artículo es preocupante, porque no dice que es el territorio que fue usurpado y era propiedad del Estado boliviano. Ahí prácticamente están regalándole a Chile nuestro territorio y están aceptando de que cualquier salida, por más que sea un corredor o um enclave va a ser reconocido constitucionalmente (IBSEN, 2009).

Ibsen aponta também a ausência de uma definição clara, por parte da nova Constituição, sobre quais seriam os interesses marítimos do país, e como a Armada deveria atuar para administrá-los e protegê-los, na forma do art. 268. O historiador levanta também o fato de o texto constitucional não evocar a posse, por exemplo, das ilhas de San Felipe como parte do território boliviano, uma vez que não foram compreendidas, segundo sua avaliação, pelo Tratado de 1904. Acrescenta que tais territórios, caso reincorporados, podem sediar portos ou aeroportos nacionais, o que poderia vir a dirimir algumas das necessidades bolivianas relativas ao acesso marítimo.

Para além de qualquer consideração, percebe-se que a Carta Constitucional da Bolívia, ao atribuir à Armada a responsabilidade por zelar dos “interesses marítimos” do país, consolida muito mais que uma competência fictícia. Cristaliza, sim, o imperativo em favor de um pleito irrenunciável materializado pela conservação de uma instituição, cuja legitimidade repousa sobretudo na esperança por ela evocada.

4. A saída para o mar: soluções factíveis à vista?

Ainda no tocante às controvérsias territoriais com o Chile, o governo boliviano movimentou hoje, no âmbito da Corte Internacional de Justiça do Tribunal de

Haia, um processo contra o país vizinho¹¹. Razões econômicas também impelem o governo do presidente Evo Morales a buscar uma solução definitiva para o problema relativo à saída para o mar. Dentre eles, podemos destacar a relação de dependência estabelecida entre o comércio exterior boliviano e o porto chileno de Arica. Atualmente, 90% das exportações do país andino são realizadas a partir do porto em referência¹². Embora o Chile tenha cedido as instalações para uso boliviano, os custos relativos a esse serviço têm aumentando e comprometido os interesses de La Paz, fato ainda agravado pela ferrovia responsável por conectar La Paz à Arica não estar sendo usada atualmente¹³.

Afora as divergências com o Chile, soluções laterais para o problema acerca da saída marítima têm sido negociadas, por exemplo, no âmbito das relações entre Peru e Bolívia. Para a satisfação desse país, em setembro deste ano, a Comissão de Relações Exteriores do Congresso do Peru aprovou um convênio denominado “Boliviamar”¹⁴, pelo qual o país disponibiliza, sem perda de soberania, acesso ao mar aos bolivianos por intermédio do porto de Ilo. O acordo, caso seja de fato concretizado, representará uma grande conquista para o comércio exterior da Bolívia, visto que Ilo poderá se constituir em uma alternativa ao porto chileno de Arica.

Considerações finais

Embora a perda de seu litoral tenha ocorrido há mais de um século, os bolivianos parecem demonstrar uma clara resistência em aceitar a sua condição de país mediterrâneo. Nesse contexto, parece-nos ilustrativo e absolutamente compreensível, em face das movimentações de La Paz em favor de uma saída para o mar, a defesa pela conservação e fortalecimento de sua Armada. Prova disto é a destinação de cerca de 15% do orçamento militar de US\$ 130 milhões à instituição¹⁵. Desse modo, mais que uma força armada peculiar, a marinha da Bolívia evoca permanentemente o apelo de uma nação em reintegrar o seu território às águas do Pacífico. Ao não se restringir somente a uma instituição cuja existência se fundamenta exclusivamente por razões de ordem prática, a Armada simboliza também uma esperança, uma demanda permanente pela recuperação de uma condição passada de alto valor histórico para seu país.

Notas

¹ JANE'S WORLD NAVIES 2007. In: THE INDEPENDENT. Bolivia's land-locked navy dreams of leaving Lake Titicaca. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/bolivias-landlocked-navy-dreams-of-leaving-lake-titicaca-572575.html>. Acesso em: 03 jan. 2011.

- ² URRUTIA, Carlos L. *Guerra del Pacífico*. Madrid: El Cipsrés Editores, 2008, p. 18.
- ³ TRATADO DE PAZ Y AMISTAD ENTRE CHILE Y BOLIVIA. Santiago: Diário Oficial nº 8.169 do Chile, de 27 de março de 1905. Disponível em: <http://www.arica.suritrete.cl/tratado%20Chile-Bolivia.htm> Acesso em: 03 set. 2013.
- ⁴ CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB/IBRI, 2002, pp. 188-193.
- ⁵ ARMADA BOLIVIANA. Disponível em: <http://www.armada.mil.bo/naval/index.php>. Acesso em: 30 set. 2013.
- ⁶ NUEVA CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO. La Paz: Congreso Nacional, 2008.
- ⁷ ATAS E DOCUMENTOS. Nono Período Ordinário de Sessões. In: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Washington: Secretaria-Geral da OEA, Volume 1, 2 de julho de 1980, p. 53. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03793P01.PDF>. Acesso em: 25 set. 2013.
- ⁸ PAREDES, Fernando Salazar. Relaciones internacionales, fronteras, integración y reivindicación marítima Título VIII de la CPE. In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. *Miradas. Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010, 523-546.
- ⁹ IBSEN, Tito. Inserción del tema marítimo en proyecto de CPE no es coherente. Notícias El Diario. La Paz: publicado em 22 de enero de 2009.
- ¹⁰ Capítulo Quarto do Título VII da nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia.
- ¹¹ FOLHA DE SÃO PAULO. Corte Internacional de Justiça aceita pedido da Bolívia por acesso ao mar. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1271192-cij-aceita-reivindicacao-da-bolivia-por-acesso-ao-mar-chile-foi-comunicado.shtml>. Acesso em: 02 out. 2013.
- ¹² CABALLERO, Sergio. “Bolívia y la salida al mar”. In: Boletim Meridiano 47, vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012, p. 19.
- ¹³ Idem.
- ¹⁴ UNION LATINOAMERICANA DE DE AGENCIAS DE NOTICIAS. La Comisión de Relaciones Exteriores del Congreso de Perú aprueba salida al mar para Bolivia. Disponível em: <http://agenciasulan.org/2013/09/la-comision-de-relaciones-exteriores-del-congreso-de-peru-aprueba-salida-al-mar-para-bolivia/>. Acesso em: 30 set. 2013.
- ¹⁵ BORTOLOTTI, Marcelo. Marinheiros de água-doce. As razões que levam a Bolívia e outros sete países sem mar a ter sua Marinha. Disponível em: http://veja.abril.com.br/310107/p_084.html. Acesso em: 27 ago. 2013.

Referências

ATAS E DOCUMENTOS. Nono Período Ordinário de Sessões. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Washington: Secretaria-Geral da OEA,

- Volume 1, 2 de julho de 1980, p. 53. Disponível em: <http://scm.oas.org/pdfs/agres/ag03793P01.PDF>. Acesso em: 25 set. 2013.
- BORTOLINI, Marcelo. Marinheiros de água-doce. As razões que levam a Bolívia e outros sete países sem mar a ter sua Marinha. Disponível em: http://veja.abril.com.br/310107/p_084.html. Acesso em: 27 jul. 2013.
- CABALLERO, Sergio. “Bolivia y la salida al mar”. In: *Boletim Meridiano* 47, vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012, pp. 19 a 23.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB/IBRI, 2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Corte Internacional de Justiça aceita pedido da Bolívia por acesso ao mar. Disponível em: Acesso em: 02 out 2013.
- GUARDIAN. Bolivia’s landlocked sailors pine for the high seas. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/aug/28/bolivia>. Acesso em: 02 out. 2013.
- IBSEN, Tito. Inserción del tema marítimo en proyecto de CPE no es coherente. *Noticias El Diario*. La Paz: publicado em 22 de enero de 2009.
- MERCOPRESS. South Atlantic News Agency. Bolivian navy to have access to the Pacific for the first time in 130 years. Disponível em: <http://en.mercopress.com/2010/10/23/bolivian-navy-to-have-access-to-the-pacific-for-the-first-time-in-130-years>. Acesso em: 25 set. 2013.
- MORENO, Ricardo Ardiles. Análisis de la nueva Constitución inherente al Título VIII Relaciones internacionales, fronteras, integración y reivindicación marítima. In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. *Miradas. Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010, pp. 547-558.
- PAREDES, Fernando Salazar. Relaciones internacionales, fronteras, integración y reivindicación marítima Título VIII de la CPE. In: INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE. *Miradas. Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010, pp. 523-546.
- TERRA INTERNACIONAL. TERRA INTERNACIONAL. Comisión de Congreso de Perú aprobó Boliviamar sin anexo de Marina boliviana. Disponível em: <http://noticias.terra.com.pe/internacional/comision-de-congreso-de-peru-aprobo-boliviamar-sin-anexo-de-marinaboliviana,ec7e08246f701410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRDhtml>. Acesso em: 30 set. 2013.
- THE INDEPENDENT. Bolivia’s land-locked navy dreams of leaving Lake Titicaca. Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/world/americas/bolivias-landlocked-navy-dreams-of-leaving-lake-titicaca-572575.html>. Acesso em: 30 ago. 2013.

TRATADO de paz y amistad entre Chile y Bolivia. Santiago: Diário Oficial nº 8.169 do Chile, de 27 de Março de 1905. Disponível em: <http://www.arica.suritrek.cl/tratado%20Chile-Bolivia.htm>. Acesso em: 03 set. 2013.

URRUTIA, Carlos L. *Guerra del Pacífico*. Madrid: El Cipsrés Editores, 2008.

Site

ARMADA BOLIVIANA. Disponível em: <http://www.armada.mil.bo/naval/index.php>. Acesso em: 30 set. 2013.

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar o papel da armada da Bolívia visto pela perspectiva das pretensões do país andino por acesso ao mar. Para tanto, buscaremos examinar, além das características da referida instituição, determinados fatores de ordem histórica e jurídica para tentarmos compreender, em alguma medida, as razões que levam a Bolívia não apenas a conferir significativa relevância à sua marinha, mas também a intensificar seus esforços por integrar novamente seu território ao Oceano Pacífico.

Palavras-chave: Armada; Bolívia; Saída para o mar

Abstract

This article aims to provide analysis of the role of the Bolivian Navy seen from the perspective of the claims by the Andean country by access to the sea. We seek to examine, besides the characteristics of the institution, some historical factors to understand the legal reasons that encourage Bolivia to give significant importance to its navy and intensify its efforts to integrate its territory again to the Pacific Ocean.

Key words: Navy; Bolivia; Exit to the sea

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar el papel de la Armada de Bolivia dentro de las demandas del país andino para el acceso al mar. Para ello, vamos a examinar, además de las características de la institución, ciertos factores de carácter histórico

y constitucional para tratar de entender, en cierta medida, as razones por las que Bolivia no sólo confere gran importancia a su marina de guerra, sino también a aumentar sus esfuerzos para integrar su territorio hasta el Océano Pacífico.

Palabras clave: Armada; Bolivia; Salida al mar

***Italo de Souza Aquino.** São Paulo: Saraiva, 8ª edição, 2010, 2ª tiragem, 2012

Final de semestre, orientação de TCCs, bancas sendo formadas etc. Com esse quadro ao fundo, em uma livraria estavam expostos os lançamentos da área de economia, finanças e negócios e, em uma gôndola ao lado, livros de metodologia científica. Havia uma novidade, um livro com um título que chamava a atenção pelo convite a se colocar de lado o medo de se redigir um trabalho científico.

O livro foi comprado por ser portador de um convite à produção de artigos acadêmicos. A mensagem subliminar percebida era de que conteria os segredos de por onde iniciar e como chegar com êxito ao final de um artigo, quiçá, de qualquer outro trabalho acadêmico. De fato a exposição é simples e direta, sem a costumeira fundamentação teórica exposta em obras sobre o assunto. A fácil leitura cumpre a finalidade à qual um manual se destina, seja quanto ao conteúdo, seja quanto ao público alvo, reconhecido pelo autor como iniciantes pouco afeitos à redação de trabalhos científicos.

O título, ao particularizar artigos científicos, reduz, de certa forma, o potencial de interesse pelo livro, uma vez que são estudantes de pós-graduação e profissionais da área (professores e pesquisadores) que usualmente escrevem essa categoria de artigos. No entanto, no final do livro, o autor se redime parcialmente ao inserir um capítulo (17) intitulado “Como escrever: TCC, monografia, dissertação e tese”. São apenas três páginas com a missão de torná-lo mais abrangente. Assim, entende-se que o autor, quando define o propósito do livro, deveria deixar claro que, embora os artigos acadêmicos não sejam a porta de entrada na escrita científica, o objetivo foi o de circunscrever o assunto a essa categoria e que os demais trabalhos contariam com um suporte mínimo de informação sobre os pontos faltantes. Poderia dizer, também, a razão pela qual só aborda, em seus exemplos, pesquisas feitas baseadas em experimentos, nada falando das pesquisas teóricas ou daquelas calcadas em modelos matemáticos, estatísticos ou econométricos.

O autor, professor de Metodologia da Pesquisa Científica em cursos de mestrado e doutorado na Universidade Federal da Paraíba, parte da constatação de que normalmente encontra “poucos alunos com alguma experiência em escrever artigos científicos e muitos com pouca ou nenhuma experiência” (páginas iniciais,

Propósito) e, no último parágrafo, declara seu objetivo quanto ao livro: “ensinar” aos jovens cientistas como escrever artigos científicos sem arroudeio e sem medo das normas da ABNT.

Entende-se que em vez de “ensinar”, o propósito deveria ser o de disponibilizar uma ferramenta de fácil manuseio que propiciasse ao leitor condições de ingressar na seara dos trabalhos acadêmicos, uma vez que o livro fornece um roteiro comentado e exemplificado, em linguagem clara e objetiva, a respeito do processo de redação de um artigo científico. Pode-se considerar o resultado final como positivo, porém outras considerações são pertinentes.

No tópico “seleção do assunto”, sente-se falta de exposição, mesmo que breve, de caminhos que poderiam ser trilhados. Note-se que Umberto Eco, no livro *Como se faz uma tese*, dedica 28 páginas a esse tema e expõe alguns ensinamentos, como: quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha [a respeito de temas muito amplos]; discutir o trabalho passo a passo com o orientador; analisar se o trabalho enquadra-se como científico, ao apresentar os seguintes requisitos: a) debruçar-se sobre um objeto reconhecível, e definido de tal maneira, que seja igualmente reconhecível pelos outros; b) deve dizer do objeto algo que ainda não foi dito; c) deve ser útil aos demais; d) deve oferecer elementos para a verificação e a contestação das hipóteses apresentadas. De forma adicional, sente-se carência de uma seção específica, destinada a como escrever a resenha bibliográfica, que é o elemento que dá sustentação teórica ao trabalho científico.

Por outro lado, louvável é a ideia de escrever uma seção destinada a afastar o medo da ABNT (p. 9), sugerindo deixar fluir a espontaneidade que existe em cada ser humano. Todavia, mesmo com a sugestão fornecida, o leitor poderia ser convidado a avançar um pouco mais e ler, também, os capítulos *Ética na Escrita* (com destaque para as citações); *A Linguagem e a Comunicação na Escrita e Escrita Técnica: Passo a Passo*, pois assim começaria sua prática já com um nível que facilitaria o trabalho. Com relação às citações, os exemplos são bons. No entanto, seria oportuno lembrar ao leitor que a citação deve ser fiel ao original, tomando-se o cuidado de não excluir parte do texto e de não incorporar esclarecimentos ou comentários sem que tais adaptações estejam devidamente assinaladas (reticências, colchetes etc.).

Dando um salto para *Como Escrever o Resumo*, lê-se “o resumo deve ser escrito [...] sem parágrafos”. Essa prescrição geralmente é destinada à redação de atas, cujo texto deve apresentar-se de forma a evitar fraudes. Não é o caso de um resumo de trabalho acadêmico. Além disso, para continuar a discussão, reproduz-se o item 3.3 da NBR 6028, “O resumo deve ser composto de uma sequência de

frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. *Recomenda-se o uso de parágrafo único*” (itálico nosso). Entende-se que um trabalho acadêmico deve, além do conteúdo, exibir plasticidade. Aliás, o próprio autor diz que os segredos da apresentação de uma figura são a simplicidade (p. 68) e a leveza (p. 70).

Dessa forma, textos de parágrafo “único”, se mal mensurados (extenso ou muito extenso) propiciam certo mal-estar ao leitor, justamente por não conter nem leveza e nem simplicidade. Adicionalmente, pode-se interpretar a norma não no sentido da obrigatoriedade de o resumo ser escrito sem parágrafos, mas, sim, de que é interessante que, dentro da racionalidade, o resumo deve estar contido em um parágrafo ou seja não muito extenso, algo não superior a 12 linhas, por exemplo. O autor dá exemplo de um resumo com 44 linhas escritas como se fosse apenas um parágrafo (p. 42/3). Cabem duas perguntas: não era possível fazer um resumo mais enxuto? Já que o resumo é tão extenso, não seria melhor “quebrar” em parágrafos?

Percebe-se faltar, também, uma seção pertinente à apresentação da teoria que dá suporte ao trabalho (resenha bibliográfica), embora parcialmente atendida no capítulo “Como escrever a introdução”. Nas palavras do autor “a introdução é uma revisão da literatura ‘enxuta’” (p. 52). No entanto, há outro entendimento, em que a introdução é o local onde o assunto deve ser delimitado, os objetivos do trabalho apresentados, uma breve discussão do conteúdo contido no texto etc., ou seja, deve conter uma visão panorâmica do trabalho. Nessa linha, encontra-se no livro uma solução: “o autor deve despertar o interesse do leitor para ler todo o artigo” (p. 52).

Sobre evitar escrever “parágrafos monótonos” (p. 52), uma boa solução foi presenciada em uma defesa de dissertação, quando foi sugerido ao examinando que dialogasse com a literatura. Essa medida, além propiciar transição harmônica entre parágrafos, permite construir um trabalho acadêmico mais sólido. Mudando para a parte suplementar, na qual o TCC é tratado, prevê-se que questionários de uma pesquisa sejam entregues de forma aleatória, porém sem mencionar a necessidade de assegurar que a amostra seja representativa da população.

Esse livro, de caráter introdutório, cumpriria melhor sua finalidade se acompanhado por aprimoramentos em linha com os citados nesta resenha.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques, aproximadamente 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Os artigos devem estar acompanhados de resumos em português, espanhol e inglês, contendo aproximadamente, cada um, 80 palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, devem constar informações sobre a formação e a vinculação institucional, com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, aproximadamente 4.900 caracteres.

diagramação, arte-final, impressão e acabamento

 *gráfica e editora*
inconfidência

fores: (61) 3552.4024 3552.2510 fax: (61) 3386.2350
brasilá distrito federal

Site: www.graficainconfidencia.com.br
E-mail: graficainconfidencia@zaz.com.br